



Gentrificação na Periferia: Desalojamentos Residenciais e Formas Simbólicas de Perda de Espaço em Almada

Versão Corrigida e Melhorada após Defesa Pública

Pedro Guilherme dos Reis Cortez da Rosa Silva

Dissertação em Sociologia

Agosto 2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em Sociologia, realizada sob a orientação científica do
Professor Doutor João Pedro Nunes e coorientação da Professora Patrícia Pereira

Agradecimentos

A todos aqueles que entrevistei, residentes e ex-residentes do concelho de Almada, lesados do processo de gentrificação e a todos os que insistem ainda em resistir pelo direito à cidade e pelo direito a uma habitação digna. Às associações e movimentos almadenses que me receberam nos seus espaços e que me cederam entrevistas, nomeadamente aos membros da Associação de Imigrantes de Almada, da Associação de Inquilinos Lisbonenses, da União de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Almada e do Centro de Cultura Libertária.

Aos meus orientadores João Pedro Nunes e Patrícia Pereira, pelos quais tenho grande admiração e respeito, que me foram fornecendo inúmeras leituras e cujos contributos foram essenciais para que esta dissertação atingisse a sua melhor forma final.

Aos professores e investigadores com quem fui falando neste período e que me cederam o seu tempo, em particular à Magda Pinheiro, à Ana Brandão, à Christine Auer e ao Luís Mendes, que entre entrevistas, conversas informais e visitas guiadas por Almada, me fizeram entender as complexidades deste caso de estudo.

À Maria, a minha orientadora de esplanada, sempre disposta a dar contributos imprescindíveis e com quem as discussões baseadas numa forte partilha de interesses académicos estimularam esta investigação.

À Mafalda, com quem já tive a oportunidade de partilhar uma licenciatura, um mestrado, espaços de militância e muita amizade.

À Rita, que numa de inúmeras conversas pela madrugada fora me fez perceber que este era o rumo que a minha vida académica iria tomar.

Ao Ricardo, Tiago, Teresa, Sara, Carolina, Beatriz, Madalena, Guilherme, David, Zé, Francisca, Marta e Rivva e tantos outros que foram e continuam a ser fontes de apoio.

Ao Miguel, que tem acompanhado todo o processo que culmina agora com a entrega desta dissertação e cuja dedicação e empenho em tudo o que faz me serve continuamente de inspiração

Por fim, aos meus pais, que nem sempre concordando com as decisões que fui tomando na minha vida académica, nunca deixaram de me apoiar nesta jornada.

Resumo

Esta dissertação procura compreender as consequências socio-espaciais da extensão do processo de gentrificação ao concelho de Almada, particularmente ao nível dos desalojamentos residenciais e formas simbólicas de perda de espaço dos residentes de longa duração de mais baixos rendimentos. Num contexto de globalização económica e metropolização das cidades, a gentrificação cada vez mais afeta áreas suburbanas. Desta forma, um dos principais argumentos da dissertação é que o concelho de Almada está a ser afetado pela gentrificação, num “efeito dominó” em que a pressão imobiliária e gentrificação em Lisboa se começa a estender à primeira coroa suburbana da cidade. Para entender este fenómeno, recorro a análise demográfica e de outros dados estatísticos que, combinados com trabalho etnográfico, permitem adquirir uma aproximação à dimensão da gentrificação em Almada a partir da questão do *displacement*.

A análise de dados demográficos revela como a gentrificação emerge na cidade de Lisboa, num contexto de perda de população e grande pressão imobiliária. Décadas depois, a gentrificação em Almada é já evidente, com alterações profundas no perfil socioeconómico dos seus residentes. As consequências da gentrificação em Almada dão-se, por um lado, sob a forma de *displacement* direto, ao nível dos desalojamentos residenciais e, nestes casos, observam-se dois tipos de desfecho: os desalojados ou mudam-se para periferias mais distantes, onde os custos de habitação são mais baixos, ou conseguem permanecer no concelho, mas fazem-no em piores condições de habitação, em fogos insalubres, sobrelotados e com maiores esforços de renda. Por outro lado, as consequências da gentrificação também se dão no concelho sob a forma da *displacement* indireto, em que os residentes que conseguem permanecer perdem espaço social, cultural e político. Neste sentido, há mudanças nas identidades locais que diminuem o sentido de pertença a Almada e diminui também a identificação política com o governo municipal para estes residentes. Além disso, dá-se uma requalificação e higienização de certos espaços públicos e a abertura de novos espaços comerciais, para os quais os antigos residentes não têm preferência nem poder de compra, levando a perdas de locais de encontro e espaços de consumo para estes residentes.

Palavras-chave: gentrificação, metropolização, suburbanização, desalojamento, formas simbólicas de perda de espaço

Abstract

This dissertation seeks to understand the socio-spatial implications of the expansion of gentrification to the Almada county in Lisbon, particularly regarding residential displacement and symbolic losses of place for the long duration and poorer residents. In a context of economic globalization and metropolization of cities, gentrification is now starting to affect suburban areas. So, one of this dissertation's main arguments is that Almada is now being affected by the gentrification process, in a "domino effect" where the real estate pressures and gentrification in Lisbon is starting to expand to its suburban areas. To understand this phenomenon, I draw on demographic analysis and other statistic data, which, combined with ethnographic fieldwork, allows us to get an approximation of the extent of the gentrification in Almada, from its effects in displacement.

The demographic analysis shows how gentrification emerged in the city of Lisbon, in a context of population decline and real estate pressures. A few decades later, the gentrification of Almada is already apparent, with profound changes in the socioeconomic profile of its residents. The implications of the gentrification process in Almada, in one hand, take the form of residential displacement, and in those cases we notice two kinds of outcomes: the displacees either move out to more distant peripheries, where the housing costs are lower, or they manage to stay in Almada, but in worse housing conditions: in overcrowded and insalubrious dwellings and with higher housing costs. On the other hand, the implications of gentrification in Almada also take the form of indirect displacement, in which the residents that manage to stay lose social, cultural and political forms of space. In these cases, there are changes in the local identities that reduce the sense of belonging in Almada and reduce the political identification with the local government. Furthermore, it takes place a requalification and sanitation of certain public spaces and the opening of new commercial places, for which the older residents don't have neither preference nor purchasing power, leading to losses of meeting and consumption spaces for these residents

Key-words: gentrification, metropolization, suburbanization, residential displacement, symbolic losses of place

Índice

0. Introdução	1
1. <i>Displacement</i> e Gentrificação: Fundamentos Teóricos, Tipologias e Estudos de Caso	10
1.1 <i>Displacement</i>	11
1.1.1 Tipologia de Marcuse	13
1.1.2 Formas indiretas de <i>displacement</i>	16
1.1.3 Estudos quantitativos e qualitativos de <i>displacement</i>	23
1.2 Gentrificação	26
1.2.1 Causas da gentrificação	27
1.2.2 Vagas e formas contemporâneas de gentrificação	29
1.2.3 Gentrificação nos subúrbios e novas condições suburbanas	30
2. Metropolização e Gentrificação, de Lisboa a Almada: Contexto e Métodos.....	33
2.1 A Metropolização de Lisboa	34
2.2 A Posição de Almada na Metrópole	40
2.3 Processos de recomposição social em Almada: uma breve aproximação	44
2.4 Mobilidade, Movimentos Pendulares e variações recentes da população	47
2.5 Gentrificação, de Lisboa a Almada	52
2.5.1 Origens da gentrificação em Lisboa	53
2.5.2 A extensão da gentrificação a Almada	56
2.6 Metodologia	64
2.6.1 Delimitação de um recorte territorial	67
2.6.2 Uma abordagem qualitativa fundada em entrevistas semi-diretivas	68
3. <i>Displacement</i> em Almada: Desalojamentos Residenciais e Formas Simbólicas de Perda de Espaço	72
3.1 Desalojamentos residenciais em Almada	73
3.1.1 Relação com o senhorio	76
3.1.2 Os processos de desalojamento	77
3.1.3 Estratégias de sobrevivência e resistência ao desalojamento ...	79

3.2 Formas simbólicas de perda de espaço em Almada	84
3.2.1 <i>Community displacement</i> em Almada	85
3.2.2 <i>Neighborhood resource displacement</i> em Almada	95
4. Considerações Finais	100
5. Bibliografia	108
6. Anexos	117

Índice de Figuras

1. Tipologia de <i>Displacement</i> de Peter Marcuse.....	14
2. Tipologia de <i>Displacement</i> Indireto de Mark Davidson.....	17
3. Peso relativo de Lisboa e seus concelhos limítrofes no total demográfico da Área Metropolitana (1920-1991).....	40
4. Volume de População do Concelho de Almada (1950-1981).....	43
5. População Empregada por Setores de Atividade em Almada, em Lisboa e na A.M.L (2001-2011).....	41
6. Estrutura dos Grupos Socioeconómicos na Margem Norte, Margem Sul, Lisboa e A.M.L (2011)-.....	44
7. Estrutura dos Grupos Socioeconómicos nos Concelhos da A.M.L (2011)	45
8. Estrutura dos Grupos Socioeconómicos em Almada (2011)	46
9. População empregada, residente em Almada, por local de trabalho (2011).....	48
10. Duração Média dos Movimentos Pendulares dos Residentes de Almada, Lisboa e da A.M.L (2001-2011)	48
11. Meio de Transporte mais utilizado nos Movimentos Pendulares dos Residentes de Almada (2001-2011)	49
12. Variação da População do Crescimento de Almada (2011-2021)	51
13. Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€) em Almada, Lisboa e A.M.L (2017-2021)	57
14. Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€), em Lisboa, Almada e A.M.L (2017-2021)	57
15. Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€) no Município de Almada (2017-2021)	59
16. Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€) no Município de Almada (2017-2021)	59
17. Proporção de Residentes nas Freguesias de Almada com Ensino Superior Completo (1991-2021)	61

18. Proporção de residentes em Almada por Níveis de Ensino (2011-2021)	61
19. Dirigentes e quadros, por cada 10 empregados executantes e operários em Lisboa, Almada e na A.M.L (2011)	62
20. Dirigentes e quadros, por cada 10 empregados executantes e operários em Almada (2011)	63
21. Caracterização dos Desalojados	68
22. Tipologia do desalojamento residencial	73
23. Mudança de Residência	81

Introdução

A gentrificação, como originalmente conceptualizada nas décadas de 1960 e 1970 por teóricos desde Ruth Glass a Neil Smith, correspondia essencialmente a uma transformação localizada em bairros degradados ou operários das áreas centrais das cidades, com uma ocupação maioritária de classe trabalhadora e que estavam a ser progressivamente ocupados pela *gentry*, as classes médias e altas que saíam das áreas suburbanas para estes bairros centrais (Glass 1964; Smith 1982). A evolução dos processos de globalização económica e metropolização das grandes cidades, no entanto, deram origem a uma nova “geografia da gentrificação” (Lees 2000) e, conseqüentemente, a formas contemporâneas de gentrificação que complexificam o fenómeno em relação à sua definição clássica (Lees 2003). Atualmente, vivemos num “*planeta suburbano*” (Keil 2018), em que a população dos subúrbios cada vez mais a ultrapassa aquela das cidades-centro e, com a evolução dos processos de suburbanização e metropolização, a gentrificação ganha uma nova escala e dimensão, e estende-se também a áreas suburbanas (Hackworth e Smith 2001), tornando necessário observar o fenómeno na sua escala metropolitana.

À pressão demográfica nos subúrbios está diversas vezes associada uma pressão imobiliária nestes territórios, o que está na origem desta extensão do processo de gentrificação. É nesse sentido que alguns estudos têm procurado fazer a articulação teórica entre as literaturas da suburbanização e da gentrificação (Wu 2020; Niedt 2006) e a forma como os dois processos se interligam atualmente no espaço da metrópole. Nesta dissertação, procurei então contribuir para o aprofundamento da articulação destas duas correntes de estudo da sociologia urbana. Por um lado, atendendo a estudos sobre os processos de suburbanização e “suburbanismos”, que apontam para a existência de novas condições suburbanas (Keil 2018; Harris 2015) no contexto da metrópole, e por outro, a estudos da gentrificação que, com mais extensão e profundidade, olham para a recomposição do tecido económico e social urbano, com a alteração do perfil socioeconómico dos residentes, substituição de populações e *displacement*. Se os estudos da gentrificação começaram por se preocupar apenas com a valorização imobiliária e substituição de populações nos bairros degradados dos centros das grandes cidades, hoje em dia, com a sua extensão, existe uma visão mais alargada do fenómeno (Lees, Slater, e Wyly 2008), tanto a nível espacial, uma vez que se estende a áreas cada vez mais

periféricas, como a nível conceptual, com a multiplicação de formas de como o fenómeno se manifesta nas cidades.

Encontrando-me a residir no centro de Lisboa há mais de 26 anos, pude observar no terreno uma série de transformações da cidade associadas ao processo de gentrificação, desde a reestruturação do seu tecido comercial a transformações ao nível do seu parque habitacional. Sempre com um olhar atento sobre os fenómenos de transformação urbana, pude assistir à privatização e higienização de espaços públicos, como no Intendente, e da mesma forma assisti ao crescimento massivo do turismo no centro histórico da cidade, com a reestruturação do comércio e ocupação progressiva dos turistas nesta área. Da mesma forma, acompanhei de perto os processos de despejo e a substituição de populações em bairros populares como os de Alfama e Mouraria.

Quando ingressei na Faculdade, pude aí aprofundar uma série de conhecimentos ao nível das políticas públicas e desigualdades sociais, o que me fez ganhar cada vez mais interesse em questões como as políticas públicas para a habitação e questões relativas às divisões desiguais do espaço, de que são exemplo os processos de segregação e gentrificação das cidades. Mas foi fora do campo académico que tive contacto no terreno com este tipo de questões, começando a militar em espaços pelo direito à habitação, pelo direito à cidade e contra os processos de substituição de populações e despejos a ocorrer na metrópole de Lisboa. Foi num destes espaços que mantive, pela primeira vez, um contacto regular com pessoas ameaçadas por processos de despejo, recentemente despejadas ou em risco de o serem. Inicialmente, no movimento de que fiz parte, lidavam-se com situações de arrendamento, *bullying* imobiliário e situações de assédio e coerção por parte de senhorios abusivos, casos que tipicamente estavam associados aos bairros centrais da cidade. Com o avançar do tempo, começaram a procurar ajuda famílias que lidavam com casos de despejo em casa própria, situações em que se dava o incumprimento de pagamentos de juros relativos a créditos à habitação e, nesses casos, procedia-se à negociação com os bancos e prestava-se apoio jurídico às famílias. Nesta fase, começou-se a verificar que as famílias que procuravam ajuda vinham cada vez mais, não de bairros centrais, mas sim de áreas suburbanas. Os bancos assediavam as pessoas, com tentativas de despejo em que o objetivo era a rentabilização destes fogos, em territórios suburbanos como Mem-Martins e Cacém.

Nestes anos de militância, pude então compreender no terreno como a pressão imobiliária estava a afetar não só a cidade-centro de Lisboa, mas a generalidade dos territórios suburbanos, uns mais afetados pelo processo do que outros. Foi também nestes espaços de militância que pude perceber que o problema dos despejos ia muito além dos bairros populares de Alfama e Mouraria, afetando igualmente territórios da primeira coroa suburbana da cidade. Nestes movimentos pelo direito à habitação e anti-despejos ganhei então consciência destes problemas e comecei a debruçar-me sobre eles. O contacto próximo e regular com pessoas em situações de risco de desalojamento, ajudando a travar alguns despejos e, infelizmente, não conseguindo travar outros, sobretudo nas áreas suburbanas da cidade, levou a querer afastar-me dos casos de estudo mais mediáticos dos bairros centrais de Lisboa.

No mestrado em Sociologia, articulando a minha militância pelo direito à habitação e pelo direito à cidade com o meu interesse pela questão urbana, desde logo orientei os meus estudos para a área de Sociologia Urbana, ganhando as bases nesta área para prosseguir a minha investigação. Estudei os clássicos da teoria da gentrificação, compreendi a gentrificação dos bairros centrais de Londres em Ruth Glass (1964), a gentrificação de Manhattan em Neil Smith (1979) e a “nobilitação urbana” do Bairro Alto em Luís Mendes (2006). Ainda assim, a experiência que havia tido nos subúrbios da cidade levou-me a interessar também pela questão dos processos de suburbanização e a extensão da gentrificação às coroas suburbanas de Lisboa. A ideia aqui seria colocar os subúrbios, paradoxalmente, no centro da investigação, estudando a manifestação espacial das desigualdades sociais e as divisões desiguais do espaço suburbano do concelho de Almada.

. Um dos grandes propósitos desta dissertação é compreender a relação entre os processos de suburbanização e gentrificação e a relação que têm no contexto metropolitano atual, contribuindo para o aprofundamento da articulação teórica entre estas duas correntes da sociologia urbana. Para isso, importa referir que existem diferenças significativas entre o modelo anglo-saxónico de desenvolvimento das cidades e o modelo que observamos em cidades europeias como Madrid, Paris e Lisboa, porque as áreas suburbanas foram tendo diferentes padrões de povoamento e também porque o perfil socioeconómico dos residentes é bastante diferenciado. Neste sentido, verifica-se uma oposição entre casos como o de Inglaterra, em que a suburbanização se deu como resposta da burguesia inglesa à degradação das cidades, e casos opostos como o de

França, em que o “*banlieue*” é símbolo da suburbanização da pobreza com o objetivo de manter a burguesia na cidade-centro (Fishman 2017). Em Portugal, que durante grande parte do século XX teve subúrbios com uma proporção significativa de população operária, a progressiva ocupação destes territórios por classes médias é um fenómeno recente e de geografia variável. E como em Portugal o fenómeno da gentrificação nestas áreas suburbanas é recente, não existe ainda literatura que trabalhe especificamente a questão desta perspetiva. É então fundamental o estudo dos processos de transformação gentrificadora nestes locais e as consequências que têm para os seus residentes. Colocada aqui de uma forma mais vaga, a grande pergunta de partida desta dissertação é “Quais são as consequências socio-espaciais da extensão do fenómeno da gentrificação a áreas suburbanas?” Para isso, tomo como caso de estudo o concelho de Almada, um dos concelhos da primeira coroa suburbana da metrópole de Lisboa onde o fenómeno é mais evidente, ao nível da alteração do perfil socioeconómicos dos residentes e ao nível do *displacement*.

Na literatura da suburbanização e no estudo dos novos tipos de relação centro-periferia em contextos metropolitanos, verifica-se que existe ainda pouca articulação com a literatura da gentrificação, sendo reduzido o número de estudos que de facto abordam o fenómeno da extensão do processo de gentrificação a áreas suburbanas (Hochstenbach e Musterd 2018). A dicotomia urbano-suburbano altera-se profundamente no contexto metropolitano e os processos de gentrificação nos subúrbios também eles contribuem para a existência de uma nova condição suburbana. Da mesma forma, a literatura da gentrificação encontra-se em muitos casos presa à sua definição clássica, reduzindo o estudo do fenómeno à análise de transformações residenciais nos bairros centrais da cidade. Um estudo da gentrificação que queira ser atual tem de ter em conta as formas contemporâneas que o processo assume, analisando a gentrificação além da sua faceta mais residencial e ultrapassando as fronteiras da cidade-centro, sobretudo quando o contexto são metrópoles policêntricas (Lees 2003; Hackworth e Smith 2001). O *displacement*, como principal consequência da gentrificação, também precisa de ser estudado nestes contextos. Muitos dos estudos sobre *displacement* continuam focados sobretudo numa análise de migrações, associados à ideia de gentrificação enquanto um fenómeno residencial que provoca deslocações físicas forçadas (Freeman e Braconi 2004; Freeman 2005; Vigdor et al. 2002). Só entendendo outros elementos da relação entre o

individuo e o espaço, nomeadamente no que diz respeito a formas simbólicas de perda de espaço, se pode compreender integralmente a questão do *displacement*.

Com esta investigação, pretendo também contribuir para o estudo das formas mais contemporâneas da gentrificação em Lisboa, no seu sentido metropolitano, nomeadamente no que diz respeito à extensão do processo à primeira coroa suburbana, entendendo o fenómeno na sua escala metropolitana, e para o entendimento do *displacement* e de como ocorre neste contextos, nas várias formas em que se manifesta, sejam elas diretas, com a existência de desalojamentos residenciais, ou indiretas, com formas simbólicas de perda de espaço.

Nesse sentido, um dos grandes objetivos desta investigação está em compreender as mudanças sociodemográficas em Almada, na forma como nos dão uma aproximação àquilo que é a extensão e dimensão do processo de gentrificação no concelho. Para isso, é essencial compreender também a relação existente entre os processos de metropolização em Lisboa e a extensão do processo de gentrificação às coroas suburbanas da metrópole. Como é que estes processos são próprios da gentrificação contemporânea? Qual é a relação entre a posição que Almada ocupa no contexto da metrópole, de “subúrbio de porta” (Salgueiro 2001) e a extensão do processo de gentrificação aqui? Por outro lado, importa perceber quais são as alterações do perfil socioeconómico dos residentes de Almada e como é que a gentrificação afeta os custos de habitação. Qual é a dimensão da pressão imobiliária no concelho? Qual tem sido a evolução de Almada, não só em termos dos grupos socioeconómicos dos residentes, mas também em termos de capital cultural e níveis de educação?

Relacionado com o aumento dos custos de habitação e pressão imobiliária em Almada, outro dos grandes objetivos é compreender as consequências da extensão do processo de gentrificação ao concelho a nível da habitação, no que diz respeito ao desalojamento residencial e às deslocações físicas forçadas de residentes de mais baixos rendimentos. Como se dão nestes casos os processos de desalojamento, na relação que mantém com os senhorios e nas tentativas de negociação? Nestes casos, há quem se veja obrigado a sair do concelho para periferias mais distantes. Como é que se dão estas mudanças de residência? Por outro lado, existem aqueles que conseguem continuar a residir no concelho, mesmo em contexto de gentrificação. Nestes casos, importa perceber as estratégias de sobrevivência e resistência ao *displacement*, e perceber também como

se dão estas mudanças de residência e quais são as posteriores condições de habitação, no que diz respeito à lotação e salubridade dos fogos, bem como aos esforços de renda.

Por fim, o último grande objetivo da dissertação é situar e interpretar as consequências da extensão do processo de gentrificação ao nível da vida quotidiana e relações de vizinhança no concelho de Almada, e as formas de *displacement* indireto dos residentes. Neste sentido, o horizonte analítico da dissertação pode ser fixado neste conjunto de questões: Quais são as novas formas de apropriação de espaços públicos requalificados e privatizados? Qual é a capacidade de influência política, na governança municipal e de bairro, dos novos residentes, comparando com a influência dos residentes de longa data com baixos rendimentos? Como é que o contexto de gentrificação está na origem da alteração de identidades locais e sentimentos de pertença? Quais são as perceções em relação às mudanças nos serviços de bairro e às mudanças do tecido comercial do concelho? Importa, portanto, perceber as perceções dos residentes sobre estas transformações, na medida em que podem configurar perdas de espaço político, social e cultural.

Neste estudo, elegi Almada para uma primeira abordagem ao estudo da gentrificação suburbana na metrópole de Lisboa porque a extensão da gentrificação é um fenómeno que se evidencia no concelho, não só com uma valorização do imobiliário e alteração do perfil socioeconómico dos seus residentes, mas também em termos de *displacement*. Almada, enquanto “subúrbio de porta”, teve uma história de povoamento diferenciada de outros territórios suburbanos, com uma maior diversidade socioeconómica dos residentes. Isto porque, em zonas como a Cova da Piedade, chegou a existir uma maioria de população operária, enquanto em zonas mais próximas do transporte fluvial residiam muitos funcionários do setor terciário da baixa lisboeta. É também esta proximidade a Lisboa que confere a Almada uma posição privilegiada no contexto da metrópole e, nesse sentido, assiste agora a uma das maiores valorizações imobiliárias da Área Metropolitana de Lisboa, como se irá verificar no segundo capítulo.

O processo de gentrificação pode ser entendido como uma estratégia global (Smith 2001), inserida num contexto de globalização económica e metropolização das cidades. No âmbito planetário, importa, porém, explorar a relação entre os processos de globalização económica e metropolização. Nesse sentido, compreende-se a constituição da metrópole de Lisboa e a posição de Almada no contexto metropolitano. Sabe-se que a

metropolização de Lisboa arranca sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, quando Lisboa e os seus concelhos limítrofes atingem o marco demográfico do milhão de habitantes (Nunes 2011), dando-se uma forte concentração e crescimento demográfico acentuado das áreas suburbanas.

Já a gentrificação em Lisboa foi facilitada sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990, com a abertura da economia portuguesa e a liberalização do mercado habitacional privado, que tiveram efeitos sobre a pressão imobiliária e uma progressiva ocupação de classe média no centro da cidade, e daí este processo começou a estender-se a zonas pericentrais. Nos mais recentes anos, começa-se a verificar a extensão do processo de gentrificação à primeira coroa suburbana de Lisboa, sendo que Almada assume um lugar de destaque nesse sentido, com uma forte valorização imobiliária, com uma alteração do perfil socioeconómico dos residentes e com a requalificação de espaços públicos. Contudo, o concelho de Almada não é todo igualmente afetado pela gentrificação, e nesse sentido importa diferenciá-lo, com uma análise do processo ao nível das freguesias.

A dissertação constrói-se assim em momentos diferentes em escalas temporais e espaciais diferenciadas. Para situar o processo de gentrificação em Almada, faz-se uma aproximação à sua condição na Área Metropolitana de Lisboa e à capital, com a recolha de alguns dados relativos a indicadores sociodemográficos. Por esta via, exploram-se algumas das mais recentes transformações urbanas em Almada relacionando-as com processos metropolitanos. Complementarmente, existe um foco particular em Almada e na generalidade das suas freguesias, distinguindo os diferentes níveis de intensidade a que o processo ocorre no concelho. Neste sentido, assume particular destaque a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, com bastantes evidências de gentrificação. A nível temporal, recua-se à década de 1960 para compreender a metropolização de Lisboa, às décadas de 1980 e 1990 em busca das origens do processo de gentrificação e sobretudo à última década para compreender a extensão da gentrificação ao concelho de Almada.

Com esse intuito, procedi a uma análise dos dados demográficos, da estrutura de grupos socioeconómicos e dos níveis de ensino ao nível metropolitano. Para entender as manifestações de *displacement* em Almada, recorri também à observação participante e a entrevistas semi-diretivas com associações e residentes e ex-residentes do concelho, em territórios da freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas. O trabalho de

recolha de dados estendeu-se entre outubro de 2019 e abril de 2022, sendo muito afetado pelos confinamentos e retração de contatos sociais provocados pela pandemia.

Procuo estudar as consequências para os lesados da gentrificação, para quem é desalojado e quem se encontra em risco de desalojamento, em oposição a estudos que se focam na figura do *gentrifier*. Além disso, está também subjacente a esta investigação a ideia de estudar o invisível, entendendo as “microdinâmicas metropolitanas” (Nunes e Baptista 2010), coisas que nem sempre estão à vista de quem se movimenta nestes lugares. Os contextos suburbanos como o de Almada são particularmente invisíveis, o que torna fundamental o seu estudo.

A dissertação encontra-se organizada em três capítulos. No primeiro, encontra-se a componente teórica, começando como uma revisão da literatura do *displacement*, das definições às diferentes tipologias de *displacement* direto e indireto, referentes às situações de desalojamento residencial e às perdas simbólicas de espaço. Compreendendo o *displacement* como uma das principais consequências dos processos de gentrificação nas cidades, alargo a análise para incluir os mais relevantes debates em torno da sua definição, desde as teorias às propostas em torno das suas formas contemporâneas, identificando diferentes vagas. A extensão da gentrificação a áreas suburbanas emerge como um fenómeno contemporâneo de gentrificação, merecedor de maiores desenvolvimentos teóricos e empíricos. Nesse sentido, faço uma análise das implicações e da relação entre os processos de suburbanização, a existência de novas condições suburbanas e a extensão da gentrificação.

No segundo capítulo faz-se uma contextualização da extensão do processo de gentrificação a Almada. Em primeiro lugar, compreendendo o processo de metropolização de Lisboa e a evolução demográfica da área metropolitana, e o seu crescimento em resultado de um processo de suburbanização. Em segundo lugar, entendendo a posição de Almada no contexto metropolitano, analisando a sua explosão demográfica, a industrialização e desindustrialização do concelho, os seus padrões de povoamento, os seus padrões de mobilidade e transportes e a sua estrutura de emprego em termos de setores de atividade e grupos socioeconómicos. Em terceiro lugar, entendendo a extensão da gentrificação a Almada num contexto de intensificação do processo de gentrificação em várias áreas de Lisboa, analisa-se o processo em Lisboa na sua escala metropolitana, identificado as suas origens nos bairros centrais da cidade, num

contexto de abertura da economia portuguesa e liberalização do mercado habitacional privado e políticas de reabilitação urbana. Nesse sentido, faz-se uma interpretação dos dados de evolução dos custos de habitação, dos níveis de ensino e dos grupos socioeconómicos na área metropolitana, e a sua evolução de Lisboa a Almada. Os resultados destes dados, em conjunto com a abordagem qualitativa do capítulo seguinte, dão um melhor entendimento da extensão da gentrificação à primeira coroa suburbana da cidade. O capítulo termina com uma apresentação das metodologias utilizadas no decorrer da investigação, das entrevistas semi-diretivas à observação participante.

O terceiro capítulo consiste então na apresentação e discussão dos dados empíricos recolhidos através do trabalho de campo que incluiu trabalho exploratório de identificação e abordagem a várias associações e coletivos ligados à luta pelo direito à habitação no concelho, culminando em entrevistas semi-diretivas a quatro integrantes desses grupos; identificação e abordagem a residentes e ex-residentes do concelho, afetados por processos de *displacement*, culminando em quatro entrevistas semi-diretivas; observação participante realizada em diversos espaços públicos e comerciais recentemente requalificados. Numa primeira parte, faz-se uma apresentação das situações de desalojamento residencial e estratégias de sobrevivência e resistência ao desalojamento, bem como dos processos de mudança de residência e condições posteriores de habitação. Na segunda parte do capítulo, foco-me nas perceções dos residentes relativas às transformações mais recentes de Almada em consequência da extensão da gentrificação, e a forma como altera a vida quotidiana e relações de vizinhança destes residentes, desde a perda de locais de encontro, a um sentimento de perda de capacidade de influência política e de um sentido de pertença a Almada. O argumento aqui é que estes sentimentos de perda de espaço configuram também eles *displacement*.

Dedico as últimas páginas da dissertação a considerações finais, apresentando as conclusões, os contributos para a disciplina e ainda propostas para futuras investigações neste campo.

Capítulo 1. *Displacement* e Gentrificação: Fundamentos Teóricos, Tipologias e Estudos de Caso

Neste primeiro capítulo, encontra-se a base teórica desta investigação, procedendo-se a uma revisão da literatura dos conceitos de *displacement* e de gentrificação. Recuo à definição seminal de Grier e Grier, de 1978, a partir da qual Marcuse viria a construir a sua tipologia de *displacement*, que distingue quatro formas de *displacement* direto, que são situações de desalojamento residencial, e duas outras de *displacement* indireto, tidas aqui enquanto formas simbólicas de perda de espaço: *exclusionary displacement* e *pressure of displacement*. Posteriormente, Mark Davidson (2008) constrói uma tipologia específica *displacement* indireto, distinguindo três formas: *indirect economic displacement*, *community displacement* e *neighborhood resource displacement*. Além de uma conceptualização do *displacement*, procede-se aqui a uma análise dos estudos de *displacement*, quantitativos e qualitativos, na forma como nos informam das populações vulneráveis ao *displacement*, dos processos de mudança de residência dos desalojados e das perceções dos residentes relativamente às transformações urbanas que se dão em contextos de gentrificação. Clarificam-se também as definições de gentrificação, desde a sua definição clássica às formas contemporâneas que o processo assume. Neste contexto, analisam-se as diferentes vagas e mutações do processo ao longo dos tempos, como passou de ser um fenómeno associado a bairros centrais da cidade, que agora se estende a outros contextos, nomeadamente a áreas suburbanas das metrópoles. Assim, estabelece-se a relação que existe entre os processos de metropolização das cidades, processos de suburbanização, globalização económica e o fenómeno da gentrificação, que se estendendo a estas áreas suburbanas, está também na origem de novas formas de entender e de se viver nos subúrbios.

1.1.Displacement

Uma das principais dificuldades associadas ao estudo de casos de *displacement* é a falta de consenso científico em relação à sua definição. Apesar de na literatura aparecer muitas vezes associado aos processos de gentrificação, o *displacement* pode ocorrer por vários outros motivos e pode assumir diversas formas. Que motivos e formas configuram *displacement* é o que está na origem deste debate teórico, que divide quem estuda o fenómeno. Esse debate passa por conhecer onde acontece o *displacement*: o *displacement* será um fenómeno inerentemente urbano ou, por outro lado, estende-se também a áreas rurais? (Phillips et al. 2021); o que está na origem do *displacement*: serão só atividades de reinvestimento que motivam o *displacement*, ou serão também situações de desinvestimento e outros tipos de reestruturação do mercado? (Grier e Grier 1978); o que pode ou não ser considerado *displacement*: Será que deslocações provocadas por desastres naturais podem ser entendidas enquanto *displacement*; e se pode haver *displacement* sem que existam necessariamente deslocações espaciais forçadas. Em diferentes autores, como mostrarei ao longo do capítulo, encontramos uma variedade de respostas para estas perguntas, que irão distinguir aquilo que Lee e Hodge apresentam como noções “conservadoras” e “liberais” de *displacement*. Para Lee e Hodge, enquanto uma noção “liberal” de *displacement* deverá incluir a deslocação provocada por todas estas situações, uma noção “conservadora” só irá incluir algumas destas, excluindo outras:

“(...) to be conceptualized to include mobility generated by: (a) public-sector actions as well as private-sector actions; (b) disinvestment- as well as reinvestment-related activity; and (c) rent increases and other conditions perceived as unacceptable by the household as well as physical eviction or destruction of the dwelling unit” (Lee e Hodge 1984, 221)

A definição clássica de Grier e Grier, proposta no contexto de um estudo desenvolvido para o Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano americano entende o *displacement* enquanto um fenómeno de deslocação espacial involuntária e, na medida que engloba as várias situações descritas por Lee e Hodge, é tida por estes últimos como uma noção “liberal” de *displacement*. Por se tratar de um definição central neste trabalho, vale a pena seguir em extensão a categorização dos autores:

“(...) any household is forced to move from its residence by conditions which affect the dwelling or its immediate surroundings, and which: 1. are beyond the household's reasonable ability to control or prevent; 2. occur despite the household's having met all previously-imposed conditions of occupancy and 3. make continued occupancy by that household impossible, hazardous, or unaffordable”(Grier e Grier 1978, 8)

Apesar de, no seu trabalho, Grier e Grier se focarem sobretudo no problema do *displacement* urbano, reconhecendo que é um fenómeno que tem particular expressão no centro das cidades, entendem que este também ocorre em áreas suburbanas e rurais (Grier e Grier 1978, 1). Em áreas urbanas centrais, o *displacement* aparece associado não só a atividades de reinvestimento, em particular ao fenómeno da gentrificação, mas também em situações de desinvestimento e abandono. No caso de atividades de reinvestimento, as unidades acabam por ser vendidas ou alugadas a novos residentes com um maior nível de rendimentos. Já em situações de desinvestimento, as unidades residenciais são desocupadas quando deixa de ser rentável mantê-las, resultando em situações de abandono (Grier e Grier 1978, 3).

Apesar de o *displacement* ser um fenómeno causado maioritariamente por mudanças no setor privado, também encontramos situações no setor público, ou até mesmo causado por eventos naturais. É neste sentido que Lee e Hodge distinguem formas privadas e públicas de *displacement* (Lee e Hodge 1984, 221). Na sua conceptualização, “*private-action*” *displacement* inclui assim ações de despejo, abandono, demolições, conversão, fins de contrato e situações de incumprimento do crédito hipotecário. Desta categoria ficam excluídos os desalojamentos atribuídos a programas governamentais, considerados pelos autores como “*public displacement*”, mas também grandes aumentos nas rendas e impostos sobre a propriedade.

Na definição de Grier e Grier, o *displacement* pode assumir tanto a forma de *displacement* físico, que inclui despejos, saídas motivadas por problemas de manutenção e condições físicas do fogo, como de *displacement* económico, em que grandes aumentos inesperados nas rendas e juros de propriedade levam ao desalojamento dos residentes. Desta definição ficam excluídas mudanças residenciais relacionadas com o incumprimento do pagamento de rendas, comportamentos que violem condições previamente impostas e mudanças voluntárias em busca de melhores condições de

habitação e trabalho (Grier e Grier 1978, 9), mudanças que os autores consideram ser voluntárias de residência ou que não estão diretamente relacionadas com as condições do fogo.

1.1.1 Tipologia de Marcuse

É a partir desta definição que Marcuse constrói a sua própria tipologia de *displacement* que, por um lado, distingue as formas físicas e económicas de *displacement* direto, já presentes na conceptualização de Grier e Grier, mas expande esta noção, incluindo também formas indiretas de *displacement*, que Marcuse distingue entre *exclusionary displacement* e *displacement pressures*. A definição de Grier e Grier abrange, como referido acima, formas de *displacement* físico e *displacement* económico. *Displacement* físico, na definição de Marcuse, é entendido como uma deslocação involuntária motivada pelas características físicas do fogo, e pode acontecer em consequência de incêndios, demolições, problemas de manutenção e assédio por parte dos senhorios. Já o *displacement* económico é referente a casos de desalojamento residencial que ocorrem quando os habitantes não têm condições para pagar os aumentos dos preços das rendas ou juros. Quer os casos de *displacement* físico, quer os casos de *displacement* económico, são entendidos em Marcuse enquanto *displacement* direto, ou seja, deslojamento residencial. *Displacement* direto ou residencial, segundo o autor, é referente a situações em que exista uma “*housing-related involuntary residential dislocation*” (Marcuse 1985, 205).

Marcuse distingue ainda outras duas formas de *displacement* direto ou residencial, no que diz respeito aos métodos utilizados para o medir, o *last-resident displacement* e o *chain displacement*. Quando só se considera o último residente de uma unidade residencial como desalojado, fala-se de *last-resident displacement*. Segundo este método, o número de unidades residenciais afetadas será o mesmo que o número de agregados familiares desalojados. Já o *chain displacement* tem em conta a temporalidade do fenómeno, considerando outros agregados familiares que possam ter habitado previamente uma dada unidade residencial e que foram desalojados entretanto, em resultado de um anterior estado de degradação do edificado ou de um anterior aumento de renda. Segundo este método, o número de agregados desalojados pode ultrapassar o número de unidades afetadas pelo *displacement*, tornando a sua medição mais complexa. O Quadro n.º 1 sistematiza os atributos da tipologia de Marcuse.

Quadro nº 1: Tipologia de *Displacement* de Peter Marcuse

Forma de Displacement	Definição
Physical Displacement	<i>“Occurs when a building is demolished, or gutted by fire, or when a landlord through extreme undermaintenance or forcible harassment makes it impossible or dangerous for an occupant to remain” (Marcuse, Engler, e Rasmussen 1989, 1357)</i>
Economic Displacement	<i>“Occurs when ... the costs of continued occupancy rise beyond an occupant’s ability to pay” (Marcuse, Engler, e Rasmussen 1989, 1357)</i>
Last-Resident Displacement	<i>“One method looks at the number of housing units affected. This method considers only the last resident of that unit as displaced” (Marcuse 1985, 206);</i>
Chain Displacement	<i>“(…) Another household, however, may have occupied that unit earlier, and also may have been forced to move at an earlier stage in the physical decline of the building or an earlier rent increase” (Marcuse 1985, 206);</i>
Exclusionary Displacement	<i>“Occurs when any household is not permitted to move into a dwelling, by a change in conditions that affects the dwelling or its immediate surroundings” (Marcuse 1985, 206);</i>
Pressure of Displacement	<i>“When a family sees the neighborhood around it changing dramatically, when their friends are leaving the neighborhood, when the stores they patronize are liquidating and new stores for other clientele are taking their places, and when changes in public facilities, in transportation patterns, and in support services all clearly are making the area less and less livable, then the pressure of displacement already is severe” (Marcuse 1985, 207)</i>

I Fonte: Adaptado de (Phillips et al. 2021, 68), (Marcuse 1985), (Marcuse 1989)

Como referido acima, a inovação da tipologia de Marcuse em relação à definição clássica de Grier e Grier está em como o autor expande esta noção, de forma a incluir na

sua definição formas indiretas de *displacement*, que o autor distingue entre *exclusionary displacement* e *pressure of displacement*. *Exclusionary displacement* ocorre quando agregados com baixos rendimentos se veem impossibilitados de mudar para um determinado edifício ou bairro, em consequência do processo de gentrificação. Peter Marcuse detalha o processo afirmando:

“When one household vacates a housing unit voluntarily and that unit is then gentrified or abandoned so that another similar household is prevented from moving in, the number of units available to the second household in that housing market is reduced. The second household, therefore, is excluded from living where it would otherwise have lived” (Marcuse 1985, 206).

Relacionado com este encontra-se o *pressure of displacement*, que assume que *“displacement affects more than those actually displaced at any given moment”* (Marcuse 1985, 207). Com *pressure of displacement*, Marcuse refere-se às mudanças na comunidade, estruturas comerciais, serviços e transportes associados à gentrificação que pressionam as famílias para o *displacement*. Segundo esta definição, consideram-se *displacees* os indivíduos que se decidem mudar face a estas circunstâncias, e não só aqueles que esperam ser formalmente desalojados:

“It’s actually only a matter of time. Families living under these circumstances may move as soon as they can, rather than wait for the inevitable; nonetheless they are displaced” (Marcuse 1985, 207).

Esta tipologia de Marcuse é particularmente relevante por dois motivos. Em primeiro lugar, pela forma como permite compreender as várias formas que o fenómeno do *displacement* pode assumir, para além de simples mudanças involuntárias de residência. Aliás, foi originalmente a partir destas definições de *exclusionary displacement* e *displacement pressures* em Marcuse, que outros autores problematizaram as formas indiretas de *displacement*, que irei analisar de seguida. Em segundo lugar, orientou o meu trabalho de terreno, permitindo distinguir as situações de *displacement* em Almada, nas suas formas diretas e indiretas. Estas últimas, são objeto de análise na parte que se segue.

1.1.2 Formas indiretas de *displacement*

Marcuse, na sua tipologia de *displacement*, categoriza não só quatro formas de *displacement* directo, físico e económico, *last-resident* e *chain displacement*, mas também duas formas de *displacement* indirecto, distinguindo as situações já referidas de *exclusionary displacement* e *pressure of displacement*. Mark Davidson estende esta conceção, propondo três outras formas de *displacement* indirecto: *Indirect Economic Displacement*, *Community Displacement* e *Neighbourhood Resource Displacement* (Davidson 2008).

Em primeiro lugar, o *Indirect Economic Displacement*, que remete para como, em contextos de gentrificação, se dá a valorização do imobiliário e um grande fluxo de capital cultural e económico para as áreas gentrificadas. Neste sentido, o conceito de *Indirect Economic Displacement* em Davidson coincide parcialmente com o conceito de *exclusionary displacement* de Marcuse, que remete para a valorização do imobiliário em contextos de gentrificação e conseqüente exclusão de agregados de baixos rendimentos de aceder a estes bairros enquanto residentes. Em Davidson, porém, o fluxo de capital cultural e económico em áreas gentrificadas está não só associado às mudanças no mercado imobiliário que afetam os residentes e resultam em situações desalojamento residencial, mas também à gentrificação de zonas envolventes e ao *upgrading* residencial e comercial, que também criam pressões sobre os residentes. A atração para estas áreas causa *displacement*, num processo guiado pelo reinvestimento social e cultural, que diminui a habitação a preços acessíveis e provoca mudanças da vida quotidiana e relações de vizinhança. Há, nesta conceptualização de Davidson, um foco na temporalidade do processo de gentrificação, pensando, além das mudanças individuais a curto prazo, nas implicações a longo prazo à escala dos bairros. O Quadro n.º 2 sintetiza a tipologia do autor.

Quadro nº 2: Tipologia de *Displacement* Indireto de Mark Davidson

Forma de <i>Displacement</i>	Definição
<i>Indirect Economic Displacement</i>	“ <i>Indirect displacement therefore associates ‘price shadowing’ not only with housing market change, but also with the related influx of economic and cultural capital. This includes the gentrification of surrounding housing and the development of new high-status commercial and residential buildings</i> ” (Davidson 2008, 2390);
<i>Community Displacement</i>	“(…) <i>how gentrifiers are central to the re-imagining of place and often are highly involved in the reorganization of neighbourhood social welfare provision. Gentrification, as a class-based process of neighbourhood change, is therefore centrally concerned with power and control of local cultural and political apparatus</i> ” (Davidson 2008, 2391)
<i>Neighbourhood Resource Displacement</i>	(…) <i>involves the changing orientation of neighbourhood services and the increasing ‘out-of-placeness’ of existing residents. It recognizes that, as a neighbourhood transitions, not only does the neighbourhood social balance change, but also local shops and services change and meeting-places disappear</i> ” (Davidson 2008, 2392)

2Fonte: (Davidson 2008, 2390–92)

O *Community Displacement*, por outro lado, refere-se às alterações que os processos de gentrificação provocam na governança dos bairros e nas identidades locais. Nestes casos, as mudanças sociais e políticas encontram-se na base de uma perda simbólica de espaço para os residentes. Mark Davidson recorre a dois estudos diferentes para exemplificar estas alterações da vida em comunidade e participação política em contextos de gentrificação (Davidson 2009). James Fraser, por um lado, refere como as mudanças sociais neste contexto de gentrificação estão na origem de situações de exclusão, em que os residentes de longa data se sentem incapacitados de produzir e transformar o espaço em que vivem, com a chegada de novos residentes de classe média, com maior capital económico e cultural (Fraser 2004). Já Leslie Martin refere como a capacidade de influência política é maior nos novos residentes de classe média em relação aos antigos residentes. Os novos residentes, tendo um maior controlo sobre o aparelho político, fazem com que se dê assim uma perda de espaço político para os antigos residentes. Neste contexto, dão-se também situações de conflito entre antigos e novos residentes, que na maioria das vezes assumem diferentes interesses para o bairro (Martin 2007). A gentrificação, enquanto processo de mudança de classe dos bairros, está assim na origem de mudanças quer ao nível do controlo do aparelho político, quer ao nível da cultural local.

Por fim, o *Neighbourhood Resource Displacement* está associado a mudanças nos serviços, na estrutura comercial e nos locais de encontro. Como refere Davidson, “*the places by which people once defined their neighbourhood become spaces with which they no longer associate*” (Davidson 2008, 2392). Estas alterações resultam em perda simbólica de espaço, no sentido em que as pessoas deixam de se identificar com o lugar onde residem. Da mesma forma, a abertura de novos espaços de consumo ajustados às preferências e ao poder de compra dos novos residentes de classe média, tal como a privatização de espaços públicos, aparecem diversas vezes na literatura associados a situações de *displacement*.

Desta tipologia compreende-se a conceção de *displacement* do autor, descrita pelo próprio como “*place-based*”, pois evidencia como os fenómenos de *displacement* ultrapassam as situações de desalojamento residencial ou direto e permite entender as consequências das mudanças socio-espaciais nos residentes de longa data que conseguem continuar a residir na mesma área, mesmo que em contextos de gentrificação. É neste sentido que Davidson critica a literatura da gentrificação, que para o autor é

significativamente marcada por uma preocupação com as deslocções físicas (S. J. Newman e Owen 1982; Freeman e Braconi 2004; Freeman 2005; Vigdor et al. 2002). Para estes autores, o *displacement* é tido como um evento de simples realocação espacial, não existindo *displacement* na ausência de realocação espacial. Referindo-se justamente aos autores que entendem o *displacement* somente enquanto um fenómeno de realocação, Davidson argumenta:

“The problem with this understanding of displacement is that it reduces a socio-spatial phenomena to a purely spatial event. This leaves us with a number of problematic implicit assumptions, including the notion that spatial relocation equals (a sense of) displacement and that the absence of spatial relocation equates to the non-occurrence of displacement. Put simply, displacement understood purely as spatial dislocation tells us very little about why it matters. We miss the very space/ place tensions (Taylor, 1999) that make space a social product (Lefebvre, 1991).” (Davidson 2009, 223)

Num nível de abstração mais elevado, Davidson recorre à noção de Ser em Heidegger, como base da existência social e espacial, contra a ontologia calculista e matemática de Descartes. Aqui, o conceito de habitação é central, sendo que a essência do Ser é inerentemente espacial. Além da noção de ser em Heidegger, Davidson recorre também à noção de espaço vivido em Lefebvre. O espaço vivido é entendido em Lefebvre como a interseção entre o idealismo do espaço abstrato (espaço concebido) e o materialismo do espaço absoluto (espaço percebido), tratando-se assim de uma construção que é tanto mental como física. Segundo Davidson, Lefebvre identifica então a perda de espaço não só como uma perda de espaço (absoluto) mas como uma transformação do espaço vivido (Davidson 2009, 227). Tal como refere Davidson, as pessoas podem ser *displaced* sem que ocorra uma deslocalização espacial, e o contrário também acontece, com pessoas a poderem deslocar-se sem “perderem espaço”.

Outros autores têm seguido os passos de Marcuse e Davidson e trabalhado sobre formas indiretas de *displacement*. Filip Stabrowski (2014) descreve aquilo que entende como o “*everyday displacement*” dos imigrantes polacos no contexto do processo de gentrificação do bairro de Greenpoint em Brooklyn, Nova Iorque, fenómeno que vai além das situações de desalojamento residencial. Neste contexto, os imigrantes que conseguem continuar a residir em Greenpoint sentem-se cada vez mais excluídos e marginalizados,

inseguros e mais pobres, alterando a sua noção de pertença ao bairro. Neste ponto, Strabrowski afirma:

“I call “everyday displacement” the ongoing, lived experience of the loss of the security, agency, and freedom to “make place”. Like displacement pressure (Marcuse 1985), everyday displacement is experienced by low-income and working-class residents who remain physically a part of the neighborhood, even as their living conditions, sense of security, and access to local resources are all being eroded.” (Strabrowski 2014, 808).

Derek Hyra (2015), por sua vez, identifica formas indiretas de *displacement*, distinguindo *displacement* político e cultural, a partir da análise do processo de gentrificação do bairro afro-americano de Shaw/U Street em Washington DC. Como o autor define:

“Political displacement refers to when a long-standing racial or ethnic group ‘become(s) outvoted or outnumbered by new residents’ leading to the loss of decision-making power by the former group’ (Martin 2007, 605). Political displacement might occur in redeveloping areas when low-income people remain but become overpowered by upper-income newcomers (...) Cultural displacement occurs when the norms, behaviours and values of the new resident cohort dominate and prevail over the tastes and preferences of long-term residents” (Hyra 2015, 1754) .

No caso do bairro de Shaw U/Street o fenómeno de *political displacement* traduziu-se numa perda de poder político para a comunidade afro-americana e numa defesa dos novos serviços pelos novos residentes brancos de classe média, que foram responsáveis por alterações nos espaços culturais das comunidades afro-americanas. No que diz respeito ao *cultural displacement*, o autor verificou neste bairro uma transformação de várias associações afro-americanas em parques para cães e bicicletas e um branqueamento da cultura afro-americana, o que acabou por contribuir para o sentimento de não pertença por parte desta comunidade.

Kate Shaw e Iris Hagemans em *“Gentrification without Displacement”* (2014) partem também dos elementos identificados por Mark Davidson, como constituintes da noção de lugar e fazem um retrato do *displacement* indireto, tendo como caso de estudo a cidade de Melbourne, na Austrália. Neste contexto, as lojas e locais de encontro têm particular importância para dar um sentido de pertença aos residentes de longa data, bem

como a natureza das estruturas sociais locais e governança, fundamentais para a formulação da identidade da comunidade. Segundo Shaw e Hagemans, a perda deste “*sense of place*” pode então constituir uma forma de *displacement*, não requerendo necessariamente a existência de movimentos migratórios e deslocações físicas forçadas. Para os residentes de mais baixos rendimentos, que têm poucos recursos para se deslocarem e desenvolverem laços sociais fora do seu bairro, o local de residência ganha uma importância fundamental para a formulação da identidade e pertença, e nesse sentido são desproporcionalmente afetados por esta perda de “*sense of place*”:

“For low-income people who have fewer choices and less capacity to travel in order to shop and socialize, wholesale class transition with some residential exceptions (to which there may be few alternatives) can have significant impact. Low-income households tend not to have the wherewithal to voluntarily up and relocate to an area more in keeping with their tastes. If the sources of the familiar shops, services, meeting places, other people in the neighbourhood, the nature of local social order and governance become unfamiliar, low-income people may lose their sense of place without the capacity to find a new one. This loss of place can be as distressing as physical relocation” (Shaw e Hagemans 2014, 5).

Na sua análise ao caso de estudo de Melbourne, as autoras chegam à conclusão de que o processo de gentrificação esteve na origem do fecho de diversas lojas de bairro e abertura de novas boutiques, cafés e restaurantes, de acordo com gostos dos novos residentes de classe média e para os quais os antigos residentes não têm poder de compra nem preferência. Adicionalmente, a renovação de espaços públicos, mediada pelo governo local, implicou a remoção de bancos e uma presença policial mais forte nestes espaços, desencorajando o encontro nestes locais. Neste contexto, deu-se uma perda de contacto social, com as antigas lojas e espaços públicos a deixarem de servir como local de encontro para os antigos residentes, e também uma perda de espaço político para os antigos residentes, com as políticas locais a serem orientadas para os interesses dos novos residentes de classe média. Algumas destas marcas do *displacement* verificaram-se na observação que realizei em Almada.

No mesmo sentido, Chiara Valli estuda o “*sense of displacement*” no bairro de Bushwick em Brooklyn, Nova Iorque. Neste caso de estudo, são exploradas as dimensões afetivas e psicológicas do *displacement* como expressão das desigualdades no bairro e a

percepção que os residentes de longa data têm sobre o processo de gentrificação e, em particular, a percepção que têm sobre os novos residentes. São identificadas aqui as tensões já observadas noutros textos sobre bairros com populações socialmente diversas, dando-se situações de discriminação e marginalização de grupos minoritários. O bairro de Bushwick, que historicamente contou com uma proporção considerável de população afro-americana, encontra-se cada vez mais ocupado por residentes brancos de classe média, que os antigos residentes apelidam pejorativamente de “hipsters”. Valli apresenta parte do discurso dos seus entrevistados:

“At the same time, and arguably, in response to the experience of feeling othered, most interviewees articulate displacement and gentrification by discursively othering the newcomers through stereotypical representations of ‘hipsters’. My interpretation is that this discursive device serves as a defensive positioning and resistance against the threats represented by the in-overs. In fact, the encounter with the newcomers in the neighborhood spaces is perceived as threatening because it does not simply consist of an encounter between individuals: it is an encounter of legacies shaped by racialization and exclusion in the history of the neighborhood and of northern American cities more broadly.” (Valli 2015, 1200)

Estas representações estereotipadas de *hipsters*, que os residentes de longa data entendem como uma representação do privilégio social, económico e racial dos novos residentes, estão assim associadas a mudanças na noção de lugar e pertença, e a uma perda de poder político motivado pelas desigualdades raciais e de classe entre antigos e novos residentes. O sentimento de “*feeling othered*”, como expressado pelos antigos residentes, configura-se como uma expressão destas desigualdades no contexto de de Bushwick. A estes estudos das formas indiretas de *displacement*, que utilizam metodologias sobretudo qualitativas, opõem-se os estudos quantitativos criticados por Davidson, que segundo o autor, representam um “*vazio empírico*” (Davidson 2009, 228).

1.1.3 Estudos Quantitativos e Qualitativos de *Displacement*

Os estudos quantitativos medem essencialmente formas de *displacement* direto, ou seja, casos de desalojamento residencial, reduzindo o fenómeno a deslocações físicas involuntárias (Freeman 2005; Freeman e Braconi 2004). Para isso recorrem a uma análise das migrações, no sentido de mobilidade residencial, tendo como principais variáveis o rendimento e profissão dos residentes, educação, idade, género, etnia, nacionalidade, situação de emprego, situação matrimonial e parental e, relativamente às condições de habitação, variáveis como o regime de ocupação, e outras, entre as quais o nível de renda, lotação e o tempo de residência. Reduzindo o problema a taxas de desalojamento, muitos destes estudos desconsideram a questão do *displacement* ao depararem-se com baixas taxas de desalojamento (S. J. Newman e Owen 1982), com alguns autores inclusive a considerar a gentrificação um fenómeno positivo (Vigdor et al. 2002) e a entender o *displacement* como um acontecimento raro e quase sem expressão.

É assim que Sandra Newman e Michael Owen (1982), num estudo em que analisam entradas e saídas em *census-track units*, nos Estados Unidos entre 1970 e 1977, limitam o *displacement* a deslocações físicas motivadas por desalojamento residencial e chegam a uma taxa de *displacement* de 1% neste período. Da mesma forma, Vidgor (2002), estudando o problema do *displacement* em Boston, coloca a seguinte questão: “*Does Gentrification Harm the Poor?*” Para o autor, a gentrificação não traz consequências para os mais pobres. Como verifica no contexto de gentrificação em Boston, uma família pobre tem maior probabilidade de sair da pobreza do que ser desalojada por uma família não pobre. Analisando a probabilidade de ser desalojado em contextos de gentrificação, também Freeman (2005) chega à conclusão de que os inquilinos mais pobres não foram mais suscetíveis ao desalojamento e de que não existe uma relação significativa entre mobilidade residencial e gentrificação, nem entre *displacement* e gentrificação. A probabilidade de ser desalojado é, segundo o autor, apenas 0,5% maior do que em bairros gentrificados

No que diz respeito às populações vulneráveis ao *displacement*, Freeman e Braconi (2004) chegam à conclusão de que famílias de baixos rendimentos a residirem nos bairros em gentrificação são 19% menos prováveis de se mudarem do que famílias com níveis de rendimento semelhantes a viver noutros locais. Dentro dos bairros em contexto de gentrificação, as principais razões para as mudanças são a dificuldade em

pagar renda (a taxa de esforço é de 61% em média), o assédio por parte dos senhorios e a conversão de condomínios. Apesar destas famílias terem menor probabilidade de se mudarem de bairros gentrificados, há também uma menor probabilidade de famílias com os mesmos rendimentos se mudarem para lá, o que segundo a tipologia de Marcuse corresponde a *exclusionary displacement*. Já segundo Newman e Owen, a maioria dos desalojamentos ocorre nas cidades centrais e porque o senhorio vendeu ou reocupou a unidade. Nestes casos são mais suscetíveis ao desalojamento agregados com grandes taxas de esforço, com ocupações de curta duração e jovens com baixos níveis de educação (S. J. Newman e Owen 1982). Já segundo Vigdor, o desalojamento é mais provável de ocorrer em áreas reabilitadas e famílias com menos estudos são mais prováveis de permanecer na sua unidade (Vigdor et al. 2002).

Quanto à mobilidade residencial dos residentes, Freeman (2005) chega à conclusão de que os movimentos com origem em bairros gentrificados têm uma maior probabilidade de acabarem fora do bairro, com uma taxa de mobilidade residencial dentro do bairro a situar-se entre os 25 e os 45%. Nos movimentos de entrada, o estatuto económico é o fator principal que influencia quem se muda para o bairro gentrificado, mas outros fatores como a etnia e o nível de ensino também têm influência sobre estes movimentos.

Relativamente à distância percorrida na sequência do *displacement*, no caso de Berlim, num estudo de Döring e Ulbricht, 50% dos agregados que se mudaram, fizeram-no para apartamentos a menos de dois quilómetros de distância do anterior, sendo que outros 10% ficaram a residir a menos de cinco quilómetros, enquanto mais de 20% mantiveram-se na mesma área postal (Döring e Ulbricht 2017). No mesmo sentido, Legates e Hartman referem que os desalojados tendem a deslocar-se para perto ou até mesmo no bairro da sua localização prévia, ou na mesma cidade e subúrbios (Legates e Hartman 1982).

Nestes processos de mudança de residência, Newman e Owen verificam que se dá um aumento da lotação dos fogos e dos custos para quem é desalojado e, apesar de existirem mudanças positivas nos rendimentos, estas não são suficientes para compensarem os aumentos de custos (S. J. Newman e Owen 1982). Da mesma forma, Legates e Hartman referem também que os custos de habitação quase sempre aumentam nestes casos, o que é uma situação especialmente dramática para agregados de mais

baixos rendimentos. Além disso, diminui a satisfação destas famílias, sendo que os indivíduos de baixos rendimentos tendem a estar menos satisfeitos com as suas novas residências (Legates e Hartman 1982).

Apesar dos estudos quantitativos nos fornecerem dados importantes ao nível das populações vulneráveis ao desalojamento e relativamente a questões da mobilidade residencial dos desalojados, estes tendem a reduzir o problema a uma questão numérica e puramente residencial, desconsiderando outras formas de *displacement*. Por estas razões, apenas uma integração de metodologias quantitativas e qualitativas nos pode aproximar de um entendimento mais completo da questão. Procurando essa aproximação, Rowland Atkinson faz um estudo aprofundado sobre a gentrificação em Londres entre 1981 e 1991. Naquele contexto, deu-se uma forte diminuição de agregados de classe trabalhadora e idosos sugestiva de *displacement* a uma grande escala. Com entrevistas a organizadores e inquilinos em áreas gentrificadas o autor ilustrou as consequências do *displacement* sobre os mais vulneráveis, indivíduos de baixos rendimentos, idosos e minorias étnicas (Atkinson 2000b). Por seu lado, Newman e Wyly, num estudo sobre Nova Iorque na segunda década do século XXI, chegam a uma taxa de *displacement* que varia entre os 6,2% e os 9,9% e se dá maioritariamente por questões relacionadas com os custos de habitação. Os autores chegam também à conclusão de que o *displacement* é mais provável ocorrer a imigrantes, mulheres, pobres e idosos e, para quem vive em casas de renda baixa, insalubres e sobrelotadas, é maior a probabilidade de ter sido desalojado anteriormente. Procedem ainda a uma abordagem qualitativa que analisa os efeitos das mudanças no bairro, trajetórias e formas das famílias de mais baixos rendimentos se manterem nos bairros gentrificados. Aqui as soluções passam por sujeição a piores condições de habitação, com sobrelotação e insalubridade dos fogos. (Newman e Wyly 2016). Entender completamente o problema do *displacement*, passa também por perceber como é que se altera a relação destas famílias que se conseguem manter em contextos de gentrificação com o espaço em que residem e, nesse sentido, é particularmente importante entender também as formas indiretas de *displacement*.

1.2 Gentrificação

O *displacement*, como já foi referido, pode ter diferentes causas e motivações, não tendo necessariamente de estar associado a contextos de gentrificação. Ainda assim, num contexto de globalização económica e metropolização das cidades, em que se assiste a uma liberalização do mercado imobiliário privado, a gentrificação está na origem de diversas situações de *displacement* nas cidades contemporâneas, nomeadamente em Lisboa e Almada.

A definição clássica de gentrificação, como apresentada por Ruth Glass em 1964, identifica o *displacement* de antigos residentes e a recomposição do tecido social urbano como consequência do processo nos bairros da área central de Londres, nas décadas de 1950 e 1960. No entendimento de Glass, a gentrificação é um fenómeno residencial que envolve a reabilitação de uma área degradada do centro da cidade, passando de uma ocupação maioritária de classe trabalhadora para se tornar num espaço de residência de classes médias:

“One by one, many of the working class quarters of London have been invaded by the middle classes upper and lower. Shabby, modest mews and cottages of two rooms up and two down - have been taken over, when their leases have expired, and have become elegant, expensive residences. Larger Victorian houses, down-graded in an earlier or recent period of which were used as lodging houses or were otherwise in multiple occupation - have been upgraded once again Once this process of ‘gentrification’ starts in a district it goes on rapidly until all or most of the original working class occupiers are displaced and the social character of the district is changed” (Glass 1964).

A autora compreendia a gentrificação como um fenómeno localizado nos bairros centrais da cidade, ocorrendo em casos de reabilitação urbana num contexto de um mercado habitacional privado cada vez mais liberalizado. É neste sentido que Neil Smith, fazia a distinção entre gentrificação, enquanto fenómeno motivado pela reabilitação urbana, e o *redevelopment*, associado ao *upgrading* residencial causado pela construção de novos edifícios. Em 1986, Smith e Williams atualizam a noção de gentrificação inicialmente proposta pelo primeiro, compreendendo que a distinção entre os processos de gentrificação e *redevelopment*, e uma visão puramente residencial do processo talvez tivessem feito sentido nos anos 1970, mas que, na década de 1980 a reabilitação urbana

passa a ser apenas uma das facetas de uma reestruturação económica, social e espacial mais alargada:

“If we look back at the attempted definitions of gentrification, it should be clear that we are concerned with a process much broader than merely residential rehabilitation. Even into the late 1970’s, this particular definition of gentrification vis-à-vis redevelopment may have made some sense. But as the process has continued, it has become increasingly apparent that residential rehabilitation is only one facet (if a highly publicized and highly visible one) of a profound economic, social and spatial restructuring. In reality, residential gentrification is integrally linked to the redevelopment of urban waterfronts for recreational and other functions, the decline of remaining inner-city manufacturing facilities, the rise of hotel and convention complexes and central-city office developments, as well as the emergence of modern “trendy” retail and restaurant districts.” (Smith e Williams 1986)

Nesta definição, é de sublinhar a ligação forte que os autores estabelecem entre o processo de gentrificação e as transformações nas frentes de água para fins lúdicos, de negócios ou residenciais, o turismo e o crescimento da área de escritórios nas zonas centrais das cidades, o declínio de espaços manufatureiros industriais, a requalificação e privatização de espaços públicos, a reestruturação do tecido comercial urbano e a emergência de zonas tidas como “na moda”. Se estes fenómenos estão bem identificados para a cidade de Lisboa (Pereira 2013; Mendes 2017; Salgueiro 2001), na pesquisa que suporta esta dissertação, encontrei também em Almada alguns indícios destas transformações (Corte-Real et al. 2021; Bezerra 2014).

1.2.1 Causas da Gentrificação

Além do debate teórico acerca da definição de gentrificação, entendimentos diferentes relativamente às causas da gentrificação estiveram na origem de um outro debate durante as décadas de 1970 e 1980, que opunha explicações da gentrificação na ótica do consumo e na ótica da produção. Na ótica do consumo, a gentrificação é entendida como a consequência de mudanças na estrutura ocupacional e rendimentos na cidade pós-industrial. David Ley, que defende esta teoria, associa assim a gentrificação

à expansão dos profissionais de classes média e às mudanças nos estilos de vida, com a preferência das classes médias por áreas centrais das cidades:

“Growth in the resource economy of hinterland relays job growth to the the white-collar complex of downtown head offices, producer services, and indirectly, in public institutions and agencies in the nodal centers. Such a process leads to the ‘production’ of professionals, managers and other quaternary employees working downtown, who then provide the demand base for housing reinvestment in the inner city (...) If downtown employment opportunities draw populations to the inner city, this population, as it gives political economic expression to its own predilection for urban amenity, will restructure the built environment and accelerate the gentrification process” (Ley 1986).

Na ótica da produção, Neil Smith desenvolve a sua teoria da gentrificação a partir das ideias de David Harvey sobre o processo urbano em capitalismo. Para Harvey, a urbanização está associada aos ciclos de investimento e desinvestimento no ambiente construído (Harvey 1978). Na teoria do “*rent gap*” de Neil Smith, a gentrificação ocorre em função destas ondas de investimento no ambiente construído. Para Smith, a “*rent gap*” corresponde à diferença entre o nível potencial de renda e a renda capitalizada no uso atual do terreno, sendo que é criada pela saída de capital e pelo contínuo desenvolvimento e expansão urbana. A gentrificação então acontece quando os fogos estão desvalorizados e a “*rent gap*” é grande o suficiente para que a sua reabilitação seja rentável:

“As filtering and neighborhood decline proceed, the rent gap widens. Gentrification occurs when the gap is wide enough that developers can purchase shells cheaply, can pay the builders costs and profit for rehabilitation, can pay interest on mortgage and construction loans, and can then sell the end product for a sale price that leaves a satisfactory return to the developer. The entire ground rent, or a large portion of it, is now capitalized: the neighborhood is now “recycled” and begins a new cycle of use” (Smith 1979, 545).

Mais recentemente, os debates teóricos da gentrificação já vão muito além da oposição entre produção e consumo, existindo o entendimento generalizado de que uma explicação completa da gentrificação terá sempre de ter ambos em conta (Zukin 1987). A evolução destes debates ocorre a par da evolução do próprio processo de gentrificação, que atualmente se afasta cada vez mais das suas manifestações clássicas.

1.2.2 Vagas e Formas Contemporâneas de Gentrificação

Jason Hackworth e Neil Smith distinguem três vagas de gentrificação, com base nas ondas de investimento e desinvestimento que caracterizam o processo para os autores (Hackworth e Smith 2001). Assumindo que o processo se tornou muito diferente do que foi descrito nos anos 1960, 1970 e 1980, os autores pretendem dar conta desta evolução (Hackworth e Smith 2001). Mais tarde, Loretta Lees, Tom Slater e Wyly, viriam a propor uma quarta vaga (Lees, Slater, e Wyly 2008) e recentemente, Manuel Aalbers refere uma quinta vaga de gentrificação (Aalbers 2019).

A primeira vaga de gentrificação deu-se até à década de 1970, antes da crise financeira de 1973. Durante este período, segundo Hackworth e Smith, a gentrificação era ainda um fenómeno altamente localizado, associado sobretudo ao desinvestimento nos bairros das cidades dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Austrália. Neste período, a gentrificação era maioritariamente financiada pelo setor público, em resposta ao desinvestimento do setor privado nos bairros das áreas centrais. Nestes contextos, o discurso político era de promoção da gentrificação e a intervenção nos bairros degradados era justificada essencialmente com a promessa de melhoria das condições de vida nestes territórios (Hackworth e Smith 2001, 466–68).

Na segunda vaga, que começou no período pós-recessão e se estendeu até 1987, deu-se uma expansão e uma integração da gentrificação em processos económicos e culturais à escala nacional e global. Começaram a ser afetados bairros pericentrais nas cidades em que já existia gentrificação, e o processo estendeu-se também a novas cidades. Neste período, a gentrificação deixou também de ser interpretada como um fenómeno puramente residencial, com uma série de transformações ao nível cultural e comercial a afetar as cidades. O papel do estado, durante esta vaga, passou a ser de incentivo ao sector privado mais do que assumir um papel direto no processo (Hackworth e Smith 2001, 468).

A terceira vaga, por sua vez deu-se após a crise de 1993, com uma maior escala do investimento, num contexto de globalização da indústria imobiliária e um aumento do investimento estrangeiro nas cidades. Assistimos neste período a uma nova expansão da gentrificação, com a extensão a áreas menos centrais da cidade e mesmo a áreas suburbanas. Aumentou, nesta vaga, o papel do Estado em relação à anterior, com políticas que visavam o apoio e a promoção da gentrificação, apoiando-a financeiramente em

bairros de investimento mais arriscado e mantendo um discurso político que lhe era favorável (Hackworth e Smith 2001, 468).

No livro “*Gentrification*” Loretta Lees, Elvin Wyly e Tom Slater defendem a emergência de uma quarta vaga de gentrificação, específica ao contexto dos Estados Unidos pós-2001, que consiste numa continuação dos elementos da terceira vaga, a que se vêm juntar a financeirização da habitação e a consolidação de políticas públicas favoráveis à gentrificação (Lees, Slater, e Wyly 2008). A extensão da financeirização da habitação a contextos que não o norte-americano é o que caracteriza, por sua vez, a quinta vaga proposta por Manuel Aalbers (2019). No contexto pós crise financeira global de 2008, deu-se uma generalização de políticas urbanas de austeridade e uma materialização do capitalismo financeiro. Nesta vaga, dá-se a emergência de senhorios corporativos, a expansão do *platform capitalism*, com um peso crescente de plataformas como o “*Airbnb*”, elites imobiliárias internacionais usam as cidades como “cofres”, dá-se a naturalização do papel do Estado na promoção de gentrificação e o processo deixa de ocorrer só em contextos de desinvestimento, com áreas já gentrificadas a assistirem a novas ondas de investimento (Aalbers 2019).

A evolução do processo de gentrificação nas cinco vagas referidas leva a uma nova “geografia da gentrificação” (Lees 2000). A gentrificação é agora um fenómeno global (Smith 2001), que está associado também à construção de novos edifícios (Davidson e Lees 2005) e a novas ondas de investimento em áreas já gentrificadas (Lees 2003). Da mesma forma, o crescente peso do turismo nas cidades leva a uma gentrificação turística (Fox Gotham 2005), e a extensão do processo leva à gentrificação de áreas suburbanas (Butler e Robson 2001; Badcock 2001; Hochstenbach e Musterd 2018; Hudalah e Adharina 2019; Charles 2011) e mesmo áreas rurais (Phillips 2004).

1.2.3 A Gentrificação nos Subúrbios e Novas Condições Suburbanas

A extensão do processo de gentrificação a áreas suburbanas é um fenómeno próprio da gentrificação contemporânea, num contexto de globalização económica e metropolização das cidades e encontra-se base de novas relações centro-periferia (Sassen 2001). O desenvolvimento dos subúrbios está associado, em Lefebvre, à ideia de revolução urbana, como uma forma capitalista de urbanização que passa por momentos

de explosão das cidades (Lefebvre 2003). A suburbanização corresponde a este processo de explosão das cidades, que se dá com o aumento da população urbana, o aumento dos rendimentos, avanços do sistema de transportes e uma descentralização do emprego (Harris 2015). Mas, numa outra perspectiva, complementar e crítica, a urbanista Ananya Roy considera os subúrbios, hoje, “*a patchwork of valorized and devalorized spaces that constitute a volatile frontier of accumulation, capitalist expansion, gentrification and displacement*” (Roy 2015, 342)

Este “*patchwork*” revela o quanto o desenvolvimento dos subúrbios se dá de formas diferenciadas. O contraste entre o modelo norte-americano e o anglo-saxónico, muito presente no entendimento de Harris e Larkham (1999), com subúrbios de elevada densidade e subúrbios informais da Europa e do Sul Global (Keil 2017) é notório. Se no caso norte-americano e anglo-saxónico, os subúrbios são tidos como “utopias burguesas” (Fishman 1989), com uma história de ocupação de classes altas e mais tarde médias, nas cidades da Europa Central, segundo Fishman, a suburbanização oitocentista é predominantemente operária. Para o autor, na segunda metade do século XX, o modelo anglo-saxónico evoluiu no sentido de incorporar diversas frações das classes médias. Já o modelo continental, marcado pela ocupação operária será composto com os “*grands ensembles*” ou as “*new towns*” que epitomizam as políticas de habitação dos emergentes Estados Providência europeus (Nunes 2011). No sul da Europa, os subúrbios de cidades tão diversas como Lisboa, Madrid, Barcelona, Roma ou Atenas, apesar da diversidade da sua constituição, mantiveram uma especialização social operária como predominante. Mais tarde, nos anos de 1990, os processos de estigmatização territorial serão um dos objetos de estudo das periferias das cidades europeias.

Atualmente, vivemos num “planeta suburbano” (Keil 2018), com a população das áreas suburbanas a ultrapassar largamente aquela das cidades-centro. Para Roger Keil (2017), esta suburbanização é influenciada por três diferentes processos: pelo pós-fordismo, com a produção em massa e em diferentes modelos do habitat suburbano, e processos de industrialização das áreas periféricas, pela globalização económica, que faz dos subúrbios novos polos de emprego, comércio e serviços, e pelo neoliberalismo, no qual se dá uma polarização e segregação socio-espacial, com a liberalização do mercado habitacional privado. É essencialmente este o contexto que está na base de alterações na dicotomia urbano-suburbano e de novos tipos de condição suburbana, e em que se começa a verificar a extensão da gentrificação a áreas suburbanas.

O contexto metropolitano atual alberga um conjunto de mudanças ao nível da identidade dos subúrbios. Por estas razões, emerge na literatura a ideia de que vivemos em pós-subúrbios e na pós-suburbanidade: estes territórios que começaram por ser puramente residenciais, evoluem atualmente para se tornarem “grandes centros de emprego, com centros comerciais e aeroportos, com centros de investigação e desenvolvimento” (Phelps 2017). Ainda assim, mantém-se a dificuldade de identificar um único tipo de suburbanismo face àquilo que é a diversidade dos subúrbios (Harris 2015).

Focando agora a atenção nas cidades do Sul da Europa, com diversos subúrbios historicamente ocupados por população operária, a requalificação e mudanças nos seus padrões de ocupação, como a extensão do processo de gentrificação, pode ela também estar na origem de novo suburbanismos – isto é, novas formas de ação e organização social. Almada, que durante grande parte do século XX teve uma forte ocupação operária, e ocupação de trabalhadores do setor terciário da baixa lisboeta, evolui de um “subúrbio citadino a um subúrbio metropolitano” retomando a expressão de João Pedro Nunes (2010) acerca da evolução da estrutura de povoamento e morfogénese da metrópole de Lisboa. Na metrópole pós-industrial, Almada assume-se como um novo polo de emprego, enquanto centro de comércio e serviços. Com a liberalização do mercado de habitação, assiste-se também à valorização do imobiliário e à gentrificação do seu território.

Capítulo 2. Metropolização e Gentrificação, de Lisboa a Almada: Contexto e Métodos

Neste capítulo procedo a uma contextualização do território de Almada face aos processos quer de constituição da metrópole de Lisboa quer de gentrificação. Entendendo a dimensão metropolitana que a gentrificação assume na atualidade, faço uma breve análise do processo de metropolização de Lisboa, no que diz respeito à evolução demográfica da cidade e dos seus territórios suburbanos. De seguida, analiso especificamente a explosão demográfica de Almada, a sua industrialização e desindustrialização, os seus padrões de povoamento, mobilidade, bem como a estrutura de emprego e perfil socioeconómico dos seus residentes, procurando compreender a posição de “subúrbio de porta” (Salgueiro 2001) de Almada, agora em contexto metropolitano. Partindo desta leitura da recomposição económica e social de Almada, elaboro uma análise do processo de gentrificação em Lisboa, incluindo em alguns aspetos a escala metropolitana, identificado as suas origens nos bairros centrais de Lisboa, em resultado da abertura da economia portuguesa e liberalização do mercado habitacional privado e políticas de reabilitação urbana, e a sua extensão ao concelho de Almada. Faço igualmente uma interpretação dos dados de evolução dos custos de habitação em vários concelhos da Área Metropolitana, de forma a situar o caso de Almada, bem como dos níveis de ensino e dos grupos profissionais. Os resultados destes dados, embora permitam entender a evolução do capital cultural e económico dos residentes em Almada, não são suficientes para compreender a extensão da gentrificação, pelo que apresento no fim do capítulo a abordagem qualitativa, das entrevistas semi-diretivas à observação participante, que complementam no capítulo seguinte a abordagem quantitativa.

2.1 A Metropolização de Lisboa

O processo de metropolização em Lisboa aparece associado não só ao aumento da dimensão das áreas urbanizadas, mas também à concentração populacional, sendo que residem hoje 2 870 700 pessoas na Área Metropolitana de Lisboa, segundo os dados preliminares dos censos de 2021, o que corresponde a 27,75% da população do país. O crescimento de Lisboa já vai muito além dos limites administrativos da cidade, com a intensificação do processo de suburbanização, em que a população nas coroas suburbanas já supera, desde os anos de 1960, a população da cidade-centro. Com o crescimento da população da metrópole dá-se, por um lado, uma “*divisão social do espaço*”, com a segregação espacial e residencial da área metropolitana, e por outro, uma “*divisão tecnoeconómica do espaço*”, em que a complexificação funcional da metrópole se reflete num zoneamento do território (Lipietz 1974). A cidade de Lisboa, embora consiga manter alguma da sua capacidade centralizadora, passa a ser apenas um de vários polos num contexto de terceirização da economia e desenvolvimento de novos centros de comércio e serviços, criando assim uma relação de interdependência entre os vários territórios da metrópole. Para Teresa Barata Salgueiro, assistimos a um “*aumento da fragmentação do tecido social bem como da organização espacial*” (Salgueiro 2001, 53), com um aumento da diversidade da estrutura social, mas também com um intenso crescimento demográfico das áreas suburbanas. Na “*metrópole policêntrica e fragmentada*” (Salgueiro 1997) de Lisboa, assistimos também a um aumento das desigualdades socio-espaciais, com fortes polarizações sociais que se traduzem espacialmente na segregação dos territórios, num efeito de “*polarização fragmentada*” (Mingione 1993).

No emprego, a evolução da metrópole de Lisboa compreende uma desindustrialização generalizada e uma expansão dos setores do comércio e serviços, associados a uma progressiva financeirização e internacionalização da economia portuguesa. Tal como nas *global cities* de Saskia Sassen, a riqueza e o poder económico aparecem cada vez mais concentrados na metrópole de Lisboa (Sassen 2001). Com a globalização, dá-se também uma recomposição da estrutura económica urbana e uma reconfiguração do perfil socioeconómico dos residentes: estes processos estão na origem de fenómenos de *upgrading* residencial e gentrificação que inicialmente se manifestam nos bairros centrais da cidade de Lisboa, mas que se começam a observar também na primeira coroa suburbana, levando a uma nova recomposição do tecido social à escala metropolitana.

Na demografia, o processo de metropolização de Lisboa remonta às décadas de 1950 e 1960 (Nunes 2011; Ferreira 1986), que foram marcadas por uma progressiva suburbanização, dando-se uma cada vez maior concentração da população na Região de Lisboa e o crescimento de vários núcleos residenciais e polos industriais nos concelhos limítrofes da cidade. A intensificação dos processos de êxodo rural, industrialização das cidades e desenvolvimento dos transportes coletivos levaram a que a população se concentrasse cada vez mais na região de Lisboa em condições diversas. Segundo dados do Recenseamento de 1960, nesse ano residiam na cidade de Lisboa e nos seus concelhos limítrofes a Norte e a Sul 15,5% da população de Portugal Continental, 1 373 907 do total de 8 292 375 habitantes. Num contexto demográfico caracterizado pela inexistência de cidades de dimensão média, Lisboa destaca-se assim enquanto o grande centro de consumo e centro do comércio interno e externo do país: Em 1981, a cidade de Lisboa chegava aos 807 937 habitantes, o que correspondia a 8,6% dos habitantes do continente. O peso demográfico das margens Norte e Sul de Lisboa viria a ser cada vez mais significativo, sendo que em 1981 a margem norte já tinha um maior peso que a própria cidade, representando 11,2% da população do continente (Baptista 1994). Luís Baptista sumariza esta transformação na grandeza da estrutura de povoamento de Lisboa e seus concelhos limítrofes:

“Lisboa esmaga os outros centros urbanos e o país em geral. Primeiro, sozinha, crescendo violentamente face a um Portugal continental contido no seu crescimento populacional. Chega a concentrar um número de habitantes único no contexto nacional (800 mil) que representa uma proporção também inatingível por qualquer outro concelho (10% da população do continente). Depois, num contexto metropolitano, e em parceria com a região do grande Porto, domina claramente o país demográfico de hoje” (Baptista 1994, 63)

Este *agigantamento demográfico* ocorre concomitantemente com um cada vez mais contido crescimento da cidade de Lisboa. De facto, a partir da década de 1950, a população residente na cidade varia em apenas 2,4% entre 1950 e 1960, com uma primeira fase de decréscimo na década de 1960 na ordem dos 5,2%, retomando o sinal positivo com 6,3% entre 1970 e 1981, e 0,7% entre 1981 e 1991. Depois deste período de crescimento mais contido da cidade, verificou-se uma grande quebra no número de habitantes nas décadas seguintes. Se em 1981 Lisboa contava com mais de 807 mil habitantes, passados 20 anos já só 564 mil indivíduos residiam aqui. Passado duas décadas

de acentuada quebra demográfica, a população da cidade tem continuado a decrescer, sendo que em 2011 contava com 552 mil habitantes e, atualmente já só residem na cidade 544 mil, segundo os dados dos censos de 2021 (INE 2021).

É, portanto, claro o esvaziamento da cidade, que passa a ter cada vez menor peso demográfico no contexto metropolitano. Se em 1950 a cidade representava mais de 60% do total demográfico da área metropolitana, este valor caiu para 43% em 1970, sendo que em 1991 já só representava 26% (Nunes 2011), valor que vai continuar a diminuir nas décadas seguintes, sendo que, atualmente, este valor é cerca de 19%, segundo os dados dos censos de 2021. O crescimento da área metropolitana, que se situa nos 21,9% entre 1960 e 1970 e nos 65,9% entre 1981 e 1991, foi suportado sobretudo pelo crescimento das margens Norte e Sul, crescimento que entre 1960 e 1970 se situou nos 16,9% na margem Norte e 51,7% na margem Sul, e entre 1981 e 1991 aumentou para os 57,3% na margem Norte e 118,4% na margem Sul. Estes dados são indicativos da suburbanização de Lisboa, entendida aqui como o processo de expansão da cidade para além dos seus limites administrativos (Nunes 2011, 72) e que se manifesta demograficamente num duplo processo de esvaziamento da população de Lisboa-cidade e crescimento demográfico acentuado dos seus concelhos limítrofes, tanto a Norte como a Sul.

Com mais detalhe, verifica-se que em 1981, através do Recenseamento, os concelhos da margem Norte do Tejo ultrapassavam pela primeira vez o milhão de habitantes, representando cerca de 43% da população da Área Metropolitana. O crescimento da margem Norte, como já se verificou, foi muito intenso a partir das décadas de 1950 e 1960, mas ocorreu de forma bastante socialmente e demograficamente diferenciada pelos territórios que a compõem. Por um lado, temos um crescimento significativo dos territórios ao longo do eixo Amadora-Queluz-Sintra, de ocupação residencial e com dependência à capital. Aqui destaca-se o crescimento muito significativo do território da Amadora que, com uma variação demográfica de 152% na década de 1950 e de 137% entre 1960 e 1970, teve neste período o maior crescimento de toda a margem Norte (Nunes, 2011). Servido pela ferrovia, o concelho de Sintra foi também tendo um peso progressivamente maior. Se na década de 1950, o seu crescimento foi de 32,3%, na década de 1970 chegou aos 82,9% (Baptista, 1994).

Os concelhos de Oeiras e Cascais, comparativamente a outros territórios da margem Norte, apresentam-se como destinação socialmente construída para as classes

sociais mais privilegiadas (Nunes 2018). O crescimento destes dois concelhos está desta forma estreitamente ligado ao centro de negócios de Lisboa, onde trabalhavam muitos dos seus residentes, e segue as linhas ferroviárias e rodoviárias da marginal. Se em Cascais, o crescimento foi de 41,3% entre 1960 e 1970 e 55,4% na década de 1970, em Oeiras, o crescimento nestas décadas foi de 77% e 91,2%, sendo que, na década de seguinte, entre 1981 e 1991, verifica-se um decréscimo de 17,2% (Baptista, 1994)

Os concelhos de Loures e Vila Franca de Xira compõem o resto do território da margem Norte e, Loures, por um lado, beneficia de uma maior proximidade à cidade, onde trabalham uma parte significativa dos seus residentes. O seu povoamento apresenta ainda forte vinculação à industrialização, integrando sectores significativos da pequena burguesia e da classe operária (Nunes 2018). Já Vila Franca de Xira goza de uma autonomia relativa à cidade de que Loures não dispõe, com várias instalações fabris na faixa ribeirinha que levaram a uma predominância da população operária aqui, que reside e trabalha no concelho. A nível demográfico, e seguindo o trabalho de Luís Baptista (1994), o concelho de Loures teve um crescimento muito significativo a partir da década de 1950, período em que a sua população aumentou em 102,5%. Já em Vila Franca de Xira, o crescimento nas décadas em análise é menor do que em Loures, mas chega aos 61,9% entre 1970 e 1981.

Na margem Sul, o desenvolvimento das indústrias do Barreiro e Seixal, e em menor escala em Almada, bem como o crescimento de uma pequena burguesia almadense teve um forte impacto no crescimento destes territórios. Servidos numa primeira instância pelo transporte fluvial e, mais tarde, com a construção da ponte sobre o Tejo em 1966, servidos também pelos transportes rodoviários e ferroviários, Almada, Barreiro e Seixal conheceram um crescimento significativo da década de 1950 para a frente. Com efeito, o crescimento destes três concelhos entre 1950 e 1981, é revelador: Almada cresceu 62,1%, entre 1950 e 1960, 51,6% entre 1960 e 1970, e 37% entre 1970 e 1981; para o mesmo recorte temporal, o Barreiro cresceu 18,1%, 68,3% e 49,1%, respetivamente, e o Seixal 28,4%, 86,1% sendo que este valor chega aos 134% entre 1970 e 1981. Nos concelhos de Alcochete, Moita e Montijo o crescimento fez-se mais tardiamente que os restantes concelhos na margem Sul (Nunes 2011). Aqui o acesso fluvial a Lisboa fazia-se essencialmente pelo Montijo e o crescimento destes concelhos vai acelerar sobretudo após a construção da Ponte Vasco da Gama em 1998. Entre 1970 e 1981, o Montijo chega

a decrescer em 12,6%, sendo que na mesma década a Moita cresce em 37,4% e em Alcochete o crescimento demográfico não passa dos 8%.

Esta panorâmica sobre a estrutura de povoamento dos concelhos da AML entre 1950 e 1981, dá conta das diferentes intensidades, volumes e destinações sociais típicas dos territórios que a compõe. Em seguida, exploro algumas das dinâmicas mais recentes da metropolização de Lisboa.

Na última década, verificamos que a Área Metropolitana de Lisboa continuou uma trajetória de crescimento, agora em velocidade de cruzeiro, passando dos 2 821 876 habitantes para os 2 870 770, numa variação de 1,7% entre 2011 e 2021. Já o município de Lisboa, neste período, perdeu cerca de 8 mil habitantes, numa variação negativa de 1,4%. Na cidade, o esvaziamento é mais sentido nas freguesias do centro histórico. Continuando a explorar os dados do Recenseamento de 2021, nota-se que apesar de algumas freguesias de Lisboa terem tido uma variação positiva nesta última década, o centro histórico é onde existem as maiores perdas de população da cidade. A freguesia da Misericórdia foi a que perdeu maior parte da sua população, passando neste período de 13 044 para 9 660 habitantes, com uma quebra de 25,9% da população residente. Seguiu-se a freguesia de Santa Maria Maior, que perdeu 21,6% dos seus habitantes, passando de 12 822, em 2011, para 10 052, em 2021. No mesmo período, a freguesia de São Vicente perdeu 1 403 habitantes, correspondendo a uma perda de 9% da população residente. Também no centro da cidade, a freguesia de Santo António passou de 11 836 para 11 062 habitantes, sofrendo uma quebra de 6,5%. No município, o crescimento mais expressivo ocorreu, por um lado, no eixo Arroios-Areeiro-Avenidas-Novas-Alvalade, dentro das quais se destaca a freguesia das Avenidas Novas, que neste período passou de 21 625 para 23 261 habitantes, num crescimento de 7,6%. Já em Arroios, Alvalade e Areeiro, o crescimento de 2011 para 2021 situou-se na ordem dos 5%. Na zona leste da capital, destaca-se a freguesia do Parque das Nações, que passou de 21 025 para 22 382 habitantes, numa variação positiva de 6,5%. Na zona norte, o crescimento foi maior em Santa Clara, cerca de 5,2% (INE 2021).

Nos concelhos da margem Norte, Mafra teve nesta última década um dos crescimentos mais expressivos de toda a área metropolitana com uma variação de 12,8%, passando de 76 685 para 86 521 habitantes. A Amadora, em sentido inverso, perdeu 2,1% da sua população, de 175 136 para 171 500, e Oeiras também teve uma ligeira quebra de

população, de cerca de 0,2%, no mesmo período. Nos restantes municípios o crescimento foi generalizado, com destaque para Cascais, com uma variação positiva de 3,7%. Em Odivelas e Sintra o crescimento de população foi de cerca de 2%, em Loures 1,1% e em Vila Franca de Xira de apenas 0,5% (INE 2021).

Na margem Sul, o crescimento foi maior nos municípios de Palmela que, com um crescimento de 9,6%, passou dos 62 831 para 68 856 habitantes, e de Alcochete, que passou de 17 569 para 19 145, numa variação de 9%. Seguiu-se o Montijo, com um crescimento de 8,7% neste período, passando de 51 222 para 55 689 habitantes. No Seixal a variação foi de 5,2%, de 158 269 para 166 525, e em Sesimbra 5,8%, de 49 500 para 52 394. Nos municípios de Setúbal e Moita o crescimento foi mais ligeiro neste período, 1,9% e 0,4%, respetivamente. No Barreiro, houve mesmo uma quebra de população na ordem dos 0,5%, passando de 78 764 para 78 359 habitantes. Já Almada consolida a sua posição de “subúrbio de porta”, na expressão de Teresa Barata Salgueiro, agora no contexto metropolitano, passando de cerca 174 030 para 177 268 habitantes, o que correspondeu a um aumento de 1,9% da população (INE 2021). A proximidade a Lisboa e o facto de se assumir enquanto polo de emprego, fazem com que Almada tenha uma posição particularmente privilegiada na metrópole.

2.2 A Posição de Almada na Metrópole

A grande explosão demográfica de Almada ocorre a partir da década de 1950, época em que o processo de suburbanização de Lisboa ganha expressão na margem sul e, mais particularmente, no concelho de Almada. Para isso, teve grande importância o processo de industrialização do concelho e os desenvolvimentos em termos de mobilidade e transportes. Num efeito de “exteriorização metropolitana” (Ferreira 1986), enquanto a cidade de Lisboa perde peso demográfico no contexto metropolitano, a partir de 1960, os seus concelhos limítrofes nas margens Norte e Sul do Tejo crescem a grande velocidade – como o Quadro n.º 3 mostra. Especificamente, a cidade de Lisboa passou assim de representar 62,3% da população da metrópole em 1950 para já corresponder somente a 26,8% da população em 1991. Os concelhos que integram a margem Norte passaram de um peso de 19% em 1950 para 47% em 1991. No mesmo período, os concelhos da margem Sul passaram de representar 18,7% da população metropolitana para, em 1991, já representarem cerca de 26%. É nesta estrutura de crescimento que se situa a trajetória de Almada.

Quadro n.º 3: Peso relativo de Lisboa e seus concelhos limítrofes no total demográfico da Área Metropolitana (1920-1991)

	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Lisboa	66,16	65,51	65,53	62,26	54,56	43,01	33,13	26,83
Margem Norte	15,12	15,88	16,61	19,01	25,61	34,57	42,89	47,26
Margem Sul	18,72	18,61	17,86	18,73	19,82	22,42	23,98	25,91

3Fonte: INE, Recenseamentos da População

Como o Quadro n.º 3 sugere, na margem Sul, o crescimento foi mais tardio, e não se deu homogeneamente, com grandes diferenças entre os territórios da *Borda d'Água* e da *Outra Banda* (Cruz 1973) sendo que as taxas de crescimento nos territórios de Alcochete e Montijo foram neste período muito pouco expressivas (Nunes, 2011). Ainda assim, a margem Sul vai conhecer um crescimento intenso, que ultrapassa o crescimento da margem Norte e da Área Metropolitana de Lisboa em geral. Entre 1981 e 1991, a margem Sul tem uma variação demográfica de 118%, que corresponde a cerca do dobro

a margem Norte, que cresce em 57%, e da A.M.L, que cresce em cerca de 66%, no mesmo período (Nunes, 2011).

A nível concelhio há um crescimento diferenciado dos territórios da margem Sul. Almada manteve-se o concelho mais populoso aqui, atingindo os 70 mil habitantes em 1960, valor que aumentou para os 107 mil em 1970 e para os 147 mil em 1981 (ver Quadro n.º 4). Quanto às freguesias do concelho, nesta época o território estava dividido administrativamente em quatro freguesias: Almada, Cova da Piedade, Trafaria e Caparica. A freguesia de Almada manteve um peso demográfico significativo no concelho entre 1950 e 1981, passando dos 17 mil para os 42 mil habitantes nestas décadas, um crescimento de 138%. Ainda assim, esta vai ser ultrapassada em 1981 pela freguesia da Cova da Piedade, onde o desenvolvimento da indústria esteve na origem de um grande crescimento demográfico nestas décadas, passando dos 11 mil habitantes em 1950 para os 65 mil em 1981, o que correspondeu a um crescimento de 466%. Enquanto isso, a freguesia da Trafaria duplicou a sua população, de 3191 habitantes em 1950 para 6553 em 1981 e a Caparica passa dos 8 mil para os 23 mil habitantes no mesmo período – o quadro n.º 4 dá justamente conta destas transformações no povoamento de Almada.

Quadro n.º 4: Volume de População do Concelho de Almada (1950-1981)

	1950	1960	1970	1981
Almada	17 904	31 523	42 684	42 684
Cova Piedade	11 467	23 585	41 916	64 953
Trafaria	3 361	3 191	5 796	6 553
Caparica	8 575	10 363	14 323	23 060
Almada	43 768	70 968	107 575	147 690

⁴ Fonte: INE, Recenseamentos da População

Para este considerável crescimento demográfico contribuíram uma série de fluxos migratórios de indivíduos oriundos das Beiras, do Alentejo e do Algarve interior, que vinham em busca de trabalho na indústria. Neste sentido, os eixos de expansão suburbana estiveram ligados sobretudo à localização das fábricas. É por esta razão que neste período se dá um crescimento expressivo do sítio da Cova da Piedade, que era um dos principais

núcleos industriais corticeiros e onde se vieram a instalar diversas vilas e pátios operários (Rodrigues 1999, 32). Uma parte substancial dos operários estava concentrado no núcleo industrial da Cova da Piedade, em contraste com uma maior presença de funcionários na freguesia de Almada (Cruz 1973).

No contexto de metropolização de Lisboa, a partir das décadas de 1950 e 1960, afirma-se o setor terciário de Almada, com o crescimento contínuo da população a conduzir a um desenvolvimento do comércio e serviços no concelho. Na margem Sul, Almada sempre se distinguiu assim dos outros territórios, com uma ocupação social mais diversificada (Ferreira 1986). Enquanto os concelhos do Barreiro e Seixal eram grandes polos industriais, onde residia uma maioria de população operária, Almada, apesar de também ter uma forte presença do operariado, especializava-se simultaneamente no setor do comércio. A análise de Vítor Matias Ferreira, orientada para os processos de edificação da margem Sul do que designa por “terreno urbano-metropolitano” atesta precisamente a diferenciação do concelho de Almada:

“Em paralelo com a assimetria do espaço edificado – ou de edificação “expectante”! – a margem sul do terreno urbano-metropolitano de Lisboa apresenta outras formas de ocupação espacial, económica e socialmente diferenciadas. Assim, enquanto as zonas do Barreiro e do Seixal repartem, entre si, têm as maiores concentrações urbano-industriais da “área metropolitana” de Lisboa, o concelho de Almada “especializa-se” no sector terciário – concentrando cerca de 40% da “nova pequena burguesia” residindo na margem sul daquele território (...)” (Ferreira 1986, 357)

A especialização no setor terciário foi ainda mais significativa a partir das décadas de 1970 e 1980, em que começou o processo de desindustrialização do concelho, com muitas das indústrias de Almada a serem desativadas durante este período (Luzia, Santos, e Esteves 2012, 51). Em consequência disso, dá-se uma crise económica e Almada torna-se mais dependente do município de Lisboa. Só na década de 1990 é que o concelho recuperou economicamente, com uma renovada aposta no setor do comércio e serviços, dando-se a abertura de centros comerciais e o desenvolvimento do turismo. Em 2000, deu-se o fecho do Estaleiro da Lisnave na Margueira, que concentrava uma grande parte da população do concelho empregada na indústria, contando com mais de 10 mil operários e foi realocado em Setúbal, onde anteriormente se situava a Setenave.

Quadro nº 5: População Empregada por Setores de Atividade em Almada, em Lisboa e na A.M.L (2001-2011)

	Almada		Lisboa		A.M.L	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Setor primário	1%	0,7%	0,5%	0,3%	0,8%	0,5%
Setor Secundário	23,2%	15,3%	16,2%	10,5%	23,2%	15,8%
Setor Terciário	75,8%	84%	83,3%	89,2%	76%	83,7%

5Fonte: INE, Recenseamentos da População

Nas mais recentes décadas, as alterações na repartição da população empregada nos concelhos de Almada e Lisboa, bem como na Área Metropolitana de Lisboa, por setor de Atividade continuam a ser expressivas (INE 2011, 2021). O quadro nº 5 é revelador da perda acentuada do sector secundário e o predomínio do sector terciário. Especificamente sobre Almada e o seu contexto económico e de trabalho conclui-se que a população empregada no setor secundário diminui drasticamente, sendo que, entre 2001 e 2011, passa dos 23% para os 15%, valores que se assemelham à média da área metropolitana, mas ainda assim acima dos valores do município de Lisboa. A população empregada no setor terciário, no mesmo período, passa dos 75,8% para os 84%, valores mais uma vez semelhantes aos da A.M.L, mas mais baixos do que os da capital, onde, em 2011, já mais de 89% da população empregada trabalhava no setor terciário. Estas alterações refletem o processo de recomposição social de Almada nos mais recentes anos, sobre o qual irei aprofundar de seguida.

2.3 Processos de recomposição social em Almada: uma breve aproximação

De forma a apreender alguns dos processos de recomposição social em Almada, recorro aos resultados do Recenseamento de 2011 e ao indicador “grupo socioeconómico” que recobre 27 posições. Para as converter em localizações da estrutura de classes, utilizo aqui como instrumento a matriz de classes sociais ACM criada por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, amplamente utilizada em investigações sociológicas e recentemente atualizada por Rosário Mauritti (Costa e Mauritti 2018). As 27 posições da variável do INE foram reclassificadas em 6 classes: Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL), Profissionais e Técnicos de Enquadramento (PTE), Empregados Executantes (EE), Operários (O), Trabalhadores Independentes (TI) e Assalariados Agrícolas (AA).

Um primeiro dado sobre a estrutura de grupos socioeconómicos da metrópole de Lisboa é o facto de o município da capital se destacar por ser o território com maiores proporções de EDL e PTE, em clara sobre representação destas classes face ao território metropolitano – AML. Também através do Quadro n.º 6, é igualmente face à estrutura social de Lisboa que se observa o quanto na composição da cidade-centro se verifica uma escassez relativa das classes dos EE e do Operariado. Entre esta posição e as dos concelhos da Margem Norte e Margem Sul do Tejo, agregados, a tabela evidencia um muito ligeiro desequilíbrio na distribuição do Operariado – maior proporção na Margem Sul – e em complementaridade, uma maior proporção de EE nos concelhos da Margem Norte.

Quadro n.º 6: Estrutura dos Grupos Socioeconómicos na Margem Norte, Margem Sul, Lisboa e A.M.L (2011)

	EDL	PTE	EE	O	TI	AA
A.M.L	14,4%	26,3%	36,2%	13,3%	3,5%	0,5%
Margem Norte	14,2%	25,4%	39,1%	14,7%	3,8%	0,5%
Lisboa (concelho)	17,0%	31,0%	27,2%	7,1%	2,4%	0,2%
Margem Sul	12,0%	23,4%	38,1%	16,7%	4,1%	0,9%

ÓFonte: INE, Recenseamentos da População

De forma a posicionar Almada face aos 13 restantes concelhos que representam o território metropolitano elaborei o Quadro n.º 7. Relativamente às composições, em termos de classes, da sua estrutura social, Almada apresenta-se com uma composição dos grupos socioeconómicos com consideráveis semelhanças à “média” da Área Metropolitana de Lisboa. Desde logo, o peso dos Profissionais e Técnicos de Enquadramento e dos Empresários, e dos Dirigentes e Profissionais Liberais, que em Almada é de 26% e 14%, respetivamente, é muito próximo ao valor obtido para a AML. Estas duas classes representam as posições mais capitalizadas no espaço social metropolitano, tanto em termos económicos como em termos de capital cultural instituído – isto é, nível de instrução mais elevado. É igualmente de destacar que 50% dos ativos residentes no concelho integra as classes dos Empregados Executantes (37%) e dos Operários (13%). No que diz respeito a Empregados Executantes e Operários, a proporção é ligeiramente superior em Almada, 37% e 13%, face ao valor metropolitano.

Quadro nº 7: Estrutura dos Grupos Socioeconómicos nos Concelhos da A.M.L (2011)

	EDL	PTE	EE	O	TI	AA
Cascais	20%	29%	34%	9%	4%	1%
Lisboa	17%	31%	27%	7%	2%	0%
Loures	13%	22%	40%	17%	4%	0%
Oeiras	19%	37%	30%	7%	3%	0%
Sintra	13%	21%	41%	17%	4%	1%
Vila Franca de Xira	11%	22%	41%	19%	3%	0%
Amadora	11%	24%	42%	15%	4%	0%
Odivelas	12%	24%	41%	15%	4%	0%
Alcochete	16%	27%	31%	16%	4%	2%
Almada	14%	26%	37%	13%	4%	1%
Barreiro	19%	23%	40%	18%	3%	0%
Moita	9%	18%	40%	24%	4%	1%
Montijo	13%	23%	34%	18%	4%	4%
Seixal	12%	23%	39%	16%	4%	0%

*7*Fonte: INE, Recenseamentos da População

Almada é o quarto concelho com maior proporção de PTE. Além de Lisboa, só Cascais, Oeiras e Alcochete têm simultaneamente uma proporção dos grupos profissionais mais privilegiados e uma menor proporção de empregados executantes e operários que Almada. Em, Alcochete, a proporção de EDL e PTE corresponde a 16% e 27% da população residente, mas a proporção do operariado também é maior que a de Almada, cerca de 16%. Aliás, os concelhos onde se registam maiores proporções de operários são, em 2011, a Moita, com 24% de população operária, seguida por Vila Franca de Xira (19%), Montijo (18%) e Barreiro (18%).

Quadro nº 8: Estrutura dos grupos socioeconómicos em Almada (2011)

	EDL	PTE	TI	EE	O	AI
Charneca de Caparica	20%	32%	4%	29%	10%	0%
Pragal	13%	33%	3%	35%	10%	0%
Sobreda	15%	29%	5%	33%	13%	0%
Cacilhas	15%	31%	3%	37%	10%	0%
Almada	15%	29%	4%	37%	11%	0%
Cova da Piedade	14%	29%	4%	38%	11%	0%
Costa da Caparica	17%	24%	5%	38%	11%	2%
Feijó	11%	26%	4%	39%	14%	0%
Laranjeiro	8%	19%	4%	45%	18%	0%
Caparica	10%	18%	4%	44%	19%	1%
Trafaria	11%	12%	5%	45%	20%	4%
Almada	14%	26%	4%	37%	13%	1%

8Fonte: INE, Recenseamentos da População

Ao nível das freguesias em Almada, os Empresários, Dirigentes e Profissionais liberais representam uma maior proporção da população residente na União das freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda (20% e 15%, respetivamente) e na Costa da Caparica (17%), seguidos pelos territórios correspondentes à atual freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas (15%, 14%, 13% e 15%, respetivamente). Também os Profissionais e Técnicos de Enquadramento representam uma maior

proporção na Charneca de Caparica e Sobreira (32% e 19%), e em Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas (29%, 29%, 33% e 31%). Inversamente, os Empregados Executantes representam uma maior proporção nas freguesias de Caparica e Trafaria (44% e 45%) e Laranjeiro e Feijó (44% e 39%). Da mesma forma, nestas mesmas freguesias existe também uma maior proporção de Operários, 19% e 20% na Caparica e Trafaria, e de 18% e 14% no Laranjeiro e Feijó. A Charneca é o território onde existe uma menor proporção de EE e O com 29% e 10%, respetivamente. Já em Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas a proporção de EE varia entre os 35% e os 38%, e a proporção de operários varia entre os 10% e os 11%.

2.4. Mobilidade, Movimentos Pendulares e variações recentes da população

No que diz respeito ao local de trabalho da população, Almada surge descrita por Cruz, no início da década de 1970, como um *“bairro de Lisboa separado da Baixa apenas por uma travessia em cacilheiro que dura dez ou quinze minutos”*. (Cruz 1973, 251). De facto, analisando os dados mais recentes, referentes a 2011, no Quadro n.º 9, a maioria da população empregada, residente em Almada, trabalha fora do município, com cerca de 34% destes a trabalhar em Lisboa. Seguem-se o Seixal, Oeiras e Setúbal, como os municípios em que mais residentes de Almada trabalham, com 3302, 2010 e 864 trabalhadores, respetivamente. Apesar de, na metrópole de Lisboa, Almada constituir-se como polo de emprego, a grande parte dos seus residentes continua a trabalhar no município de Lisboa, reflexo da capacidade centralizadora que a capital ainda consegue deter e da atratividade de Almada para quem trabalha em Lisboa.

Quadro nº 9: População empregada, residente em Almada, por local de trabalho (2011)

Almada	33 932
Noutro Município	36 105
Lisboa	24 197
Seixal	3 302
Oeiras	2 010
Setúbal	864
Total	70 839

9Fonte: INE, Recenseamentos da População

A desconcentração da população empregada, residente em Almada, tem reflexos também na duração média dos movimentos pendulares (Quadro n.º 10), sendo que esta era de 35 minutos em 2001, e de meia hora em 2011. Este valor é mais elevado que a duração dos movimentos pendulares no concelho de Lisboa que, nas mesmas décadas, passou dos 26 para os 23 minutos. A duração média dos movimentos pendulares dos almadenses para os seus destinos laborais situa-se acima da média da área metropolitana, em que a duração dos movimentos pendulares era de 33 minutos em 2001 e de 25 minutos em 2011. De facto, é nos concelhos da Margem Sul que encontramos uma maior duração dos movimentos pendulares que, no Seixal, Barreiro e Moita, em 2001, eram de 36, 41 e 37 minutos e, em 2011, baixaram para os 30, 32 e 29 minutos, respetivamente.

Quadro nº 10: Duração Média dos Movimentos Pendulares dos Residentes de Almada, Lisboa e da A.M.L (2001-2011)

	2001	2011
Almada	35,76	29,27
Lisboa	26,31	23,03
A.M.L	33,06	25,43

10Fonte: INE, Recenseamentos da População

Analisando agora os principais meios de transporte utilizados nestes movimentos pendulares em Almada entre 2001 e 2011, apresentados no Quadro n.º 11, confirmamos, por um lado, a predominância do transporte individual que, em 2001, já era o meio de transporte mais utilizado, representando 39% e, em 2011, já era o principal meio de transporte em cerca de metade do total de movimentos pendulares. No mesmo período, o meio de transporte que mais perdeu relevância foi o autocarro, passando de 27% para cerca de 18%. Outro transporte coletivo, menos utilizado que o autocarro, mas que ainda assim notou crescimento neste período, foi o comboio, que em 2001 representava 5,8% dos movimentos pendulares e passou para 7,7% em 2011, um crescimento que pode ser explicado pela inauguração do caminho de ferro na Ponte sobre o Tejo, em 1998. Com uma estação situada no Pragal, muitos residentes que trabalham na Margem Norte passaram a depender deste meio de transporte.

Quadro n.º 11: Meio de Transporte mais utilizado nos Movimentos Pendulares dos Residentes de Almada (2001-2011)

	2001	2011
A pé	20%	16,2%
Automóvel	38,8%	49,4%
Autocarro	27%	18,2%
Metropolitano	1,4%	3,7%
Comboio	5,8%	7,7%
Barco	-	1,9%
Motociclo ou bicicleta	1%	1,1%
Transporte coletivo da empresa ou escola	2,6%	1,4%
Outro	3,4%	0,4%

II Fonte: INE, Recenseamentos da População (2011)

Também em crescimento está o meio de transporte metropolitano, que neste período passou de ser o meio de transporte mais utilizado em 1,4% dos movimentos pendulares para 3,7%. Neste caso, estes valores podem ser explicados não só pelo aumento das ligações ao metropolitano de Lisboa, mas também pela inauguração, em

2007, do primeiro troço do Metro Sul do Tejo que, desde 2008, funciona com três linhas diferentes, ligando os sítios de Cacilhas, Pragal, Cova da Piedade, Almada, Monte de Caparica, Laranjeiro e chegando até Corroios, no concelho do Seixal. Existem ainda planos de expansão que preveem novas ligações ao concelho do Seixal, e extensões até aos concelhos do Barreiro e Moita que, todavia, se encontram suspensos desde 2008. Além disso é possível que, futuramente, se verifique um maior peso de certos transportes coletivos, em resultado do novo passe navegante metropolitano, que assegura a ligação aos transportes dos restantes concelhos da A.M.L por um valor mensal de 40 euros, o que tornou os transportes coletivos mais acessíveis para a população de Almada.

A diminuição do tempo dos movimentos pendulares, associada a uma maior mobilidade e acessibilidade dos transportes, permite recuperar a noção de “subúrbio de porta”, cunhada por Teresa Barata Salgueiro para descrever a condição urbana de Algés, Amadora e Almada nas décadas de 1940 e 1950 e retomá-la agora em condições que são metropolitanas.

Esta condição, à porta da Baixa da cidade de Lisboa, torna mais atrativa a residência no concelho. Vale a pena reler a afirmação de Maria Alfreda Cruz: “*bairro de Lisboa separado da Baixa apenas por uma travessia em cacilheiro que dura dez ou quinze minutos*”. (Cruz 1973, 251)

Nesse sentido, a população de Almada tem continuado a aumentar nas últimas décadas, ainda que se tenha assistido a uma desaceleração do seu ritmo de crescimento, sendo que, entre 2011 e 2021, só cresceu em 2,7% (Quadro n.º 12). Nesta mais recente década, deu-se também uma reestruturação da divisão administrativa do concelho, que agora conta com cinco diferentes freguesias: a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; a União de Freguesias da Caparica e Trafaria; A União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda; Costa da Caparica e a União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó. Analisando os mais recentes dados, no Quadro n.º 12, destaca-se o crescimento em 8,5% da Charneca de Caparica e Sobreda, passando dos 44 mil para os 48 habitantes entre 2011 e 2021, e o crescimento em 4,1% da freguesia da Costa da Caparica. Neste período, Caparica e Trafaria tiveram um crescimento mais ligeiro, não ultrapassando os 0,8%. Na União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e na União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó, verificou-se mesmo

uma diminuição do número de habitantes, de 49 661 para 48 615, e de 39 872 para 39 587, respetivamente.

**Quadro nº 12: Variação da População do Crescimento de Almada
(2011-2021)**

	2011	2021	Variação
Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	49 661	48 615	-2,1%
Caparica e Trafaria	26 150	26 350	0,8%
Charneca de Caparica e Sobreda	44 929	48 744	8,5%
Costa de Caparica	13 418	13 972	4,1%
Laranjeiro e Feijó	39 872	39 587	-0,7%
Almada	174 030	177 268	2,7%

*12*Fonte: INE, Recenseamentos da População (2021)

Além de um crescimento populacional, em desaceleração depois de décadas de explosão demográfica no contexto de metropolização e suburbanização de Lisboa, assiste-se também a uma alteração do perfil socioeconómico dos residentes em Almada. Por um lado, com a desindustrialização do concelho e renovação de uma aposta no setor terciário, Almada surge no contexto metropolitano como novo polo de emprego em comércio e serviços, alterando assim as dinâmicas do emprego em Almada. A terceirização generalizada da metrópole leva não só a uma reestruturação do emprego em Almada, mas também a uma reestruturação dos grupos socioeconómicos dos seus residentes, como os dados apresentados mostram. Almada, neste parâmetro, surge no contexto metropolitano ainda distanciada da estrutura social de Lisboa, e de concelhos como Cascais e Oeiras, onde é maior a proporção das classes sociais mais privilegiadas, quer em capital cultural, quer em capital económico.

Ainda assim, como vimos acima, Almada assume uma posição de destaque relativamente a outros territórios suburbanos, tendo uma maior proporção de Empresários, Dirigentes e Profissionais liberais que a generalidade dos concelhos da metrópole – o 5º concelho em 14. Além disso, verifica-se que no concelho o peso da população com o ensino superior completo é cada vez mais significativo, indicativos de

um maior capital cultural dos seus residentes, como adiante se verá com maior detalhe. Na habitação, assiste-se a um aumento generalizado dos custos de venda e das rendas. Estes dados indiciam um aumento dos grupos mais capitalizados, em capital cultural, sobretudo, e em menor grau, económico, entre os residentes de Almada.

2.5 A Gentrificação, de Lisboa a Almada

A gentrificação, entendida enquanto reconfiguração física e social de bairros urbanos onde anteriormente habitavam uma vasta população de agregados de classe trabalhadora com baixos rendimentos, é facilitada em Lisboa sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990, com a implementação de um conjunto de medidas que visavam uma liberalização do mercado de arrendamento, com políticas de reabilitação urbana e com o crescimento do turismo na cidade (Mendes 2006, 2014). Em variados bairros da capital, dá-se assim uma progressiva ocupação de novos residentes de classe média e alta, os chamados *gentrifiers*. A par da reabilitação e requalificação dos espaços urbanos, públicos e privados, dá-se um aumento dos custos de compra e venda de casas e um aumento das rendas, que estão na origem de *displacement*, com a deslocação forçada dos antigos residentes de mais baixos rendimentos e perdas simbólicas de espaço para os que conseguem continuar aqui a residir. No contexto de Lisboa, dá-se um esvaziamento da cidade-centro e a especulação imobiliária leva a uma reconfiguração do perfil socioeconómico dos residentes em vários bairros do município. Este fenómeno começa por afetar sobretudo as áreas do centro histórico, mas rapidamente se alastra às zonas pericentrais da cidade.

Mais recentemente, há indícios de que se assiste a um “efeito dominó” do processo de gentrificação, em que a pressão imobiliária em Lisboa começa a afetar os bairros populares que não tinham sido até agora afetados da mesma forma pelo processo, efeito esse que se estende também à primeira coroa suburbana, nas margens Norte e Sul. Neste sentido, em territórios como Marvila, Beato, Almada e Amadora emergem áreas que revelam dimensões presentes nas *novas frentes da gentrificação* neste caso, na periferia de Lisboa.

Em Almada, a proximidade à baixa lisboeta e a frente ribeirinha servem como atrativos para a valorização imobiliária e conseqüente extensão do processo de

gentrificação ao concelho. Em paralelo a esta extensão para a Margem Sul, ocorrem mudanças de natureza estrutural: a visível recomposição do tecido social e da estrutura económica e urbana de Almada; o aumento significativo do valor mediano dos custos de habitação, em termos de vendas e rendas; o aumento da população com ensino superior completo e a diminuição da população com nenhum grau de ensino ou só com ensino básico; e, por fim, a recomposição de partes da estrutura dos grupos profissionais, com um crescente peso de dirigentes e quadros. Estas mudanças cruzam-se com os projetos de reabilitação urbana, que proliferam, e com o crescimento do turismo no concelho, ambos contribuindo para os desalojamentos e para uma perda de espaço simbólico em Almada.

2.5.1 Origens da Gentrificação em Lisboa

Como já foi referido, podemos identificar as origens da gentrificação em Lisboa a partir das décadas de 1980 e 1990. Na década de 1980, aumentam os incentivos à aquisição de casa própria e dá-se uma progressiva liberalização do mercado de arrendamento privado. Logo em 1981, é promulgado o Decreto-Lei nº 148/81, que cria dois diferentes regimes de arrendamento para os novos contratos: a renda livre, que não pressupõe limitações ao nível da renda praticada, e a renda condicionada, que pressupõe uma limitação do valor das rendas (Antunes 2017, 293).

Na segunda metade da década de 1980, Portugal adere à Comunidade Económica Europeia, levando a uma maior abertura do país ao investimento estrangeiro, a uma maior liberalização da economia portuguesa e, conseqüentemente, a uma maior liberalização do mercado habitacional privado. É neste contexto que é decretada a Lei nº 46/85, conhecida popularmente como a “*Lei das Rendas*”, que veio atualizar os regimes de renda livre e renda condicionada de 1981, e dar início a um processo de descongelamento das rendas mais antigas, com uma “*correção extraordinária*” no valor destas rendas e introduzindo um “*subsídio de renda*” como forma de compensação (Antunes 2017, 350).

Na década de 1990, dá-se a progressiva liberalização do mercado de arrendamento privado e a expansão das intervenções de reabilitação urbana na cidade. Em 1990 é publicado, pelo Decreto-Lei 321-B/20, o Regime de Arrendamento Urbano. A grande inovação deste regime foi o restabelecimento dos contratos de arrendamento de duração limitada, com um mínimo de cinco anos, que davam total liberdade ao senhorio para

terminar o contrato no final deste período (Antunes 2017, 350). Ainda assim, com este regime, não se conseguiu resolver inteiramente a questão das rendas antigas e muitas rendas mantiveram-se em valores bastantes mais baixos que os valores de mercado.

Nos anos 2000, dá-se uma mudança na orientação das políticas de reabilitação urbana, com uma maior intervenção de atores privados no processo, sem existirem medidas para travar os desalojamentos nestas situações. É neste sentido que é criado o Regime Jurídico Excecional de Reabilitação Urbana (RJERU), publicado em 2004 pelo Decreto-Lei nº104/04, em que as autarquias passaram a constituir Sociedades de Reabilitação Urbana, com objetivos de captar investimento privado para as intervenções e celebrando contratos de reabilitação urbana com os proprietários (Mendes 2014, 501). A intervenção faz-se sobretudo áreas degradadas do centro histórico, no sentido de promover uma recentralização da cidade, e na medida em que não prevê formas de combater o desalojamento, promove também a gentrificação. Em 2009, é substituído pelo Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, publicado pelo Decreto-lei nº307/09. O RJRU incube aos privados o dever de requalificação do parque habitacional, e o Estado e as autarquias podem conceder apoio financeiro a atores privados nestas intervenções. Neste sentido existe uma *“responsabilização dos proprietários, a subsidiariedade da ação pública e a sustentabilidade e proteção do edificado existente”* (Antunes 2017, 357)

No arrendamento dá-se, em 2006, a publicação do *Novo Regime do Arrendamento Urbano*, com a Lei nº6/2006, que previa a atualização das rendas anteriores a 1990. (Antunes 2017, 359) Esta atualização, ainda assim, não se refletiu na valorização das rendas de muitos dos contratos antigos. Em 2012, deu-se uma nova atualização do NRAU, que se traduziu numa ainda maior liberalização do mercado de arrendamento, facilitando os despejos por incumprimento, e obrigando à transição dos antigos contratos para o novo regime, o que conduziu a um aumento generalizado das rendas. Desta forma, contribuiu inevitavelmente para a gentrificação em Lisboa, na medida em que atualizou as rendas mais antigas para valores incombortáveis para os residentes de mais baixos rendimentos, originando situações de desalojamento residencial. Favoreceu também o esvaziamento do centro histórico da cidade que, num contexto de crescimento do turismo em Lisboa, vê-se cada vez mais ocupado por alojamentos de curta duração.

Existe assim, em Lisboa, uma forte ligação entre a liberalização do setor do arrendamento, os projetos de reabilitação urbana e o crescimento do turismo da cidade.

Com a financeirização do setor imobiliário, os fundos imobiliários internacionais e o investimento estrangeiro ganham um peso maior na economia da cidade. Neste contexto, desenvolve-se também o “marketing urbano”, numa lógica de competição entre as cidades. Esta lógica está na origem daquilo que Gotham descreve como “gentrificação turística” (Fox Gotham 2005) que, segundo Luís Mendes, “*tem sido privilegiada como estratégia política de revitalização urbana*” (Mendes 2017). E acrescenta:

“(...) transformação dos bairros populares e históricos da cidade/centro em locais de consumo e turismo, mediante a expansão da função de recreação, lazer ou alojamento turístico (como, por exemplo, apartamentos turísticos e arrendamento de curta duração – short rental), que começa a substituir gradualmente as funções tradicionais da habitação para uso permanente, arrendamento a longo prazo e comércio local tradicional de proximidade, agravando tendências de desalojamento e segregação residencial, esvaziando os bairros de sua população original ou impedindo população de baixo estatuto socioeconômico de aceder a habitação nessas áreas” (Mendes 2017, 491)

Em Lisboa, é notória a grande expansão da função turística do alojamento na última década, sendo que estão atualmente registados mais de 20 mil alojamentos locais no concelho, com um aumento muito expressivo dos registos entre 2014 e 2019, atingindo um máximo de 6727 alojamentos registados em 2018. Proliferam apartamentos destinados a alojamento de curta duração na cidade, fortemente concentrados no centro histórico, que fica cada vez mais esvaziado de alojamentos de residência de longa duração. De facto, o crescimento do turismo foi bastante acentuado em Lisboa, passando de um total de 6 milhões de dormidas em alojamento turísticos em 2011, ultrapassando os 10 milhões de visitantes pela primeira vez em 2016, e contabilizando mais de 13 milhões de dormidas em 2019 (INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos).

O crescente peso do turismo na economia local conduz a um agravamento da pressão imobiliária na cidade, acelerando o processo de gentrificação e originando diversas situações de desalojamento (Cocola-Gant, Gago, e Jover 2020). Apesar das dificuldades metodológicas em quantificar o desalojamento, havendo poucos estudos neste sentido, temos acesso a dados que nos dão uma aproximação ao problema em Lisboa, com a contabilização das situações de despejo formal. Os dados mais recentes do

Balcão Nacional de Arrendamento, referentes ao número de despejos, indicam que estes *“duplicaram desde 2013 e, em média, são despejadas por dia cerca de 5,5 famílias, em todo o país. Segundo os dados do Ministério da Justiça, o número de pessoas despejadas em 2016 foi 91,7% superior ao número contabilizado três anos antes”* (Mendes 2022, 10). Já segundo as informações da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, foram despejadas aqui mais de 2 mil famílias entre 2014 e 2018 (Mendes 2022, 10).

2.5.2 A Extensão da Gentrificação a Almada

Em Lisboa, a gentrificação e a consequente pressão para o desalojamento são um problema que primeiro atinge os territórios da cidade, mas cada vez mais se estende às áreas suburbanas, de que Almada é exemplo. Uma análise da extensão do processo de gentrificação a Almada tem de ter em conta a reconfiguração física e da estrutura social do concelho e dos seus territórios, bem como dados relativos à evolução dos custos de habitação na última década. Enquanto situações de gentrificação se identificam em Lisboa sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990, só mais recentemente é que o processo se estende a Almada, conduzindo a uma valorização do imobiliário e especulação no concelho. Aqui, tal como em Lisboa, aumentam fortemente os custos da habitação, de vendas e de rendas, estando na origem de situações de desalojamento para os residentes de longa data de mais baixos rendimentos. A partir da análise às Estatísticas de Preços de Habitação e Rendas de Habitação, ambas a nível local, elaboradas pelo INE, exploro em seguida esta importante componente da extensão da gentrificação a Almada.

Na cidade de Lisboa, em que o processo já está mais consolidado, o valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento aumentou de 9,62 para 11,24 euros entre o segundo semestre de 2017 e o mesmo período de 2021, o que correspondeu a um aumento de 16,8%. Estes valores são maiores nas freguesias do centro, nomeadamente na Misericórdia, Santa Maria Maior e São António, freguesias em que este valor ultrapassava os 13 euros em 2021. Mas o aumento é considerável também nas restantes freguesias do município, e só em Marvila e em Santa Clara o valor mediano das rendas era inferior a 10 euros por metro quadrado em 2021. No que diz respeito às vendas, o aumento em Lisboa entre o terceiro trimestre de 2017 e o período homólogo de 2021, foi de cerca de 48%, com o valor mediano das vendas por metro quadrado a passar dos 2315 para os 3472 euros. Aqui, destacam-se novamente as freguesias centrais da

Misericórdia, Santa Maria e Santo António, mas também as freguesias das Avenidas Novas e Parque das Nações, sendo que em todas este valor ultrapassa os 4 mil euros.

Estes valores estão acima da média da área metropolitana, em que entre 2017 e 2021 o valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento passou de 6,06 para 8,90 euros, correspondendo a uma variação de cerca de 46,9%, e o valor das vendas passou dos 1242 para os 1730 euros, um aumento de cerca de 39%. Também os concelhos de Cascais e Oeiras, que historicamente tiveram uma maior proporção de classes médias e altas que os restantes territórios suburbanos, situam-se acima da média da área metropolitana no que diz respeito aos custos de habitação. Em Cascais, no segundo semestre de 2021, o valor mediano das rendas por metro quadrado era de 10,95 euros, e no terceiro trimestre do mesmo ano o valor das vendas era de 2971 euros. No município de Oeiras, no mesmo período, estes valores situavam-se nos 10 e nos 2536 euros, respetivamente.

Quadro nº 13: Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€) em Almada, Lisboa e A.M.L (2017-2021)

	3ºT 2017	3ºT 2018	3ºT 2019	3ºT 2020	3ºT 2021
Almada	1106	1275	1470	1695	1852
Lisboa	2315	2 877	3 205	3 375	3 427
A.M.L	1242	1 318	1 423	1 586	1730

*13*Fonte: INE, Estatísticas de Preços da Habitação a Nível Local

Quadro nº 14: Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€), em Lisboa, Almada e A.M.L (2017-2021)

	2ºS 2017	2ºS 2018	2ºS 2019	2ºS 2020	2ºS 2021
Almada	6,00	7,00	7,77	8,20	8,57
Lisboa	9,62	11,16	11,96	11,46	11,24
A.M.L	6,06	7,00	8,07	8,57	8,90

*14*Fonte: INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao Nível Local

No contexto metropolitano, Almada situou-se em todo este período abaixo da média, mas acima da maioria dos concelhos, em termos do valor das rendas e vendas. No que às rendas diz respeito, além dos três concelhos já mencionados, só a Amadora tem um valor mediano mais elevado neste período. Já em termos de vendas, além de Lisboa, Cascais e Oeiras, só Odivelas e Loures têm um valor mais elevado do que Almada entre 2017 e 2021. O concelho de Almada passa assim, entre 2017 e 2021, de um valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento de 6 para 8,57 euros, num aumento 42,8%, e de um valor de vendas de 1106 para 1852 euros, aumentando na ordem dos 67,5%.

Estes aumentos são bastante superiores aos dos concelhos já referidos de Lisboa, Cascais e Oeiras, territórios onde a valorização imobiliária já está mais consolidada. Em comparação com outros territórios da primeira coroa suburbana, Almada ultrapassou, no período referido, o valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento em Odivelas, que em 2017 era 6,17 euros contra os 6 de Almada e, em 2021, 8,43, abaixo dos 8,57 de Almada. Já em Loures, onde o valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento era relativamente próximo do de Almada em 2017: 5,92 euros, no mesmo período de 2021 situava-se em 7,91 euros, valor consideravelmente mais abaixo do valor mediano em Almada.

Ao nível das freguesias verifica-se também um crescimento generalizado tanto no valor mediano das rendas como no valor medianos das vendas, mas que é bastante diferenciado entre os territórios do concelho. A Costa da Caparica mantém-se durante todo este período como a freguesia com os maiores valores medianos de renda e venda, com padrões de ocupação bastante distintos das restantes freguesias de Almada. Também acima da média do concelho situa-se a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, que entre 2017 e 2021, passou de um valor mediano de rendas por metro quadrado de 6,11 para 8,66 euros, e de um valor mediano de vendas de 1016 para 1895 euros. Segue-se a Charneca de Caparica e Sobreda, que iniciou este período com um valor mediano de vendas por metro quadrado superior em 200 euros ao de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, mas que em 2021 já se situava abaixo da dita freguesia, com um valor de 1888 euros por metro quadrado. Quanto ao valor das rendas, na freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, em 2021 era semelhante à do Laranjeiro e Feijó, correspondendo a 8,06 e 8,07 euros, respetivamente. Esta última, em 2021, era a freguesia com o menor valor mediano de vendas por metro quadrado do concelho,

correspondendo a 1577 euros, sendo que a Caparica e Trafaria era a freguesia com um valor mediano de rendas mais baixo, correspondendo a 6,78 euros.

Quadro nº 15: Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€) no Município de Almada (2017-2021)

	3ºT 2017	3ºT 2018	3ºT 2019	3ºT 2020	3ºT 2021
Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	1016	1236	1484	1651	1895
Costa de Caparica	1453	1750	2075	2260	2472
Caparica e Trafaria	1032	1247	1359	1641	1728
Charneca de Caparica e Sobreda	1262	1357	1550	1769	1888
Laranjeiro e Feijó	921	1075	1224	1457	1577
Almada	1106	1275	1470	1695	1852

*15*Fonte: INE, Estatísticas de Preços de Habitação a Nível Local

Quadro nº 16: Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€) no Município de Almada (2017-2021)

	2ºS 2017	2ºS 2018	2ºS 2019	2ºS 2020	2ºS 2021
Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	6,11	7,31	8,02	8,58	8,66
Costa de Caparica	7,28	8,74	9,27	10,06	10,68
Caparica e Trafaria	4,77	5,17	6,11	5,58	6,78
Charneca de Caparica e Sobreda	5,69	6,38	6,92	7,53	8,06
Laranjeiro e Feijó	5,89	6,53	7,51	7,78	8,07
Almada	6,00	7,00	7,77	8,20	8,57

*16*Fonte: INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao Nível Local

A par do aumento dos custos de habitação, a gentrificação está também associada a um aumento do capital cultural dos residentes nestes contextos. Nesse sentido, estabelecendo uma associação entre o capital cultural e o capital escolar dos residentes, analiso os dados relativos aos níveis de ensino. Ainda que verifiquemos um aumento generalizado das qualificações na área metropolitana, que entre 2011 e 2021, passa de ter 16,5% para 23% da população com o ensino superior completo, os valores são muito diferenciados entre concelhos. O município de Lisboa assume o destaque aqui, aumentando a proporção de população com ensino superior de 27,4% para 36,8%, correspondendo também ao maior aumento da área metropolitana neste período. Por suas vez, destacam-se no município de Lisboa, em 2021, a freguesia das Avenidas Novas, a única onde a maioria da população detém o ensino superior, com um valor de cerca de 51,3%. Seguem-se as freguesias do Lumiar e de São Domingos de Benfica, onde 49% e 48,5% da população tem o ensino superior completo, e as freguesias de Belém, onde este valor é de 46%, e o Parque das Nações 43,3% - classicamente, áreas privilegiadas da cidade. No centro, as freguesias de Santo António, da Estrela, do Areeiro e Alvalade têm todas mais de 40% da população com ensino superior. Por outro lado, freguesias como Santa Clara, Beato e Marvila situam-se abaixo da média da cidade, com destaque para Marvila, onde só 11,7% da população tem o ensino superior.

Com valores superiores aos de Almada, situam-se novamente os concelhos de Oeiras e Cascais, onde 33% e 28,2% da população tem o ensino superior, respetivamente. Também acima de Almada encontra-se Alcochete, em que a população com ensino superior corresponde a 22%. Almada, no contexto metropolitano, tem uma menor proporção de população com o ensino superior completo que os quatro concelhos referidos, mas que é superior à dos restantes nove concelhos da metrópole. Se em 1991, no concelho, só 5,5% da população tinha o ensino superior, entre 2011 e 2021, este valor passou dos 14,5% para os 20,1%. Da mesma forma, aumentam aqueles com ensino secundário e pós-secundário, que entre 2011 e 2021 passam dos 17,1% para os 24,1%, ao passo que diminuem a proporção de residentes sem nenhum grau de ensino e os residentes com apenas o ensino básico completo. Ao nível das freguesias, em ambas as décadas a Charneca de Caparica e Sobreda tem a maior proporção de residentes com o ensino superior do concelho, situando-se nos 25,4%. Seguem-se a Costa da Caparica e a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, com 24,3% e 24,1%, respetivamente. Nas freguesias do Laranjeiro e Feijó, e Caparica e Trafaria, também tem

vindo a aumentar significativamente a proporção de residentes com o ensino superior completo, mas que ainda é menor à das restantes freguesias, correspondendo a 16,1% e 12,6%, respetivamente.

Quadro nº 17: Proporção de Residentes nas Freguesias de Almada com Ensino Superior Completo (1991-2021)

	1991	2001	2011	2021
Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	7,5%	15%	16,7%	24,1%
Caparica e Trafaria	2,4%	5,7%	8,2%	12,6%
Charneca de Caparica e Sobreda	3,8%	12,4%	18%	25,4%
Costa da Caparica	8,9%	14%	16,5%	24,3%
Laranjeiro e Feijó	4,8%	9,7%	11,4%	16,1%
Almada	5,5%	11,6%	14,5%	20,1%

17 Fonte: INE, Recenseamentos da População

Quadro nº 18: Proporção de residentes em Almada por Níveis de Ensino (2011-2021)

	2011	2021
Nenhum	16,6%	13,1%
Ensino Básico	51,8%	41,8%
Ensino Secundário e Pós-Secundário	17,1%	24,1%
Ensino Superior	14,5%	20,1%

18 Fonte: INE, Recenseamentos da População

Além de capital cultural, o processo de gentrificação está também associado a uma progressiva ocupação de residentes com maior capital económico. Como já foi referido anteriormente, a estrutura dos grupos socioeconómicos em Almada é, tudo indica, cada vez mais caracterizada por uma maior presença de dirigentes e quadros, ao mesmo tempo que existe uma menor presença de empregados executantes e operários, relativamente a outros territórios da metrópole.

Nesse sentido, constrói-se aqui um índice baseado naquele que Marc Esponda (2002) desenvolveu para o caso de Paris, e que consta na obra “*Sociologie de Paris*” (Pinçon e Pinçon-Charlot 2004). Neste índice, mede-se a presença ou o número de ativos, residentes, dirigentes e quadros, por cada 10 operários e empregados executantes. Valores mais elevados apontam para maior presença relativa de indivíduos com desempenhos ocupacionais e localizações de classe mais privilegiadas, com maior capital cultural e económico, e valores mais baixos para o predomínio relativo, naquele território, de desempenhos ocupacionais menos capitalizados, localizações proletarizadas e populares, territórios onde existe uma maior ocupação de classes com menos capital cultural e económico. No contexto português, este índice foi também já operacionalizado por Baptista e Nunes que, numa análise sobre a Avenida Almirante Reis, em Lisboa, o calcularam para as várias freguesias que a compõem (Nunes e Baptista 2020).

Quadro nº 19: Dirigentes e quadros, por cada 10 empregados executantes e operários em Lisboa, Almada e na A.M.L (2011)

	Índice
Cascais	8,1
Lisboa	10,5
Loures	4,4
Oeiras	11,5
Sintra	4,2
Vila Franca de Xira	4,2
Amadora	4,7
Odivelas	4,8
Alcochete	6,9
Almada	5,8
Barreiro	4,5
Moita	3,1
Montijo	5,0
Seixal	4,5
A.M.L	5,9

19 Fonte: INE, Recenseamentos da População

Em 2011, Lisboa, Cascais e Oeiras destacam-se neste índice com os valores mais elevados, sendo que em Oeiras existem 11,5 dirigentes e quadros por cada 10 Empregados Executantes e Operários, o valor mais elevado da área metropolitana. Segue-se Lisboa com um índice de 10,5, Cascais com 8,5. e Alcochete com 6,8. Almada segue a estes quatro concelhos, tendo o quinto índice mais elevado da área metropolitana, sendo que aqui existem 5,8 dirigentes e quadros por cada 10 empregados executantes e operários, ligeiramente abaixo da média metropolitana de 5,9. Nenhum dos restantes concelhos tem um índice superior a 5, sendo que o valor mais baixo é de 3,1 na Moita, indicando uma ocupação mais popular neste concelho.

Quadro nº 20: Dirigentes e quadros, por cada 10 empregados executantes e operários em Almada (2011)

	Índice
Charneca de Caparica	9,8
Pragal	8,0
Sobreda	7,1
Cacilhas	7,0
Almada	6,8
Cova da Piedade	6,6
Almada (Concelho)	5,8
Costa da Caparica	5,7
Feijó	5,4
Laranjeiro	3,3
Caparica	3,2
Trafaria	2,1

20 Fonte: INE, Recenseamentos da População

Ao nível das freguesias, a Charneca de Caparica e Sobreda assumem em Almada um lugar de destaque, com 9,8 e 7,1 dirigentes e quadros por cada 10 empregados executantes e operários, respetivamente. A esta seguem-se os territórios que compõem a atual freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas (6,8; 6,6; 7,0 e 8,0

respetivamente). Os índices mais baixos do concelho são os das freguesias do Laranjeiro e Feijó, com 3,3 e 5,4 e da Caparica e Trafaria, onde os valores correspondem a 3,2 e 2,1, respetivamente. Nestes territórios existe uma ocupação mais popular, em oposição às restantes freguesias que compõem o concelho, onde há uma maior ocupação de residentes com um capital cultural e económico mais elevado.

Estes dados, quando associados a marcas qualitativas do processo de gentrificação, que nesta dissertação pude constatar e interpretar, indiciam a extensão do processo de gentrificação a Almada. Por se tratarem de dados à escala da freguesia e do concelho, não são sensíveis às reconfigurações físicas e sociais que exprimem uma escala mais reduzida - a do bairro, rua, zona, envolvente, por exemplo, o processo de gentrificação. Mas em articulação com a estratégia metodológica que levei a cabo, são uma das vias para compreender a gentrificação em Almada. À necessidade de uma análise qualitativa que vise compreender as diferentes manifestações do processo no concelho, nomeadamente ao nível do *displacement*, seja ele sob a forma de desalojamentos residenciais ou formas simbólicas de perda de espaço, correspondi com um particular desenho da investigação.

2.6 Metodologia

Como já foi referido, existem várias dificuldades metodológicas associadas ao estudo do *displacement*. Para Rowland Atkinson, o estudo do *displacement* assemelha-se assim a “medir o invisível” (Atkinson 2000b, 163), na medida em que, nas situações de desalojamento residencial, se está a trabalhar a partir do local onde se espera que as pessoas tenham deixado de residir. Como foi analisado, os estudos quantitativos de *displacement* baseiam-se maioritariamente numa análise de mobilidade residencial (Davidson 2009), reduzindo o fenómeno a uma questão de deslocações espaciais involuntárias, ou seja, situações de *displacement* direto, e não compreendem outros tipos de relação com o espaço, ao nível das transformações nas identidades locais e na noção de pertença em contextos de gentrificação. Para superar este problema, análises qualitativas do fenómeno têm sido realizadas (Shaw e Hagemans 2014; Valli 2015; Hyra 2015; Lees e Robinson 2021), e em certos contextos, elas são fundamentais. Sobretudo para que não se só tenha em conta como ocorrem os processos de desalojamento residencial nestes contextos e que consequências têm na vida quotidiana das pessoas

afetadas, como se conheçam igualmente como sobrevivem e resistem ao *displacement*. Mas, sobretudo, para que se integre na análise dos processos de gentrificação e seus efeitos as várias formas de perda simbólica de espaço, enquanto *displacement* indireto.

A estas dificuldades próprias à análise do displacement somaram-se, a partir de março de 2020, dificuldades associadas à pandemia de Covid-19. Dois confinamentos generalizados da população, que se prolongaram entre março e maio de 2020, e entre janeiro e março de 2021, a par de uma série de restrições à circulação que vigoraram entre e após os ditos períodos, trouxeram fortes limitações ao desenvolvimento de trabalho de terreno. A pandemia gerou consequências ao nível do contacto social e sociabilidades dos residentes e ao nível das formas de apropriação dos espaços públicos, tornando mais difícil a permanência e observação nestes espaços. Além disso, a pandemia teve impactos no funcionamento das associações e movimentos do concelho de Almada e na sua disponibilidade para receberem pessoas, o que dificultou o acesso a estes espaços e o contacto com os seus membros. Da mesma forma, diminuiu a disponibilidade das pessoas vulneráveis ao *displacement* para a realização de entrevistas, sendo que a pandemia gerou medo e desconfiança no contacto com o outro. A crise gerada pela pandemia teve consequências na forma como se vive a cidade, agravando situações de vulnerabilidade e *displacement* em Almada, que abordarei no capítulo 3, *Displacement* em Almada.

A recolha de dados empíricos originais foi então feita essencialmente com recurso a uma pesquisa de terreno que incluiu a observação participante em espaços públicos recentemente requalificados, em espaços comerciais e outros lugares de encontro no concelho de Almada, e incluiu também contactos exploratórios e entrevistas semi-diretivas realizadas a membros de associações e participantes em movimentos que trabalham com populações vulneráveis ao *displacement* no concelho, e a residentes e a ex-residentes de Almada, que passaram recentemente por processos de *displacement* direto e indireto.

Esta estratégia de pesquisa, teve início durante o mês de outubro de 2019, com a observação participante em espaços requalificados nas freguesias urbanas de Almada, em particular na União de Freguesias Almada, Pragal, Cova da Piedade e Cacilhas, onde a pressão para a gentrificação tem sido significativa. A observação participante nestes espaços públicos do Jardim da Cova da Piedade, Mercado da Romeira, Cais do Ginjal e Rua Cândido dos Reis, ocorreu, numa primeira fase, entre outubro de 2019 e março de

2020, tendo sido subitamente pausada no período de confinamento entre março e junho de 2020, e retomada no final deste período. Pelas mesmas razões, não pude fazer observação nestes espaços entre janeiro e março de 2021, no segundo momento de confinamento generalizado, tendo retomado em abril de 2021 e prolongado a observação até janeiro de 2022.

Durante os momentos de observação, fiz-me acompanhar de um diário de campo, que utilizei para tomar notas sobre a evolução da apropriação dos espaços públicos e comerciais durante este período. O uso de diário de campo durante este período prolongado foi fundamental para a investigação, tendo permitido identificar uma variedade de situações que se repetiram no tempo, como a ocupação de turistas no Cais do Ginjal. Por outro lado, estas observações foram-me permitindo dar conta das transformações na apropriação destes espaços, como ocorreu no Jardim da Cova da Piedade, tanto em 2019/20 como em 2021/22.

Analisando o uso de diário de campo no contexto de trabalho etnográfico, Rita D'Ávila Cachado, sumariza as suas potencialidades e as limitações. Se, por um lado, argumenta que *“o diário de campo permite reconhecer as irregularidades dos dados que o terreno nos fornece: Mais do que criar uma base sólida para a interpretação, o diário de campo é uma fonte de documentação movediça, altamente permeável às contradições do investigador, dos informadores e das informações recolhidas”*, por outro, Cachado conclui também que *“as tentativas de [o] organizar permitem identificar as recorrências no terreno, independentemente de serem recorrências relativamente a hipóteses formuladas anteriormente pelo investigador ou de se referirem a novas possibilidades de interpretação esses que podem causar desconforto e desafio em simultâneo”* (Cachado 2012).

No que diz respeito à escala territorial do trabalho de campo, este teve como ponto de partida o concelho de Almada, mas acabou por convergir para determinados bairros da freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, por se tratar de uma área em que, como referi anteriormente, se observar, a partir do Censos 2011, uma maior proporção de residentes com maior capital cultural e económico, comparativamente a outros territórios do concelho, e onde em concomitância se verificou um aumento dos custos de habitação entre 2017 e 2021. Além disso, nesta área têm surgido diversos projetos de requalificação urbana (Bezerra 2014), como são exemplo a Rua Cândido dos

Reis e o Jardim da Cova da Piedade e tem-se verificado também o crescimento do turismo (Corte-Real et al. 2021), ambos fenómenos associados ao *displacement* em contexto de gentrificação. Ao longo da permanência no terreno, e apesar das dificuldades e obstáculos, o foco metodológico foi afinado no sentido de estudar as dinâmicas de áreas específicas na freguesia, nomeadamente Cacilhas e Cova da Piedade, tendo em conta as dinâmicas mais alargadas que afetam estes mesmos territórios que se desenvolvem às escalas concelhias, metropolitanas, nacionais e globais, como Anthony Leeds (1968, 243–44) propõe.

2.6.1. Delimitação de um recorte territorial

Uma forte presença de funcionários de comércio e serviços, trabalhadores do setor terciário na Baixa lisboeta, marca a posição dos territórios da freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas no concelho. Todavia, essa presença compunha-se com ocupações históricas do espaço urbano associadas a outras posições na estrutura social. No caso da Cova da Piedade, por exemplo, durante um longo período, as formas de ocupação e uso do espaço típicos de uma larga presença e peso de população de classe trabalhadora sugerem a importância dos operários das fábricas que aqui se instalaram desde a segunda metade do século XIX. Mais recentemente, aí se assiste a uma valorização imobiliária e a uma substituição das populações da freguesia, numa intensidade superior à de freguesias como as do Laranjeiro e Feijó, bem como da Caparica e Trafaria.

Complementarmente, a pesquisa de terreno ganhou permanência e observação nos espaços públicos requalificados e nos espaços comerciais da freguesia, nomeadamente, no Jardim Público da Cova da Piedade, um jardim público recentemente requalificado, no Mercado da Romeira, na Cova da Piedade, e nos espaços comerciais da rua Cândido dos Reis, em Cacilhas.

O recorte territorial foi igualmente constituído com o contributo da análise situacional, desenvolvida por Max Gluckman (1940), e mais tarde por Clyde Mitchell (1956), enquanto método de pesquisa qualitativo de descrição de situações sociais específicas. As vantagens desta abordagem praticada pela antropologia urbana são sintetizadas por Cachado:

“*Conscientes da impossibilidade de resgatar um sentido total das cidades onde estudam, a concentração em situações específicas vivenciadas pelas comunidades sobre as quais desenvolvem pesquisa permite-lhes encontrar um sentido que, embora parcial, fornece pistas concretas para analisar os grupos e a sua relação com a envolvente urbana*” (Cachado 2012, 48).

2.6.2. Uma abordagem qualitativa fundada em entrevistas semi-diretivas

Além da pesquisa de terreno, da observação participante e da análise de situação realizadas nos espaços públicos e comerciais de Almada, um foco mais definido da pesquisa sobre o *displacement* no contexto de extensão da gentrificação a Almada foi concretizado na realização de entrevistas semi-diretivas. Como salienta Rowland Atkinson, o estudo do *displacement* assemelha-se a “medir o invisível” (Atkinson 2000b, 163). Para iniciar a abordagem, parti para o contacto com quatro associações e movimentos no concelho de Almada que trabalham com estas populações: A União de Reformados, Pensionistas e Idosos de Almada; a Associação de Imigrantes de Almada; a Associação de Inquilinos Lisbonenses e o Centro de Cultura Libertária. O primeiro contacto com estas associações e movimentos teve início em fevereiro de 2020, algumas através de visitas presenciais aos espaços da associação, e outras por via telefónica e através da troca de e-mails. O papel que estas associações e movimentos podem ter para a construção do sentido de pertença a uma comunidade e o papel que têm também no apoio a populações vulneráveis ao *displacement* em Almada, foram duas das principais razões para a pertinência deste contacto e, nesse sentido, foram realizadas entre novembro de 2021 e janeiro de 2022 entrevistas semi-diretivas a membros destas quatro associações.

A primeira destas entrevistas realizou-se em novembro de 2021, na Associação de Imigrantes de Almada, uma associação fundada em 2014 com o objetivo de dar apoio à comunidade imigrante de Almada. A associação localiza-se no Laranjeiro e presta apoio maioritariamente à população imigrante a residir no concelho, apesar de receberem frequentemente pessoas vindas também de zonas próximas de Almada, como o Miratejo, Amora e Corroios. Aqui presta-se apoio na integração dos imigrantes, nomeadamente apoio jurídico relativamente à lei da imigração, direitos cívicos e documentação dos imigrantes. Além disso, dispõem de um serviço de banco alimentar e banco de roupa, de forma a prestar apoio aos imigrantes mais carenciados. Fiquei nesta entrevista a saber que

que a associação não trabalha diretamente com situações de desalojamento residencial, pelo que não dei continuidade a este contacto.

No mesmo mês, realizei também uma entrevista à Associação de Inquilinos Lisbonenses, associação fundada em 1924 e que apoia sobretudo juridicamente os inquilinos da região de Lisboa. Com sede localizada na Avenida Almirante Reis, em Lisboa, mas com uma filial localizada em Almada, na zona de Cacilhas, e outras duas localizadas nos concelhos da Amadora e Barreiro, esta associação funciona em regime de cooperativa e oferece sobretudo apoio jurídico aos seus sócios em situações de risco de desalojamento residencial, como aumentos inesperados de rendas e avisos de despejo. Esta entrevista contribuiu para compreender melhor a forma como a extensão da gentrificação afeta Almada ao nível dos desalojamentos, e como as pessoas em risco de desalojamento procuram a associação, numa tentativa de resistência.

No mês seguinte, realizei uma entrevista à União de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Almada. Associação fundada em 1978, presta diversos tipos de apoio aos idosos do concelho de Almada e tem sede na Cova da Piedade. Conta ainda com outros dois espaços localizados em Almada Velha e no Laranjeiro. Estes espaços funcionam como centros de dia, desenvolvendo atividades e assegurando refeições a idosos do concelho. Além disso a União fornece também um serviço de apoio domiciliário, que opera na zona da Cova da Piedade e Laranjeiro e que, entre outros tipos de apoio, fornece refeições, cuidados de higiene e desenvolve atividades de animação e socialização para os idosos. Nesta associação, também não se trabalha diretamente com situações de desalojamento residencial, mas confirmaram em entrevista, a vulnerabilidade dos idosos ao *displacement*.

Por fim, em janeiro de 2022, realizei uma entrevista a um membro do Centro de Cultura Libertária que, a título individual, me relatou o trabalho desta associação de militantes anarquistas em Cacilhas e descreveu o apoio que prestaram às famílias mais carenciadas durante o período de confinamento, organizando doações de produtos alimentares e outros bens.

Nestas quatro entrevistas, os membros das associações confirmaram a vulnerabilidade de diferentes grupos sociais e populações ao *displacement* e, ainda que nem todas apoiem as populações especificamente em situações de desalojamento residencial, o apoio que prestam contribui para a noção de pertença das pessoas ao espaço

em Almada. Foi igualmente através do contacto com estas associações que pude entrar em contacto com três residentes e ex-residentes do concelho que, à data das entrevistas, tinham passado recentemente por situações de *displacement* direto e indireto. Os percursos e os atributos sociais destes residentes apresentam correspondência com as categorias analisadas em estudos já mencionados que referem idosos, inquilinos e pessoas com baixos rendimentos (Newman e Wyly 2016; Atkinson 2000b) enquanto categorias de indivíduos vulneráveis ao *displacement*.

Estas entrevistas ocorreram entre março e abril de 2022, no rescaldo das dificuldades que enfrentei na pandemia e nos dois pós-confinamentos. Os entrevistados tinham à data idades compreendidas entre os 23 e os 63 anos, são do género masculino, e todos residiam na freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas quando foram desalojados. Um dos entrevistados é um homem solteiro, que vivia sozinho num apartamento em Almada. Nos outros dois casos os residentes habitavam o fogo com familiares, um deles com o seu filho e outro com a mãe, solteira, e a irmã mais nova. Em dois destes três casos a situação de desalojamento residencial provocou uma mudança de residência dentro do mesmo bairro e, no outro caso, o desalojamento obrigou a uma realocização fora do concelho de Almada, para um concelho suburbano da Margem Norte de Lisboa.

Complementarmente, conduzi ainda uma entrevista com um comerciante que se viu obrigado a realocar o seu espaço comercial, em consequência de um aumento inesperado de renda. Entendendo esta realocização também ela como consequência da extensão da gentrificação a Almada, procurei entender este processo de realocização, inserido num contexto de reestruturação do comércio e emergência de novas preferências, fenómenos integrados nos efeitos dos processos de gentrificação (Ocejo 2011).

Globalmente, esta dimensão do trabalho empírico procurou dar conta das “microperspetivas” de residentes que recentemente foram afetados por *displacement* direto e indireto. Tais “microperspetivas”, defende Gulick, são essenciais ao entendimento da vida nas cidades, quando inseridas no entendimento de fenómenos de maior escala, que adianta:

“It is true that an exclusively micro-urban perspective (often derived from the traditional anthropological concentration on small, supposedly isolated “primitive” cultures, can result in a misleading emphasis on groups of people who are not a

representation of most city dwellers and in a unrealistic lack of attention to the influence of external controls on these people (...) On the other hand, detailed microperspectives are absolutely essential to an adequate understanding of the humanity of cities. The point is that they must be place in wider, large-scale perspectives” (Gulick 1989, 34–35)

Reconhecendo que o número de entrevistas é limitado, a sua análise contribui para enriquecer o conhecimento sobre os processos de *displacement* residencial e de perda simbólica de lugar em contexto de gentrificação, pelo seu carácter exploratório e intensivo. As microperspetivas foram enquadradas pela discussão sobre o conceito de *displacement* e as abordagens tipológicas presentes na literatura; pela conceptualização e teorização da gentrificação e pela contextualização metropolitana de Almada e da aproximação à extensão da gentrificação a áreas do concelho.

O guião de entrevista aos residentes e ex-residentes afetados por *displacement* foi dividido em duas partes distintas: a primeira parte debruça-se sobre as trajetórias de vida, incluindo as dimensões laborais e residencial, os processos de desalojamento e estratégias de resistência; a segunda parte, foca-se nas formas simbólicas de perda de espaço, incluindo as perceções sobre a transformação urbana em Almada, sobre as alterações da vida quotidiana, ao nível de relações de vizinhança, da apropriação de espaços públicos e sociabilidades, bem como sobre a evolução das identidades locais e da noção de pertença. O guião da entrevista com o dono do espaço comercial teve uma divisão semelhante às anteriores, com perguntas sobre a sua trajetória de vida e laboral, os impactos da realocização forçada do negócio, em função do aumento inesperado de renda e as alterações nas formas de apropriação deste espaço, em resultado da sua realocização.

Capítulo 3. *Displacement* em Almada: Desalojamentos Residenciais e Formas Simbólicas de Perda de Espaço

Este capítulo apresenta e discute os dados das entrevistas às associações e aos residentes e ex-residentes do concelho, em articulação com os elementos que recolhi na observação participante realizada em espaços públicos e comerciais recentemente requalificados. Apresento as situações de desalojamento residencial dos entrevistados no que concerne a relação que mantiveram com o senhorio – da cordialidade a situações de assédio e coerção – e as estratégias de sobrevivência e resistência ao desalojamento, que vão desde os processos de negociação às redes de solidariedade. Analiso também os processos de mudança de residência dos entrevistados e condições de habitação nas novas residências. De seguida, examino as perceções dos residentes relativas às transformações mais recentes de Almada, em consequência da extensão da gentrificação, e a forma como este processo altera a vida quotidiana e relações de vizinhança destes residentes – designadamente, com a perda de locais de convívio e com sentimentos de perda de capacidade de influência política e de pertença a Almada. Esta linha expositiva e interpretativa apoia o argumento que apresento: estes sentimentos de perda de espaço configuram também eles uma forma de *displacement*.

3.1 Desalojamentos residenciais em Almada

A importância da abordagem qualitativa ao *displacement* decorre da compreensão que oferece da complexidade dos processos de desalojamento residencial e, como examinarei em seguida, da sua relação com as estratégias de resistência e sobrevivência e das formas simbólicas de perda de espaço. Nesta secção, analiso três situações de desalojamento residencial a partir dos relatos que obtive nas entrevistas a três residentes e ex-residentes do concelho de Almada que passaram simultaneamente por situações de *displacement* direto e indireto – e cujos atributos sociológicos elementares apresento no Quadro n.º 21.

Criar uma relação com estes três protagonistas de processos de desalojamento não foi fácil. As dificuldades conhecidas na literatura em relação ao aceder aos desalojados (Atkinson 2000b) foram superadas através da pesquisa de terreno. Como referi, obtive o contacto destes três desalojados através das visitas e das entrevistas realizadas a associações de Almada que trabalham com populações tidas na literatura enquanto vulneráveis ao *displacement*, nomeadamente idosos, inquilinos e indivíduos de mais baixos rendimentos.

Quadro nº 21: Caracterização dos Desalojados

	André	Carlos	Fernando
Idade	63 anos	68 anos	23 anos
Situação de Emprego	Trabalhador	Reformado	Trabalhador-estudante
Grupo Socioeconómico	Empregado Excutante	EE Empregado Excutante	EE Empregado Excutante
Género	Masculino	Masculino	Masculino
Regime de Ocupação	Arrendatário	Arrendatário	Arrendatário
Estrutura Familiar	A + Filho	Solteiro	Mãe e irmã + F

O primeiro caso de desalojamento que analiso aconteceu a um homem de 63 anos natural de Paço de Arcos, que designarei doravante por André e ao seu filho, um jovem desempregado, que designarei por Bernardo. André e Bernardo viveram na zona de

Cacilhas durante três anos, entre 2017 e 2020. André começou a trabalhar na Câmara de Lisboa quando tinha 18 anos, onde ainda hoje trabalha e os seus rendimentos correspondem atualmente ao salário mínimo nacional. A casa onde vivia com o seu filho, em Cacilhas, era composta por dois quartos, uma cozinha e uma casa de banho, e pagavam 450 euros de renda. Sobre as condições da casa, o entrevistado afirma que:

“Olha, é evidente que quando uma pessoa vai para uma casa e anda à procura como nós andávamos, assinamos o que... A casa não estava em grandes condições, eram três assoalhadas, (...) tinha alguns problemas de infiltrações e pinturas, (...) e [o senhorio] comprometeu-se a fazer obras... acabou por nunca fazer, mas pronto, (...) nós estávamos, mais o meu filho que eu, um bocado desesperados por arranjar casa, foi o que conseguimos” (Entrevista a André)

A casa era relativamente próxima do cais de Cacilhas, e André deslocava-se diariamente para Lisboa de barco, onde apanhava um autocarro até ao seu trabalho. Sobre os transportes de e para Almada: *“De qualquer forma também não me fazia grande moça, eu saía do barco e ia para o autocarro que me levava ao trabalho, em termos de transportes estava razoavelmente bem servido, se bem que não podia vir fazer grandes noitadas a Lisboa. O último barco é à 1h30, creio eu. Mas pronto, em termos de acesso era porreiro, era muito porreiro, estava ali muito pertinho.”* (Entrevista a André)

O segundo caso de desalojamento analisado ocorreu a Carlos, um homem solteiro de 68 anos, natural de Almada, que vivia sozinho num apartamento na zona de Gil Vicente, na atual freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas. Durante a sua vida, este residente trabalhou em diversas áreas, foi carteiro e trabalhou na construção civil, por exemplo. Viveu durante seis anos, entre 2014 e 2020, num apartamento próximo da Praça Gil Vicente, de tipologia T2+1. Durante os primeiros 5 anos na casa pagou 300 euros de renda mensal e, no último ano em que lá residiu, negociou com a senhoria um aumento de 100 euros de renda, que assim passou para os 400 euros. A casa tinha boas condições, segundo o entrevistado, apesar de sofrer de alguns problemas de manutenção. Quanto a questões de mobilidade e transportes, a residência situava-se próxima do cais de Cacilhas, pelo que, quando trabalhava em Lisboa, o entrevistado apanhava barco até ao Cais do Sodré, e daí apanhava autocarro ou metro para o seu local de trabalho.

O terceiro caso de desalojamento analisado ocorreu a uma família composta por jovem de 23 anos, a sua mãe e a sua irmã mais nova, de 13 anos que designarei,

respetivamente, por Fernando, Dalila e Eduarda, sendo que neste caso Fernando foi o entrevistado. A mãe é natural de Lisboa e mudou-se para Almada quando tinha 20 anos, e ambos os seus filhos nasceram e sempre residiram em Almada. Enquanto Eduarda estuda em Almada, Fernando encontra-se neste momento a trabalhar e a estudar em Lisboa. Viviam na Cova da Piedade desde 2010, e Dalila trabalhou como chefe de loja no Amoreiras Shopping Center e, mais tarde, no Almada Fórum. Quando Dalila trabalhava em Lisboa, tinha de apanhar dois autocarros para chegar às Amoreiras e, com a mudança para o Almada Fórum, mais próximo do seu local de residência, conseguiu reduzir a duração dos seus movimentos pendulares. Contudo, no momento em que se deu o desalojamento, Dalila encontrava-se desempregada. A casa onde viviam na Cova da Piedade era um T2 “espaçoso” e pagavam 450 euros de renda. Sobre as condições e sobre renda da casa:

“Era um T2. Eu penso que aquilo era inicialmente era um T4, mas mandaram-se duas paredes abaixo. Quanto é que pagávamos? Pagávamos 450 euros na altura. O maior problema que tivemos enquanto estivemos lá foi, um problema em geral, pelo que eu tenho percebido, em Almada, muita humidade. Tivemos um problema em específico, a tentar lidar com isso, chegaram-se a abrir certos buracos no teto, em que caía muita água, porque nós vivíamos no quarto andar, que era o último, então o telhado estava lá. E o telhado estava muito mal isolado.” (Entrevista a Fernando)

Nos três casos os desalojados são agregados familiares de classe trabalhadora com baixos rendimentos. Em dois dos casos existem membros da família desempregados e no terceiro, o indivíduo é reformado. No caso de Dalila, Eduarda e Fernando trata-se de uma família composta por uma mãe solteira e dois filhos jovens. A sua condição converge com a condição de indivíduos e populações vulneráveis ao desalojamento analisada na literatura (Atkinson 2004, 2000a; K. Newman e Wyly 2016; Helbrecht 2018; Legates e Hartman 1982; Atkinson 1997). Os três casos correspondem também situações de arrendamento urbano, fogos com rendas baixas e problemas de manutenção, todos estes fatores frequentemente associados ao desalojamento.

3.1.1 Relação com o senhorio

No que diz respeito à relação com os senhorios, autores como Marcuse e Grier e Grier demonstram que o assédio e a coerção estão na origem de diversas situações de *displacement* físico (Marcuse 1985; Grier e Grier 1978). Na abordagem a essa questão, todos os meus entrevistados, afirmaram que os contactos foram sempre cordiais e pouco frequentes. Ao entrarem em maior detalhe, posteriormente, revelaram facetas pouco corretas nas suas atuações:

“A pessoa parecia-me bastante cordial, sem nenhum problema e nós nunca tivemos nenhum sinal, até começarem, que o tipo era o que se veio a revelar posteriormente. Mas a nossa relação, portanto, eu transferia-lhe o dinheiro por conta bancária, ele também não morava ali, nem morava em Almada, portanto a nossa relação era quase inexistente, depois do dia da escritura, e depois posteriormente, praticamente só por carta, os contactos que ele foi fazendo, e depois já na fase final encontrei-o várias vezes e não foi assim muito agradável” (Entrevista a André).

Tanto o André como o Fernando revelaram que os seus senhorios não resolveram os problemas de manutenção das casas que se foram apresentando. No caso de André, o senhorio *“telefonava-me a dizer, «eu mando aí alguém, eu mando aí alguém» ... Ele mandou lá. Por exemplo, havia um problema, que para nós não era grande problema, mas seria se estivéssemos alguma convidada, o bidé estava partido, não se podia usar aquilo, e ele disse o problema é que isto é no primeiro andar, começa a fazer infiltração para baixo. Ele disse «vou mandar aí alguém», e esse alguém, esteve lá viu aquilo, disse que voltava, e até hoje... E ele tinha uma outra coisa, na cozinha tinha uma bancada de madeira até muito bonita, mas precisava de ser isolada, envernizada e protegida, e ele disse «ah esteja descansado que vêm cá tratar disto». Nós é que pusemos uns oleados, a tentar proteger aquilo, e nunca, nunca apareceu nada. Infiltrações, chamei-lhe a atenção, e ele disse, eu «tenho de fazer umas pinturas, mas agora não me dá jeito, espere lá aí uns tempinhos, não há problema...»”*.

Já Fernando menciona que, quando confrontado com os problemas de manutenção da casa, *“o senhorio nunca se mostrou muito... ou seja, o que acabou por acontecer foi ali uma luta entre o senhorio e o condomínio, não é? Tentar ver quem é que ia resolver e pagar aquilo, mas pronto ele esquivou-se. (...). Mas a humidade era mesmo um grande problema, havia humidade em todas as divisões da casa, ao ponto de destruir*

o teto da casa. No meu quarto, abriu-se um buraco tão grande porque quando chovia torrencialmente acumulava muita água, suponho que não seja no sótão, mas em cima da casa, e chegou-se a abrir um buraco e houve um dia que acordei literalmente com água em cima de mim e pedaços de teto”. A falta de manutenção das habitações nestes casos, sendo responsabilidade dos senhorios, constitui aqui também uma forma de *displacement*, enquanto pressão para o desalojamento.

3.1.2 Os processos de desalojamento

Tal como referido anteriormente, o desalojamento pode ter uma base económica, com o aumento dos custos, ou física, com a conversão da forma de ocupação, despejos, a coerção e assédio por parte dos senhorios. O Quadro 22 apresenta os três casos de acordo com o tipo de desalojamento residencial. Todos eles configuram situações de *direct displacement*, seguindo a tipologia sugerida por Marcuse (1985). Em dois casos, é mais evidente o *displacement* físico dos residentes, nos casos de André e Fernando, e no outro a causa do desalojamento é económico.

Quadro nº 22: Tipologia do desalojamento residencial

	André	Carlos	Fernando
Displacement Físico	Carta de despejo Assédio	_____	Coerção
Displacement Económico	_____	Aumento de renda	_____

²¹Elaboração do autor com base na Tipologia de Marcuse (1985)

No caso de André, deu-se primeiramente o *displacement* económico dos restantes inquilinos do prédio, duas famílias, que ao fim de dois anos, viram a sua renda aumentada dos 450 para os 600 euros. Sem possibilidades de pagarem este aumento abrupto com os rendimentos que tinham disponíveis à altura, as famílias vizinhas de André viram-se forçadas a deixar as suas casas. Ao contrário do que aconteceu aos seus vizinhos, a André não foi proposto este aumento de renda e, por isso, conseguiu permanecer na casa onde

residia. Com ele, no prédio, ficou só um casal de idosos, que já habitava no prédio desde a década de 1950:

“(…) eram meus vizinhos do primeiro andar, que eu vim a saber precisamente que ele também tentou que eles saíssem dali, mas eram pessoas que estavam lá desde a fundação, aquele prédio era do final dos anos 50, e eles sempre viveram lá. O prédio estava todo vazio menos o primeiro direito, eu morava no esquerdo, primeiro direito estava lá aquele casal. E soube que eles foram pressionados a sair, eles é que não saíram, e acho que ainda se mantêm lá.” (Entrevista a André)

Mais tarde, seria enviada uma carta de despejo a André, com o argumento de atraso no pagamento de rendas: *“(…) o que ele argumentou inicialmente foi atraso de pagamento da renda, segundo o contrato. E ele aí tem razão, mas não tem, porque o atraso de pagamento nunca excedeu dois dias. O limite era dia 8, e houve um mês que eu paguei a 9 e outro que paguei a 10.”* A data inicial que lhe foi dada para sair, 1 de junho, era *“incomportável”* e, após negociação com o senhorio, conseguiu permanecer na casa mais um mês. O senhorio acabaria por utilizar como argumento também o descuido dos inquilinos na manutenção da casa:

“(…) ele depois até usou para dizer que eu tinha descuidado a manutenção da casa, que é uma coisa que não me compete a mim, como é óbvio.” Além disso, houve neste caso uma situação de subaluguer da casa, inicialmente incentivada pelo senhorio, mas que acabou também a ser usada como argumento quando se deu o eventual processo de expulsão: *“Então ele tentou, dentro do prazo que já tínhamos negociado, entrar pela casa dentro, com a desculpa que tinha lá uma pessoa que não estava no contrato. Curiosamente, ele tinha-me dito, disse-me isso claramente, «o contrato é assim, a gente sabe como é que está a vida, se vocês precisarem de alugar não tenham problema». Depois veio a invocar que nós tínhamos subalugado, mas pronto. Mas ele tentou invadir a casa, o rapaz não deixou e fez ele muito bem, e a partir daí foi assim um bocado, foi sempre complicado.”* (Entrevista a André)

Para Carlos, que viveu durante seis anos no apartamento do qual foi desalojado, o processo durou no total um ano. Ao fim de cinco anos a residir ali, a senhoria propôs uma rescisão de contrato. Foi nesse momento que foi negociado um aumento de renda em cem euros, passando assim a pagar 400 euros, sendo que o acordo deveria durar um ano, findo o qual Carlos teria de libertar a casa. O aumento de renda já tinha sido aplicado em outros

andares do prédio, propriedade da mesma senhoria e, em 2019, no último ano em que Carlos residiu na casa, já tinha vizinhos a pagar cerca de 500 euros de renda. Segundo Carlos, *“essa moça, que para lá foi viver, saiu agora, há um mês ou dois. (...) Ela estava a pagar, tenho a impressão de que eram 500 euros. Ou 500, ou 550, era uma assim uma coisa. Não chegava aos 600. E agora foram para lá, e já me disseram que quem foi para lá está a pagar 700”*. Contrariamente aos seus novos vizinhos, Carlos não tinha possibilidades para suportar tais montantes de renda mensal, pelo que teve de abandonar a casa ao fim de seis anos.

Quanto ao caso de desalojamento da família de Fernando, este ocorreu depois do senhorio ter argumentado que precisaria da casa para residência própria, na sequência de separação conjugal. Inicialmente, deu a esta família um mês para saírem da casa, mas após contestação por parte de Dalila, a família acabou por conseguir residir na casa mais um ano. Como conta Fernando, *“nós achávamos que ele vai pedir a casa para ele próprio, mas depois vai pôr a arrendar, podia ser uma possibilidade. E ele nem sequer quis discutir preços de arrendamento com a minha mãe na altura. Ou seja, ele podia querer aumentar a renda, mas pronto, se conseguíssemos igualar ficávamos lá em casa. Mas depois acabamos por descobrir que passados dois meses ele tinha remodelado um pouco e tinha vendido a casa. Mas foi com a desculpa, na altura, de que ele se ia separar da mulher, e ia precisar da casa. Se isso era efetivamente verdade a certo ponto não faço ideia, mas ele vendeu a casa.”* (Entrevista a Fernando)

Em resumo, o caso de André implicou assédio moral por parte do senhorio. Para Carlos, o seu desalojamento teve uma base económica, com um aumento abrupto da renda exigida. Já no caso da família de Fernando, houve coerção para a saída. Tanto no caso de André como o de Fernando, encontraram-se também situações de conversão da forma de ocupação das unidades. No prédio que André e Bernardo habitavam, as unidades foram convertidas para Alojamento Local. Já a unidade em que residia a família de Fernando foi vendida, deixando o mercado de arrendamento.

3.3.3 Estratégias de Sobrevivência e Resistência ao Desalojamento

Apesar do desfecho ter sido o mesmo para os três entrevistados, implicando a saída da casa e a procura de uma nova residência, encontram-se nestes casos diferentes formas de sobrevivência e resistência ao desalojamento, em contexto de gentrificação. Desde a procura de apoio jurídico e redes de apoio familiares, passando pelas tentativas de negociação com os senhorios e pelas diversas formas que estes inquilinos arranjaram para suportar os aumentos de renda.

Loretta Lees introduziu recentemente o conceito “*survivability*”, com o objetivo de focar a discussão sobre a questão da gentrificação e *displacement* não só nos momentos de desalojamento e perda, mas também em momentos de força e solidariedade. Segundo a autora, o conceito de “*survivability*” não presume estabilidade, visto que a sobrevivência dos indivíduos pode acontecer mesmo em condições instáveis, e é um conceito aberto a mudanças de vida para o pior, como é o caso dos desalojamentos (Lees e Robinson 2021, 594). Nos três casos aqui expostos encontra-se essa “*survivability*”, na medida em que, mesmo tendo resultado em desalojamento, existiram em todos eles momentos de força e solidariedade, como referidos por Lees.

Para André, cujo caso de desalojamento terminou com o senhorio a exigir uma indemnização de 2800 euros, as redes de apoio foram fundamentais. Primeiramente, o apoio jurídico que receberam, que veio de um amigo advogado que acompanhou toda a situação. E em segundo lugar, as redes de apoio de familiares e amigos, que ajudaram no pagamento desta indemnização que André e Bernardo não tinham possibilidade de pagar:

“Não conseguimos arranjar um acordo extrajudicial, ele exigia-me 2800 euros de indemnização e depois com negociações ficaram em 1800, e o que vale é que eu sou uma pessoa que tenho muitos amigos. Fiz um crowdfunding e resolvi o problema. (...) Fiz aquele apelo no Facebook, e as pessoas começaram imediatamente a responder. Eu passado duas semanas já tinha o valor, já tinha ultrapassado o valor. Eu tive de suspender até porque eu tinha posto aquilo durante um mês, e ao final de 15 dias parei porque já tinha ultrapassado o valor. E ainda dei aí uns 760 euros para uma associação, que eu achei que devia dar a eles, porque me sobrou dinheiro. Podia ter feito aí umas férias ou comprado umas coisas, mas achei que não. E pronto foi assim, foi assim que consegui. Mas lá está, porque eu tenho conhecimento e tenho uma rede de amigos

alargada e de solidariedade forte (...) Mas porque houve solidariedade. Agora imagina uma série de pessoal que não tem rede de apoio, não é?” (Entrevista a André)

Nos outros dois casos, assumiram particular importância as negociações relativas aos preços da renda e permanência na habitação. Para Carlos, a permanência na casa dependeu da sua negociação com a senhoria, com quem acabou por fazer um novo contrato, o que lhe permitiu permanecer por mais tempo na casa, com uma renda abaixo da praticada nas outras unidades do prédio. No caso da família de Fernando, a quem inicialmente tinha sido dado um mês para deixar a casa, foi com o apoio da DECO, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, que Dalila redigiu uma carta que lhes permitiu permanecer mais um ano na casa:

“Ele na altura disse que tínhamos um mês para sair de casa. E nós ficámos «Não, isso não é assim!» A minha mãe ficou «Isso não pode ser assim, é impossível!» E a minha mãe foi falar com a DECO e eles ajudaram, ajudaram a escrever uma carta a dizer que a situação não estava bem, não sei exatamente as especificidades sobre o processo, mas o que acabou por acontecer foi que efetivamente ele acabou por nos dar um ano para termos tempo de sair de casa” (Entrevista a Fernando).

No que diz respeito ao desfecho do processo de desalojamento os casos analisados são diversos, como se pode ler no Quadro 23.

Quadro nº 23: Mudança de Residência

	André	Carlos	Fernando
Localização	Diferente concelho	No mesmo bairro	No mesmo bairro
Lotação	Sobrelotação	_____	Sobrelotação
Custos	Diminuição	Diminuição	Aumento
Salubridade	Salubre	Insalubre	Salubre

Para André e Bernardo, permanecer no mesmo bairro não foi possível. André perdeu o contacto com o filho quando foi obrigado a mudar-se de Cacilhas, e foi inicialmente coabitar com a sua atual companheira para um T0 na freguesia da Penha de França, no centro da cidade de Lisboa: *“Fui viver com a minha companheira, nós*

estávamos aqui em Sapadores num T0 com 25 metros quadrados. Onde ela já vivia, que era dela. Mas a casa era tão grande, que eu se queria ir ao frigorífico e ela estava na cozinha, ela tinha de sair da cozinha para eu ir lá”. Eventualmente mudaram-se para Santo António dos Cavaleiros, em Loures: “E depois ela fez uma permuta com a irmã e agora estamos a viver em Santo António dos Cavaleiros. A irmã ficou com aquele apartamento, e aluga, mas aluga em longa duração e nós ficamos com o apartamento dela em Santo António, é um T3(...). Mas pronto, foi uma solução familiar e é porreiro”

Se, por um lado, o entrevistado está agora mais distante do centro da cidade, por outro está numa casa com melhores condições que aquelas que tinha a sua casa anterior em Cacilhas: *“Finalmente temos algumas condições. Boa iluminação. A outra casa também tinha, a outra casa era virada à Sul, portanto tinha sol, não era fria, não era uma casa fria. Era húmida, porque na vertente poente tinha uma racha e daí a tal infiltração que eu falava. E havia falta de manutenção do prédio, não da casa. Esta não, esta tem todas as condições. Em termos de habitação estou francamente melhor”*.

No que diz respeito à mobilidade em Santo António dos Cavaleiros, a situação complica-se. Sendo que o entrevistado trabalha no parque florestal de Monsanto, quando vivia em Cacilhas tinha a opção de apanhar o Metro do Sul do Tejo ou um autocarro TST diretamente para a estação de comboio do Pragal, onde seguiria para Campolide, estação já próxima do seu local de trabalho. Já a partir da sua nova residência em Loures, tem de apanhar três autocarros diferentes para chegar ao trabalho, aumentando desta forma o tempo dos seus movimentos pendulares em cerca de uma hora:

“Venho de autocarro, eu trabalho ali no parque florestal de Monsanto. Apanho um autocarro da rodoviária até ao Campo Grande, e depois apanho dois autocarros até chegar a Monsanto (...). Ali os autocarros, eu moro mesmo ao pé, a 5 minutos do terminal de autocarros. Em termos de acessibilidades é mais ou menos a mesma coisa, porque por acaso eu até pensei, estava com algum receio que os autocarros acabassem cedo, o último é à 1h30 também. Nesse aspeto, em termos de transportes, agora estamos à espera que arranque lá o metro para Loures, vamos ter uma paragem de metro aí a 200 metros de minha casa. (...). Dou-me bem com os transportes públicos” (Entrevista a André)

Carlos e Fernando encontraram estratégias para permanecer no mesmo bairro, em contexto de gentrificação. Esta situação é comum, e vários estudos apontam para uma maioria de desalojados a optar por mudar de casa no mesmo bairro (Sumka 1979; Legates

e Hartman 1982; Helbrecht 2018; Döring e Ulbricht 2017). Para isso, os desalojados adotam estratégias diversas, vendo-se muitas vezes forçados a aceitar piores condições de habitação, em fogos insalubres e sobrelotados e com aumento dos custos de habitação. Foi o que aconteceu a Carlos, a quem a senhoria propôs que fosse viver para um outro prédio próximo da sua residência anterior, de que era igualmente proprietária. Carlos passou a residir numa cave, que não tinha sido originalmente construída para habitação e que, por essa razão, se encontrava inabitável. O próprio encarregou-se de fazer obras na cave, nos meses anteriores à saída da outra residência, com o fim de tornar o espaço próprio para habitação e fez com a senhoria um contrato de empréstimo, ao invés de um contrato de arrendamento, com a contrapartida de que pagaria a renda fixada em 300 euros, a mesma que pagava originalmente na residência anterior, em trabalhos de remodelação e pintura noutros apartamentos da mesma proprietária no concelho de Almada. Quanto à família de Fernando, a localização pesou bastante na procura de nova residência:

“Durante o último mês que tivemos lá em casa, ela começou à procura de casas, com esperança de encontrar um T3 que fosse a 450 euros, para mim, para a minha irmã e para ela. Era impossível e o melhor que arranjámos, ela queria ficar ali na zona, que é a escola da minha irmã e já tínhamos vida lá feita. (...) Lá está, a minha mãe também não queria estar a sacrificar muito a vida escolar da minha irmã, tinha lá amigos, e já havia todo um percurso escolar ali que a minha irmã ia fazer, que ela ia de uma escola para outra escola, e já era uma coisa que a minha mãe e irmã já tinha dito que achava boa ideia. Fazer esse percurso” (Entrevista a Fernando).

Contudo, se o objetivo inicial era encontrarem no mesmo bairro um T3 a 450 euros, no momento da mudança, que seu deu no final de 2019, tal não foi possível. O facto de Dalila estar desempregada também dificultou a procura de casa. Acabaram por encontrar casa, explica o entrevistado:

“A minha mãe chegou a ver algumas outras casas. A casa para onde nós fomos era a 200 metros da de onde nós estávamos. (...) Aliás, ela estava desempregada, (...) estes foram os únicos senhorios que aceitaram que ela entrasse na casa estando desempregada. (...), mas o que encontramos foi um T2 a 650, e com metade do tamanho, menos de metade do tamanho da casa que tínhamos antes, ali na Cova da Piedade também” (Entrevista a Fernando).

Tal como no caso de Carlos, a decisão de se manterem no mesmo bairro fez com aceitassem piores condições de habitação, uma casa mais pequena por um preço mais elevado. Ainda sobre as condições da nova residência: “*a casa tinha, lá está, o prédio inteiro tinha sido acabado de ser remodelado e quando nós entramos o prédio estava basicamente vazio, ou seja, as pessoas ainda estavam a começar a ir viver para lá. E não houve grandes problemas em geral, foi tudo bem feito na altura*” (Entrevista a Fernando).

Apesar de dois dos três entrevistados terem conseguido permanecer em Almada, no bairro em que residiam anteriormente, conseguiram-no só aceitando viver em piores condições. Para Carlos, houve uma diminuição dos custos de renda, mas para isso teve de aceitar viver numa unidade sem condições de salubridade. Já para Fernando, não só houve um aumento de 200 euros nos custos de renda associados à mudança residência, como passou a residir numa habitação sobrelotada, com metade do espaço da residência anterior.

3.2 Formas simbólicas de perda de espaço em Almada

A literatura e os casos analisados evidenciam que os processos de desalojamento residencial, num contexto de gentrificação como o de Almada, nem sempre implicam uma realocação espacial dos indivíduos de baixos rendimentos (Shaw e Hagemans 2014). Torna-se assim relevante a análise das modalidades de relacionamento com o espaço em transformação por parte dos residentes de longa duração e baixos rendimentos que aí se mantêm.

Procuro aqui entender como os indivíduos de baixos rendimentos percecionam estas mudanças, mas também como as transformações urbanas motivadas pela extensão da gentrificação a Almada modificam a sua identificação com o espaço, resultando em formas simbólicas de perda de espaço. Sigo a tipologia de *displacement* indireto de Mark Davidson, que distingue *indirect economic displacement*, *community displacement* e *neighborhood resource displacement* (Davidson 2008). O *indirect economic displacement* está associado aos aumentos de renda e desenvolvimento de novas construções residenciais, coincidindo em parte com a definição de *exclusionary displacement*, tratando-se de uma categoria de *displacement* indireto que afeta sobretudo os potenciais residentes de Almada, que devido ao contexto de gentrificação se veem

impedidos de para lá se mudarem. Para os residentes de mais baixos rendimentos que encontram estratégias para continuarem a residir em Almada, o *displacement* indireto manifesta-se sobretudo sob as formas *de community displacement* e *neighborhood resource displacement*. É nessas formas que me irei focar nas páginas seguintes.

3.2.1 Community Displacement em Almada

São os próprios entrevistados que identificam mudanças em Almada que podemos classificar como *community displacement*. Por um lado, começam por identificar mudanças ao nível da população que reside no concelho. Para Carlos, que reside desde a década de 1950 no concelho, uma das principais diferenças reside na transformação do concelho de um meio com uma maioria operária para um meio dominado pelo comércio e serviços:

“Isto deixou de ser um meio operário. Os operários hoje aqui em Almada são a minoria, quando antes eram a maioria. Havia bastantes indústrias, havia bastante operariado. Havia fábricas pequenas, mas havia. Havia produção, de certa maneira. Hoje em dia, é serviços. Só se houver aí fábricas de confeções, que ainda as há para aí espalhadas” (Entrevista a Carlos)

Já Fernando escolheu salientar as migrações de Lisboa para Almada, em resultado da pressão imobiliária na capital:

“Eu sei que não é só o caso de Almada, mas eu sinto que de certa forma, o que aconteceu em Lisboa, o pessoal acabou por migrar muito para Almada. Aliás, isso é uma das grandes diferenças, que eu já vi acontecer que é, há muitas pessoas que não são de Almada, que estão a ir viver para Almada. (...) E agora, isto é a minha opinião pessoal, mas eu sinto que Almada está demasiado dominada destas pessoas, que querem ditar onde é que as pessoas podem ir ou não” (Entrevista a Fernando)

Para quem sempre viveu em Almada, estas mudanças representam uma forma de *community displacement*, na medida em que vêm alterar o sentido de comunidade e a noção de pertença ao espaço. Para Carlos, que associa Almada a uma ocupação operária, as mudanças na estrutura dos grupos socioeconómicos ou de classes do concelho, com uma cada vez maior ocupação de classes sociais mais privilegiadas, dos setores dos comércios e serviços, resultam numa perda de identificação com o local. Já para

Fernando, as mais recentes migrações para Almada, que associa a tipos de pessoas com as quais não se identifica, afetam também a sua noção de pertença.

Turismo e *Community Displacement* em Almada

Também identificado pela generalidade dos entrevistados como uma das grandes transformações do concelho nos mais recentes anos foi o crescimento do turismo. A conversão de espaços de residência permanente em alojamento local, e a progressiva ocupação dos espaços públicos e comerciais por turistas também configura *community displacement*, no sentido em que os mais antigos residentes perdem espaço social e cultural para os turistas, provocando assim um sentimento de marginalização e exclusão nestas pessoas que gera sentimentos negativos para com os turistas (Novy e Colomb 2016). Além disso, os serviços passam a não servir as necessidades, meios e gostos dos residentes de longa duração, tornando mais difícil aceder a determinados serviços.

Em Almada, o turismo não é um fenómeno recente, pelo contrário. Lugares desde a Costa à Charneca de Caparica têm sido historicamente utilizados como destinos de veraneio para turistas portugueses e estrangeiros. O que caracteriza especificamente o turismo em Almada na última década é a sua intensificação, com a explosão do número de estabelecimentos de alojamento turístico e visitas a Almada (Corte-Real et al. 2021). Intimamente relacionado com o crescimento do turismo em Lisboa, Almada é agora entendido como a nova fronteira do turismo na área metropolitana, e desta forma o turismo é considerado como uma parte central da dinamização da economia do concelho.

Nos discursos oficiais, o turismo aparece como uma das grandes apostas para Almada nos últimos anos. Em 2020, no contexto do Plano Estratégico do Turismo em Lisboa 2020-2024 (2019), Almada já tinha sido apontada como a nova fronteira do turismo da área metropolitana. Na apresentação deste plano, Fernando Medina, à altura Presidente da Câmara de Lisboa, descreveu o Arco Ribeirinho Sul enquanto “polo a potenciar”, com foco na exploração de barcos turísticos e grandes projetos imobiliários na frente ribeirinha:

“É dentro da categoria “polos em desenvolvimento” que se encontram as principais novidades, com o Turismo de Lisboa a querer potenciar o rio Tejo, transformando-o num verdadeiro ativo turístico, nomeadamente através do lançamento

da Rede Cais Tejo. Dentro dos “polos a potenciar”, o destaque vai para a criação do Arco Ribeirinho Sul, que pretende dedicar-se à exploração turística fluvial e estará centrado no grande projeto imobiliário “Cidade da Água”, previsto para os antigos terrenos da Lisnave, em Almada” («Margem sul será a próxima grande aposta turística da capital» 2020).

Também o governo municipal encara o turismo como uma das grandes apostas para o concelho. Em declarações na edição da Bolsa do Turismo, que decorreu entre 13 e 17 de Março de 2022, na Feira Internacional de Lisboa, o vereador com o pelouro do turismo em Almada, Nuno Matias, afirmou que a presença do concelho nesta feira constituiu um *“avanço na afirmação do potencial turístico de Almada, tendo dado a conhecer o concelho nas várias vertentes e pontos de interesse com a perspetiva de chamar visitantes e atrair investimento nos setores da restauração e turismo, promovendo o desenvolvimento económico local. A Câmara de Almada também tem trabalhado como elo de ligação de vários parceiros do setor do turismo (alojamento, doçaria regional, escolas de desportos de onda e natureza, equitação e golf, bem-estar, entre outros), no sentido de oferecer pacotes tanto para visitantes como para munícipes”* («Almada quer atrair turismo de diversos públicos» 2022).

Nesta nova fase, o turismo no concelho deixa de estar centrado apenas na Costa de Caparica e Charneca de Caparica, havendo um maior investimento nos restantes territórios do concelho, em específico na frente ribeirinha de Cacilhas, que beneficia da proximidade a Lisboa. Na Rua Cândido dos Reis, a principal rua de Cacilhas, os comércios estão, segundo os residentes, cada vez mais orientados para turistas e surgem cada vez mais “hostels” e “guest houses”. Também o Cais do Ginjal, na frente ribeirinha sul, surge como um sítio amplamente ocupado pelo turismo, com espaços de restauração e lazer orientados para fins turísticos (Corte-Real et al. 2021).

Para a população almadense, o crescimento do turismo no concelho trará certamente um maior investimento na região e mais oportunidades de emprego. Mas, por outro lado, poderá conduzir a uma perda simbólica de espaço para esta população, que além de disputar espaço com novos residentes com maiores capacidades económicas, tem agora de disputar espaço com turistas e grandes investidores estrangeiros. Este fenómeno intensifica a pressão imobiliária sobre Almada, e também sobre a forma como estes

residentes se relacionam com o espaço, estando na origem de novas formas de apropriação de um espaço público cada vez mais ocupado por turistas.

O crescimento do turismo é assim verificado pela generalidade entrevistados, que estão conscientes deste “boom turístico” e identificam-no como uma das principais transformações do concelho, nos últimos anos: *“Eu realmente tive muita pena de sair de lá, mas de facto ao longo daqueles três anos e meio que tive lá notei que começou a haver uma diferença muito grande, mesmo na minha rua. Eu morava na Trindade Coelho, a outra não me lembro qual é o nome dela, que é a que sobe, portanto aquela que vem mesmo de Cacilhas, naquela rua começou a aparecer em quase todos prédios AirBnbs”* (Entrevista a André). Para o André, cujo prédio onde vivia em Almada foi reconvertido para alojamento local, esta transformação acabaria por estar diretamente ligada à sua situação de desalojamento residencial.

Fernando, em concordância com os dados oficiais, verifica também no seu discurso o grande crescimento do turismo nos últimos seis anos: *“Lá está, eu cresci, eu tenho 23, não é, também não tinha muito noção, eu ia para a escola e tipo fazia a minha vida, mas tenho perfeita noção que nos últimos anos em que eu já comecei a desenvolver mais autonomia e passear por Almada como queria, uma das coisas que eu mais noto é o boom turístico que houve nos últimos 5, 6 anos em Almada”* (Entrevista a Fernando)

Esta aposta no turismo, contudo, têm diversas consequências para os residentes de longa data, principalmente os de mais baixos rendimentos. Cocola-Gant, Gago e Jover, analisando as relações entre o turismo e gentrificação nas cidades do Sul da Europa, distinguem três tipos de perturbações causadas pelo turismo, para as populações residentes: uma do tipo económica, na qual se insere o aumento geral do custo de vida e a perda e mercantilização dos espaços de consumo utilizados pelos residentes; mudanças físico-espaciais, no qual se insere, a sobrelotação e perturbações na mobilidade, a privatização do espaço público, o ruído e a perda de locais de encontro; e finalmente, mudanças socioculturais, com a exclusão de espaços dominados pelos visitantes e perda de laços comunitários (Cocola-Gant, Gago, e Jover 2020, 127). No discurso dos indivíduos recentemente desalojados em Almada, verificam-se todos estes três tipos de perturbações, que alteraram a forma como se passaram a identificar com o espaço.

Por um lado, os três entrevistados foram diretamente afetados pelo aumento do custo de vida em Almada, e André, em específico, foi afetado pela reconversão do seu

prédio em alojamento local, que levou em última instância ao seu desalojamento residencial. A reconversão de espaços residenciais em alojamento local conduz a uma maior ocupação de turistas em Almada, e traduz-se assim numa perda de espaço efetivo para os seus residentes, quer sob formas diretas de *displacement*, com a expulsão de residentes, mas também sob a forma de *exclusionary displacement*, com o crescimento do turismo também a reduzir oferta de habitação a preços acessíveis no mercado habitacional privado. Também a nível económico, os indivíduos de baixos rendimentos sofrem as consequências da reestruturação do comércio, que está atualmente cada vez mais orientado para as preferências e poder de compra dos turistas. Sobre estas questões, Carlos critica o facto de a economia de Almada estar cada vez mais virada para o turismo:

“Olha, se houver turistas há trabalho, se não houver turistas não há trabalho. Um pouco mais consistente que isso, isso não tem consistência nenhuma. Tenho de estar à espera de que o turista chegue, mas eu sou criado de alguém? Quero dizer, transformaram esta malta nova toda em criados de turistas. E os turistas fartam-se de gozar com isso. Para já é barato, para as capacidades deles isto ainda é barato, ainda continua barato” (Entrevista a Carlos).

No mesmo sentido, Fernando verifica que os negócios no concelho estão cada vez mais orientados para o turismo, e não para a população almadense. Além disso, sente que em Cacilhas a presença de alojamento local é cada vez maior: *“E sinto que de facto, que os negócios que existem em Almada, começaram a ser muito mais orientados para isso, de certa forma. Ah, definitivamente, o que vejo a acontecer também, é na Rua Cândido dos Reis, o surgimento de hosteis, airbnbs ali estão fortíssimos”* (Entrevista a Fernando).

Quanto a perturbações a nível da mobilidade, vários dos residentes e ex-residentes do concelho identificam problemas no que diz respeito ao transporte fluvial, frequentemente utilizado pelos turistas, como explica André:

“E, portanto, é uma grande mudança, começou-se a aperceber que de facto o fenómeno estava a acentuar-se. E depois, uma das coisas que eu notei muito claramente era no cacilheiro, que era a quantidade de pessoal, com a malinha das rodinhas, que antes já havia um ou outro que passava, mas já eram excursões deles.” (Entrevista a André).

Fernando, no mesmo sentido, identifica a sobrelotação do transporte fluvial aos fins-de-semana como uma das perturbações associadas ao crescimento do turismo em Almada: *“Cacilhas foi completamente dominada pelo turismo, e sobretudo pela facilidade que é passares só o barco de Lisboa, a um sábado à tarde ou a um domingo à tarde é impossível tu ires no barco, vais no barco completamente rodeado por pessoal estrangeiro, que estão só a fazer férias”* (Entrevista a Fernando).

No que diz respeito a mudanças socioculturais e alterações nos padrões de sociabilidade, André identifica, ainda assim, benefícios do turismo no seu discurso, na forma como o contacto com turistas estimula novas formas de sociabilidade em Almada:

“Começou a aparecer malta, lá está, isto tem aspetos positivos e negativos. Por exemplo, aquela mercearia café, aquilo acontece nas aldeias, mas também começaram a aparecer finlandeses, checos e pronto, como o pessoal, como viam que o tipo era porreiro, e o filho do dono também falava inglês, às vezes a gente também falava uns com os outros, mas aqueles tipos estavam ali uma semana, ou menos, estavam uns dias, não é?” (Entrevista a André).

Por outro lado, identificam-se no discurso dos entrevistados efeitos que associam negativamente ao turismo, associados à exclusão de espaços agora ocupados maioritariamente por turistas, que contribuem para a perda de laços comunitários em Almada. O discurso dos entrevistados, relativamente ao turismo em Almada, é complexo. Se por um lado, conseguem apontar os benefícios da presença de turistas do concelho, não deixam de fazer a associação entre o crescimento do turismo e o contexto de extensão da gentrificação em Almada, que resulta numa perda simbólica de espaço para estes residentes.

Além das questões de identidade cultural, em que se dá a perda de uma noção de pertença associada a diferenças nos valores e comportamentos de novos e antigos residentes o *community displacement* está associado também a questões de governança e poder político, com a influência política dos novos residentes a sobrepor-se aos interesses dos antigos residentes de mais baixos rendimentos, que perdem espaço político em contextos de gentrificação. Derek Hyra distingue estes dois processos, cultural displacement, por um lado, e political displacement por outro (Hyra 2015). Ambos estão presentes no discurso dos entrevistados em Almada, como em seguida dou a conhecer.

Displacement Político em Almada

A forma como se jogam as relações de “poder simbólico” (Bourdieu 2011) no espaço em contexto de gentrificação, em que indivíduos com maior capital económico, social e cultural se apropriam das residências e espaços de encontro e convívio de antigos residentes com menor capital, traduzem-se também em perdas de espaço político. Nesta pesquisa, os entrevistados identificam a perda dos espaços físicos, dos espaços sociais e culturais, mas também a perda de espaço político. Na medida em que as classes sociais mais privilegiadas do concelho têm maior capacidade de influência, os antigos residentes acabam por perder espaço político em contexto de gentrificação, ou seja, os mais antigos residentes perdem poder de decisão nos locais onde vivem e verifica-se uma situação de *community displacement*.

Não quer isto dizer que não exista resistência, e os antigos residentes arranjam formas de contrariar esta perda de espaço político, nas estratégias com que resistem ao seu desalojamento residencial, com novas modalidades de apropriação de um espaço público cada vez mais mercantilizado e higienizado e na mobilização ativa contra os processos de gentrificação. Neste sentido, as associações e movimentos políticos têm um papel fundamental, mobilizando em torno desta questão e apoiando diretamente as populações mais vulneráveis ao *displacement*. No caso de Almada, já destacámos o papel que associações como a Associação de Imigrantes de Almada, a União dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Almada, a Associação dos Inquilinos Lisbonenses e o Centro de Cultura Libertária têm no apoio a estas populações. Na Associação de Inquilinos Lisbonenses, trabalha-se com situações de desalojamento residencial. As restantes não trabalham diretamente com estas situações, mas dão apoio à integração de populações vulneráveis ao *displacement*, e contribuem para um maior sentimento de pertença ao espaço em que residem.

No que diz respeito à representação política em Almada, a governação municipal pertenceu durante mais de 40 anos ao Partido Comunista Português que, mais tarde em coligação com o Partido “os Verdes”, esteve à frente da câmara entre 1976 e 2017. Até 2017, esta coligação, a CDU, ganhou sempre as eleições municipais com grande margem, com uma diferença que excedeu sempre os 10% do segundo partido mais votado, lugar que durante todo este período coube ao Partido Socialista. Em terceiro lugar, manteve-se o Partido Social Democrata, que garantiu na maioria das eleições dois vereadores. E, mais

recentemente, assiste-se também a algum crescimento na expressão do partido Bloco de Esquerda no concelho, que conseguiu eleger um vereador pela primeira vez em 2009.

Foi nas eleições autárquicas de 2017 que se deu a maior viragem política em Almada em tempos de democracia, com a vitória do Partido Socialista, com uma diferença de 0,47% relativamente à Coligação Democrática Unitária, que ficou pela primeira vez desde 1976 em segundo lugar. Inês de Medeiros foi assim eleita Presidente da Câmara de Almada em 2017, e reeleita nas eleições autárquicas de 2021, já com mais de 10% de diferença dos votos da CDU. Analisando os resultados eleitorais de 2021 para a Câmara Municipal, a nível da freguesia, encontramos bastantes diferenças no sentido de voto das populações recenseadas em cada um dos territórios. Se por um lado, o Partido Socialista vence em todas as freguesias de Almada, destaca-se principalmente nas freguesias da Charneca de Caparica e Sobreira e Costa da Caparica, onde os resultados eleitorais do PS foram bastante superiores. É também nestas mesmas freguesias onde os resultados do PSD e CDS, PAN e Iniciativa Liberal são superiores aos resultados a nível municipal. Inversamente, é nas freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e Laranjeiro e Feijó em que estes partidos têm resultados inferiores. Nestas freguesias, destaca-se uma maior expressão da CDU e BE, comparativamente às restantes freguesias do concelho. Enquanto a nível municipal a diferença entre PS e CDU ultrapassou os 10%, na freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas esta diferença foi cerca de 3%, e, no Laranjeiro e Feijó, cerca de 2%.

Para Fernando, as diferenças referidas dos resultados eleitorais a nível de freguesia estão diretamente ligadas às classes sociais de quem lá habita, e desta forma estabelece uma associação entre a forte expressão do Partido Socialista na freguesia da Charneca da Caparica e Sobreira com a presença de classes mais privilegiadas. Por outro lado, critica a forma como neste contexto as freguesias com maior presença de classe trabalhadora, da Trafaria, do Laranjeiro e Feijó, são “deixadas para trás”:

“Lá está, o PS sempre teve mais votos na zona da Charneca, e na zona da Charneca é onde estão as classes mais altas, o pessoal vai construir vivendas ou vai viver para vivendas, pessoal que se vai identificar muito mais com o PS, mas a verdade é que Almada continua a ser um núcleo de uma grande classe trabalhadora que continua a ter muitos problemas em geral, principalmente no que toca em acesso à habitação, problemas com a rede de transportes, ou seja, o que eu quero dizer com isto é, o grande

núcleo de Almada, não é só a Junta de Freguesia de Cacilhas, Pragal, Cova da Piedade, mas podemos falar da Trafaria, do Laranjeiro, do Feijó. Essas zonas são todas zonas que foram de certa forma deixadas para trás, não é?” (Entrevista a Fernando).

No discurso dos entrevistados, residentes e ex-residentes em Almada de baixos rendimentos verificam-se diversas formas de identificação política e visões contraditórias sobre a representação política em Almada, mas todos partilham o ceticismo em relação à governação municipal que, na sua perceção, nem sempre sabe responder aos problemas da população. Nesse sentido, são mencionadas várias vezes as áreas degradadas e deixadas ao abandono e fala-se de forma pejorativa do foco na urbanização e especulação imobiliária que tem havido nos mais recentes anos, especulação que ameaça a permanência destes residentes do concelho. A questão do abandono das áreas degradadas no Cais do Ginjal é mencionada por André:

“Cacilhas tinha ali potencialidades enormes, o Cais do Ginjal e tudo isso, aquilo é um espetáculo quer dizer, bastava haver políticas públicas minimamente decentes para se dar uma ocupação engraçada, há para lá naves industriais, antigas fábricas transformadas em centros culturais, até mesmo restauração e tudo isso, mas não se vê nada. Está tudo ao abandono, há dois ou três restaurantes” (Entrevista a André).

Carlos menciona os sítios do Caramujo e Romeira, antigas zonas industriais também elas abandonadas e em estado bastante degradado:

“Acho que é tudo uma questão de preços. E vontade, vontades políticas também. Quando houver vontade política de fazer isso. Por exemplo, aquela parte lá em baixo do Caramujo e da Romeira, aquilo estava tudo ao abandono, e está, 90% daquilo continua tudo em ruínas” (Entrevista a Carlos).

Ainda assim, o entrevistado aponta transformações a este nível nos mais recentes anos, com um maior investimento do governo municipal do Partido Socialista em projetos de urbanização:

“Mas, pelo que se tem visto, está-se a modificar, está a ser transformado. Há ali grandes planos para modificar aquilo, para fazer urbanização mesmo. E agora, com esta nova vereação. Nova entre aspás, já tem 4 anos, com este 5. Em que está o PS, o PS tem muito pendor para a urbanização. O PS dá-se muito bem com as associações de construção civil” (Entrevista a Carlos).

Na comparação entre os governos municipais do PS e PCP, os entrevistados referem não só um maior pendor do governo PS para as urbanizações, mas em específico para a especulação imobiliária, com o incentivo à construção de condomínios fechados e residências de luxo. Ainda assim, refere-se o papel do PCP na especulação imobiliária no concelho:

“As máfias são outras. O PCP também não lhes diz que não, mas os preços são outros e os clientes são outros. E as máfias das urbanizações, acho que torcem muito o nariz a darem dinheiro ao PCP, principalmente é isso. Eles não se importam de dar dinheiro, mas ao PCP não concordam lá muito, porque eles dizem dinheiro para a mão dos comunistas é que não. Preferem negociar com o PSD, PS” (Entrevista a Carlos).

Nestes discursos, os residentes de longa data referem os aspetos positivos da reabilitação urbana de Almada na recuperação de áreas degradadas e abandonadas, atraindo emprego e investimento para a região. Ainda assim, não deixam de olhar estes processos com ceticismo, na forma como contribuem para a pressão imobiliária em Almada, aumentando as rendas e ameaçando o desalojamento dos antigos residentes de mais baixos rendimentos:

“O que eles querem fazer agora é construção com vista para Lisboa, isso é que eles querem. Há anos que eles andam à volta disso, e agora devem estar quase a conseguir isso. Mas para fazer isso é preciso bastante dinheiro. E juntar esse dinheiro todo não é fácil. (...) Agora só que, a câmara mudou, isto agora é PS, se isto agora estabilizar PS não demora mais que quatro anos, que eles comecem ali construir, pumba, pumba, pumba. Eles arranjam sempre motivos, desculpas, justificações, isso não há problema, eles arranjam. Mais não seja dizem que constroem ali um bairro social, e depois ao lado constroem bairros de luxo, condomínios e pronto, e logo se vê (...) E eu acho, pelo que eu ouvi dizer, há aí uns planos bem valentes para construir uns condomínios ali para aquela zona de altíssimo luxo. É a tendência, isto cada vez há de ser mais assim. E depois, pois claro, um gajo admira-se que as rendas mudem assim” (Entrevista a Carlos).

No mesmo sentido, Fernando entende que a especulação imobiliária e o crescimento do turismo em Almada foram facilitados pelo governo municipal do Partido Socialista:

“Oportunidades de investimento e compra de imóveis, parece que foi muito facilitado pelo PS. E o PC era um bocadinho mais conservador no que tocava a isso, e era uma das coisas em que os criticavam, quer dizer, não deixavam de certa forma Almada andar para a frente. (..) Acima de tudo eu vejo a acontecer é a Inês de Medeiros a tentar, eu percebo que isso possa ser uma estratégia válida, entre aspas, querer investimento de fora para tentar melhorar o concelho de Almada, mas eu não sei até que ponto é que isso está a melhorar a vida dos almadenses, quando os problemas dos almadenses não é não terem restaurantes, ou airbnbs, ou hostels, ou pontos turísticos. Eles não precisam disso, eles precisam de reforço em relação às condições de vida deles, e sinto que isso não está a ser de todo o foco” (Entrevista a Fernando).

Nestes discursos, os entrevistados associam a governação municipal aos interesses de turistas e dos novos residentes de classe média, e, na medida que não atendem aos problemas dos residentes de longa duração de mais baixos rendimentos, estes perdem capacidade de influência política no contexto de gentrificação em Almada, o que é entendido aqui enquanto uma forma de perda simbólica de espaço, ou seja, de *displacement* político (Hyra 2015).

3.2.2 Neighborhood Resource Displacement em Almada

Além de alterações ao nível de identificações culturais e políticas com o espaço, também se verificam perdas simbólicas de espaço em Almada associadas a transformações nos serviços de bairro e locais de encontro, com a abertura de novos espaços de consumo e requalificação e higienização de espaços públicos, o que na tipologia de Davidson se entende por *neighborhood resource displacement*. Neste sentido, os entrevistados referem nos seus discursos por diversas vezes as alterações à estrutura comercial do concelho, nos últimos anos.

Carlos, no seu discurso, recorda o café do vizinho onde costumava almoçar, mas que se viu obrigado a fechar pouco antes da entrevista ter sido realizada:

“O meu vizinho fechou a semana passada, tinha ali um cafezinho. Olha, no rés-do-chão do prédio onde eu vivo, e fecharam. Fazia refeições, almoço completo por 9 euros. Mas quer dizer, não era comida de plástico. Era comida feita no dia, um gajo chegava ali ao meio-dia e dizia: «Então o comer já está pronto? Mais 5 minutos.»

Comida acabadinha de fazer. Havia peixe, havia carne, havia legumes, havia salada, havia tudo. E como ele havia aí muitos. Boa comida, bem feita” (Entrevista a Carlos).

Segundo Carlos, como o café do vizinho existiam antes em Almada muitos outros espaços de restauração a preços acessíveis, tascas e tabernas, que hoje já são quase inexistentes:

“Muitos deles foram criados nos anos 60. Foi um pouco a evolução das tascas. Havia as tasquinhas, não é? Até aqui há 10 15 anos atrás ainda havia aí algumas, agora é que já não há mesmo. Se houver é aí uma ou duas metidas nos cantos, escondidas, mas tirando isso não” (Entrevista a Carlos).

No discurso de Fernando surge uma visão pejorativa dos novos serviços e espaços comerciais, quando fala da existência de novos comércios mais *hip* e mais na moda, espaços que não frequenta: *“Na rua Cândido dos Reis abriram uma data de bares e restaurantes que são muito mais, como é que eu hei de dizer, mais hip, que estão mais na moda, são mais atraentes, e isso é uma das grandes mudanças”* (Entrevista a Fernando).

Este é o sentimento já referido de *“feeling othered”* (Valli 2015, 1200), aqui manifestado enquanto desconforto e perda da noção de pertença. É este sentimento que, como refere Valli, está na origem destas representações estereotipadas de *hipsters* que frequentam estes novos espaços comerciais, espaços que nem sempre se adequam às preferências e poder de compra dos antigos residentes.

A rua Cândido dos Reis, referida por Fernando, é um exemplo paradigmático destas mudanças na estrutura comercial de Almada. Antes era conhecida pelas suas tascas e tabernas, que serviam de local de encontro para muitos dos antigos residentes do concelho. Em 2012, quando se deu a sua requalificação e pedonalização, com obras orçamentadas em mais de 400 mil euros, começaram a surgir uma multiplicidade de novas boutiques, cafés e restaurantes, que em pouco se assemelham às tascas e tabernas que antigamente estavam lá instaladas e caracterizavam a rua, quer na sua estética, quer nos preços que praticam e no tipo de clientes que agora atrai (Corte-Real et al. 2021). A *Notícias Magazine* já se referia à Cândido dos Reis, em 2014, como a *“rua mais cool de Almada e arredores”*, num artigo em que menciona os mais recentes negócios que ali se passaram a localizar, desde a nova cervejaria e gelataria, à oficina de bicicletas («Cacilhas é Cool» 2014). Um destes novos negócios, instalou-se ali em junho de 2012 e permaneceu

ali até 2019. Numa entrevista realizada com um dos donos, este explicou a história do espaço e as razões que estiveram na origem da realocação deste negócio, intimamente ligadas aos processos de gentrificação e crescimento de turismo que afetam a zona de Cacilhas.

A Gentrificação Comercial e *Displacement* em Almada

O negócio deste entrevistado, que designarei por Gonçalo, pertence a um casal natural de Almada, que abriu pela primeira vez em 2012, na Cândido dos Reis, após a requalificação da rua. Na altura, assinaram um contrato de cinco anos com uma renda “*aceitável*”, de acordo com o entrevistado Este espaço funcionava essencialmente como bar, atraindo muitos turistas, mas também população mais jovem de Almada. Segundo Gonçalo, também os idosos e reformados almadenses passaram a frequentar o espaço, não só pela variedade da carta, mas também pelas diversas atividades culturais que o espaço mantinha. Além da carta de bebidas, o espaço servia bolos caseiros e chá, e funcionava também enquanto espaço cultural, com variadas atividades para crianças, mostras de cinema e concertos. Conseguiram assim criar um espaço que, de acordo com os seus promotores, além de atrair os novos residentes e turistas, era apelativo para os antigos residentes de Almada. Em 2017, acabou o contrato de arrendamento de cinco anos e este casal começou a procura por um novo espaço, sendo que ficaram ainda por mais dois anos a funcionar no espaço da Cândido dos Reis, com contratos anuais de arrendamento com aumentos “*disparatados*” de renda entre 2017 e 2019.

A procura por um novo espaço a partir de 2017, explica o dono, foi difícil, devido aos grandes aumentos dos preços das rendas dos espaços comerciais, comparativamente a 2012. Conseguiram encontrar um novo espaço em 2018, em que o senhorio é um conhecido do casal. Ali, na rua D. Sancho I, num espaço mais discreto junto à Praça Gil Vicente, perderam a centralidade da Rua Cândido dos Reis. O espaço é mais pequeno, e mudou de bar para tostaria, praticando um horário diferente e atraindo outro tipo de clientela também. Conseguiram desta forma negociar uma renda mais barata daquela que estavam a pagar no outro espaço. Durante um ano mantiveram ainda os dois espaços abertos, sem mais tentativas de negociação com o senhorio do espaço da Cândido dos Reis, que estava determinado a aumentar anualmente a renda. Saíram da Cândido dos Reis oficialmente em 2019, devido aos constantes aumentos na renda, configurando-se

um caso de realocação de um pequeno negócio por força da gentrificação comercial, em que se dá a substituição de espaços comerciais de pequenos comerciantes locais, progressivamente substituídos por novos negócios, mais orientados para as preferências e poder de compra dos novos residentes, e os mais antigos residentes perdem assim locais de encontro.

Requalificação e Novas Formas de Apropriação do Espaço Público

Algo semelhante está em curso no jardim da Cova da Piedade, onde a sua requalificação e higienização alteraram profundamente a relação que os antigos residentes mantêm com o espaço, modificando as suas formas de apropriação. Localizado no Largo 5 de Outubro, na Cova da Piedade, em Almada, foi ao longo dos tempos um dos principais locais de encontro da zona. É neste jardim que se realizam as festas anuais da Cova da Piedade, feiras semanais e atividades musicais, que acontecem ao longo do ano. Aqui existe também um parque infantil, muito utilizado pelas famílias aos fins-de-semana, um coreto e existia até recentemente um café, o “Coreto”.

Este café “*petisqueira*”, o “*Coreto*”, estava localizado no centro do Jardim da Cova da Piedade desde a década de 1960 e foi historicamente um local de encontro para a população almadense, tanto para os mais jovens como para os idosos. Nas primeiras visitas que fiz ao local, ainda no ano de 2019, pude observar os idosos que utilizavam o espaço para jogar às cartas e jovens que lá conviviam pela madrugada, enquanto bebiam, fumavam e ouviam música nas colunas que traziam. O “*Coreto*” tinha um horário de funcionamento alargado, estando aberto de noite, o que proporcionava o convívio pós-laboral, a horas em que a maioria dos espaços envolventes já se encontravam fechados.

O Jardim da Cova da Piedade foi alvo de requalificação em 2019, com um investimento na ordem dos 500 mil euros, com o objetivo de tornar as zonas mais amplas, instalando novo mobiliário urbano e reforçando a iluminação pública. Na sequência destas obras de requalificação, o café “*Coreto*” foi demolido no final de 2019, o que provocou o fecho deste pequeno negócio. No seu lugar, viria a ser instalado pela câmara um quiosque pré-fabricado. A cerimónia de reabertura do Jardim da Cova da Piedade deu-se em março de 2020, dias antes de ter sido declarado estado de emergência que

obrigou o confinamento geral da população em Portugal que, inevitavelmente, alterou também as formas de apropriação deste espaço.

Durante mais de um ano e meio, o Jardim funcionou sem café, e o quiosque pré-fabricado permaneceu fechado. O quiosque abriu ao público em novembro de 2021, com o nome “*Quiosquices*”. Nas várias visitas de campo que realizei entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022, pude observar as novas dinâmicas do espaço, em contraste com aquilo que eram as formas de apropriação do espaço do “*Coreto*”. Este novo café, o “*Quiosquices*”, tem uma carta mais orientada para produtos de cafetaria e pastelaria, enquanto no “*Coreto*” se serviam refeições completas e as pessoas podiam ir lá “*petiscar*”. Outra das grandes diferenças são os preços que o novo quiosque pratica, sendo a generalidade dos produtos mais cara do que no “*Coreto*”. Ao nível estético, o “*Coreto*” reproduzia a estética das antigas tascas e tabernas de Almada, nos toldos, nos azulejos e na restante decoração do espaço. Já o “*Quiosquices*” tem um aspeto mais moderno e a sua apresentação assemelha-se a outros novos cafés e boutiques que aparecem em contextos de gentrificação, como outros que abriram recentemente em Almada, na já referida Rua Cândido dos Reis, por exemplo.

O horário de funcionamento deste novo espaço também é diferente, encerrando às 19h no Inverno e tendo começado o horário de Verão a 1 de abril de 2022, alargado até às 20h. Alteraram-se assim as formas de apropriação do Jardim da Cova da Piedade. Se antes até de noite tinha movimentos, sendo local de convívio noturno de jovens a idosos que aqui se reuniam, agora o espaço do Jardim esvazia-se a estas horas.

Numa entrevista à revista oficial da Câmara Municipal de Almada, na edição de janeiro de 2022, umas das funcionárias deste novo quiosque refere: “*Nunca trabalhei na restauração nem sou de Almada, mas quando respondi ao anúncio houve um encantamento com este local*”. Mesmo não sendo natural de Almada, a perceção que esta funcionária do quiosque tem sobre os novos grupos sociais que escolhem habitar ali assemelha-se a outros discursos dos residentes entrevistados: “*A Cova da Piedade está-se a tornar numa zona muito engraçada. Além do núcleo de famílias, sinto que há uma leva de novos habitantes, mais novos, com filhos, que vieram de Lisboa e se instalaram cá porque a freguesia tem características mais simpáticas*”.

Na observação que realizei no jardim entre 2019 e 2022, pude verificar não só uma diminuição do número de pessoas que o frequentam, mas também alterações nas

suas formas de apropriação, em consequência da sua requalificação. Estas transformações, quer ao nível da requalificação e higienização do jardim, quer ao nível das mudanças dos espaços comerciais que o rodeiam, estão na base da perda de um local de convívio para os residentes de longa data que deixam de o frequentar.

Tal como o jardim da Cova da Piedade existem, em Almada, outros exemplos de requalificação que alteraram a forma como os antigos residentes se relacionam com o espaço. Além dos sítios já referidos da Rua Cândido dos Reis e Cais do Ginjal, em Cacilhas, o Mercado da Romeira, localizado na Cova da Piedade, instalou-se no espaço de uma antiga fábrica de cortiça, abandonada desde a segunda metade do século XX. Outrora a Romeira fora um espaço com uma forte presença operária, onde estavam localizadas várias indústrias e onde residiam os trabalhadores fabris. Agora neste espaço fica localizado, desde 2018, um “*food court*” com vários espaços de restauração e lazer, orientado sobretudo para as preferências e gostos de novos residentes e turistas, num contexto de extensão da gentrificação a este território.

No contexto de Almada, o *displacement* afeta os residentes e ex-residentes além das situações de desalojamento residencial. Analisou-se um caso em que a família desalojada se viu obrigada a realocar-se fora do concelho. Para os outros dois entrevistados, que desenvolveram estratégias para permanecer em Almada, e até no mesmo bairro, fizeram-no em piores condições de habitação, em fogos insalubres, sobrelotados e com maiores custos de renda. Nestes casos, o *displacement* não se reduz às situações de desalojamento residencial, traduzindo-se também em formas simbólicas de perda de espaço. Diminui o sentido de pertença e identidade local, em consequência da reestruturação do perfil socioeconómico dos residentes e crescimento do turismo no concelho. Por outro lado, sentem que perdem capacidade de influência política, associando as mais recentes políticas municipais aos interesses dos novos residentes mais privilegiados, em detrimento dos seus. Por fim, associam a abertura de novos espaços comerciais e a higienização dos espaços públicos, na Rua Cândido dos Reis, Cais do Ginjal, Mercado da Romeira e no Jardim da Cova da Piedade, aos gostos, preferências e poder de compra dos novos residentes, e perdendo simultaneamente espaços de consumo e locais de convívio.

Considerações Finais

Nesta dissertação procurei compreender a relação entre desalojamentos residenciais e formas Simbólicas de Perda de Espaço em Almada. No contexto metropolitano atual, os processos de suburbanização e gentrificação cruzam-se e a gentrificação cada vez mais se estende a áreas suburbanas das metrópoles. Tomando como caso de estudo Almada, um dos concelhos da primeira coroa suburbana da metrópole da Lisboa, procurou-se apreender e interpretar as consequências da extensão da gentrificação a áreas suburbanas. Em Portugal, a gentrificação destas áreas é um fenómeno recente, pelo que ainda existe pouca literatura científica que trabalhe esta questão. Mas a um nível internacional, a literatura é referente sobretudo a subúrbios de territórios anglo-saxónicos (Badcock 2001; Butler e Robson 2001; Charles 2011; Markley 2017), com diferentes níveis de desenvolvimento e padrões de povoamento face a grandes cidades como Lisboa, Madrid e Atenas. Daqui advém uma dificuldade em estabelecer uma relação entre o fenómeno da gentrificação e a pluralidade das áreas suburbanas de Lisboa.

Todavia, em Lisboa, durante grande parte do século XX os subúrbios foram espaços de uma significativa ocupação da população operária, num contexto de uma forte industrialização destas áreas. A gentrificação, enquanto progressiva reconfiguração física e social do espaço é aqui um fenómeno recente e que merece ser estudado. Contribuindo para uma maior articulação teórica entre a literatura da gentrificação e a literatura dos processos de suburbanização, procurei então contextualizar o processo de gentrificação em Almada e as suas consequências socio-espaciais, nomeadamente no que diz respeito aos processos de *displacement*.

Durante várias décadas, os estudos sobre *displacement* focaram-se em análises de mobilidade residencial dos residentes, associando a gentrificação a um fenómeno puramente residencial que provoca deslocações físicas forçadas (Freeman e Braconi 2004; Vigdor et al. 2002; S. J. Newman e Owen 1982). Todavia, vários autores têm vindo a desenvolver abordagens qualitativas que procuram analisar as formas simbólicas de perda de espaço (Shaw e Hagemans 2014; Valli 2015; Hyra 2015; Davidson e Lees 2010).

Extensão da gentrificação, contexto e *displacement*

O primeiro grande objetivo desta investigação foi a compreensão da extensão da gentrificação de Lisboa a Almada, contextualizando-a nas mais históricas e estruturantes e mais recentes e influentes mudanças demográficas, económicas e sociais em Almada. O segundo objetivo foi compreender as consequências da extensão do processo de gentrificação a Almada no que diz respeito ao desalojamento residencial e às deslocações físicas forçadas dos residentes de mais baixos rendimentos. O terceiro e último grande objetivo da dissertação passou por levantar e interpretar as consequências da extensão do processo de gentrificação ao nível da vida quotidiana e comunitária no concelho de Almada, bem como as formas de *displacement* indireto dos residentes, a partir dos seus discursos.

Para um entendimento à escala metropolitana do processo, recuou-se, na análise dos dados sociodemográficos, às décadas de 1950 e 1960, em que se deu a constituição da metrópole de Lisboa (Nunes 2011), e às décadas de 1980 e 1990 para compreender o contexto de abertura da economia portuguesa e liberalização do mercado de habitação privada, das origens da gentrificação na cidade de Lisboa. No sentido de enquadrar a intensificação dos processos de gentrificação e turistificação de Lisboa e extensão a Almada, analisou-se a evolução dos dados da última década sobre o custo do alojamento, em termos de valores de arrendamento, explorando sistematicamente alguns indicadores estatísticos dos preços da habitação. Procedeu-se a uma análise de dados demográficos, da estrutura de grupos socioeconómicos e dos níveis de ensino ao nível metropolitano, procurando perceber, articuladamente, as alterações no perfil social dos residentes em diferentes territórios da metrópole de Lisboa, mas sobretudo em Almada, progredindo até à escala da freguesia.

Metodologicamente, para detalhar a relação entre *displacement* e formas simbólicas de perda de espaço que se encontram entretecidas na extensão da gentrificação a Almada, a pesquisa de terreno foi o processo escolhido e foi realizado entre outubro de 2019 e abril de 2022, com recurso a observação participante e entrevistas semi-diretivas com membros de associações e residentes e ex-residentes do concelho. A par com as notas redigidas em diário de campo, as entrevistas realizadas permitiram-me aceder a discursos de residentes de longa data sobre os processos de desalojamento residencial em que estiveram envolvidos, sobre as suas estratégias de sobrevivência e resistência e sobre as

formas simbólicas de perda de espaço que enfrentam. O valor exploratório das entrevistas realizadas não obsta a que contribuam como base de análise qualitativa à extensão do processo de gentrificação a Almada e seus efeitos. O foco da investigação na figura dos *displacees* foi propositado, tentando contrariar a parte da literatura da gentrificação que se foca na figura dos agentes “gentrificadores”, e procurando convergir com os estudos recentes de Loretta Lees (Lees e Robinson 2021). Em certa medida, o *displacement* e as formas simbólicas de perda de espaço que analisei podem ser pensadas e exploradas como “microdinâmicas metropolitanas” (Nunes e Baptista 2010), que muitas vezes se mantêm invisíveis ao olhar comum dos cidadãos.

Almada em contexto metropolitano

Com a análise dos dados demográficos, conseguiu-se uma aproximação aos processos de metropolização e extensão do processo de gentrificação no contexto de Lisboa. Na metrópole, ainda se verifica um contínuo crescimento das áreas suburbanas, agora mais distantes de Lisboa, que ocorre simultaneamente a um processo de esvaziamento e de forte pressão imobiliária e gentrificação da cidade-centro.

A posição urbana de Almada nas décadas de 1940 e 1950 podia ser apreendida, como refere Teresa Barata Salgueiro, enquanto “subúrbio de porta” (Salgueiro 2001): a sua proximidade à cidade de Lisboa favoreceria a sua explosão demográfica em décadas subsequentes, em paralelo com um processo de industrialização e mais tarde de afirmação de um setor terciário no concelho. A sua posição contemporânea no contexto metropolitano, é marcada pela sua estrutura social, que revela uma proporção considerável de empresários, dirigentes e profissionais liberais, e profissionais e técnicos de enquadramento, proporção superior à maioria dos outros concelhos limítrofes de Lisboa; enquanto histórico destino residencial para muitos trabalhadores do setor terciário da baixa lisboeta, hoje num contexto de maior mobilidade, diversidade e acessibilidade dos transportes coletivos, Almada permanece um local de residência atrativo para quem trabalha em diversas zonas de Lisboa. Apesar do aumento do uso do transporte individual, verifica-se uma diminuição da duração dos movimentos pendulares dos residentes em Almada, sobretudo dos 34% que, residindo no concelho, trabalham num concelho vizinho: Lisboa.

Almada torna-se assim local de residência atrativo no contexto da metrópole, mas esse efeito pressiona os custos de habitação e conduz a alterações do perfil socioeconómico dos residentes. O aumento dos custos de renda e dos preços de venda de alojamentos nos últimos cinco anos é superior aos aumentos em Lisboa, Cascais e Oeiras - concelhos em que estas recomposições sociais do seu povoamento já estão mais consolidadas. No contexto da Área Metropolitana, além de Lisboa, Oeiras e Cascais, os custos com a renda do alojamento, no segundo semestre de 2021, eram superiores a Almada apenas no concelho da Amadora e os preços de venda, no terceiro trimestre do mesmo ano, eram superiores a Almada, além de Lisboa, Cascais e Oeiras, apenas nos concelhos de Odivelas e Loures.

As alterações no perfil socioeconómicos dos residentes no concelho encontram-se traduzidas no capital cultural e económico dos residentes, medido aqui através de dados do Censos 2011 referentes ao nível de ensino e à estrutura dos grupos socioeconómicos dos residentes. Quanto ao nível de ensino dos seus residentes, Almada assume uma posição de destaque no contexto metropolitano, sendo que mais de 20% da população residente tem atualmente o ensino superior completo, valor que é apenas superior nos concelhos de Lisboa, Cascais, Oeiras e Alcochete. Já nas freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Charneca de Caparica e Sobreda e Costa da Caparica este valor aproxima-se dos 25%, revelando a abundância relativa dos grupos mais escolarizados nesses territórios.

Na estrutura dos grupos socioeconómicos dos seus residentes, Almada assume no contexto metropolitano uma posição semelhante. Através da elaboração de um índice medindo a proporção de dirigentes e de quadros por cada dez empregados executantes e operários, estabelecemos que os concelhos de Lisboa, Cascais, Oeiras e Alcochete se constituem como territórios em que a proporção de ativos residentes mais capitalizados económica e culturalmente é mais elevada. Em Lisboa e Oeiras, registam-se mais de dez dirigentes e quadros por cada dez empregados executantes e operários, valor acima do total metropolitano. Aos quatro concelhos identificados na distribuição superior, Lisboa, Oeiras, Cascais e Alcochete, segue-se Almada com um índice de 5,8, sendo que nos restantes territórios suburbanos este valor é inferior a 5. Ao nível das freguesias, voltam-se a destacar Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Charneca de Caparica, Sobreda e Costa da Caparica – as mesmas onde já se verifica uma maior proporção de população com o ensino superior completo.

Tipos de displacement e formas simbólicas de perda de espaço

A pesquisa de carácter exploratório e intensivo realizada sugere que, no contexto de Almada, o problema do *displacement* afeta residentes e ex-residentes muito além das situações de desalojamento residencial. A partir dos discursos de residentes de longa data desalojados, entrevê-se a condição de agregados de baixos rendimentos que são despejados, realocalizando-se à força fora do concelho, em periferias mais distantes e onde as rendas são mais baixas, mas igualmente situações em que o desalojamento residencial não resulta na saída de Almada, pois os desalojados recorrem a diferentes estratégias para conseguirem permanecer no concelho, e até no mesmo bairro. Ainda que os desalojamentos residenciais sejam uma das principais consequências da extensão da gentrificação em Almada, a gentrificação não é um fenómeno puramente residencial e as consequências do processo manifestam-se no concelho também sob formas indiretas de *displacement*, correspondendo a formas simbólicas de perda de espaço.

O enquadramento teórico e o trabalho de levantamento e discussão de tipologias de *displacement* permitiram, entre um reduzido número de entrevistados, estabelecer que o *displacement* indireto económico, em que os aumentos dos custos de habitação excluem do concelho potenciais residentes de baixos rendimentos, se encontra presente em várias áreas do concelho. O *displacement* em Almada assume também a forma de *community displacement* (Davidson 2008). Neste sentido, no seu discurso, os entrevistados revelaram uma diminuição do seu sentido de pertença e da identidade local – mudanças que associam à reestruturação do perfil socioeconómico dos mais recentes residentes do concelho. A diminuição do sentimento de pertença está também associado à expansão do setor do turismo e a uma progressiva ocupação de espaços para fins turísticos, em moldes semelhantes àqueles que se conhecem em Lisboa (Mendes 2018). De entre as “micro-perspectivas” que analisei, a governação municipal é tida como sem resposta às necessidades dos mais antigos residentes e as políticas municipais como estando orientadas para os interesses dos novos residentes de classes médias e turistas.

Finalmente, a partir da pesquisa e terreno e das entrevistas realizadas, o *neighborhood resource displacement* revela-se uma categoria fundamental para a compreensão da perda de espaço em Almada. No contexto de uma extensão da gentrificação, fecham antigos espaços comerciais que serviam de local de encontro para os residentes. No discurso de um dos entrevistados são referidas memórias das antigas

tascas e tabernas de Almada, que atualmente são quase inexistentes. No caso do Jardim da Cova da Piedade, e do café “Coreto”, que partilhava a estética e ambiência destas tascas e tabernas, o fecho conduziu também à perda de um espaço de convívio para os mais antigos residentes. Em substituição dos espaços comerciais encerrados, abrem no seu lugar novas boutiques, cafés e restaurantes que não se adequam às preferências e poder de compra dos residentes de longa duração. Da mesma forma, a requalificação e higienização de espaços públicos em curso surge como na origem de novas formas de apropriação destes espaços. Desde a Rua Cândido dos Reis ao Cais do Ginjal, em Cacilhas, passando pelo Mercado da Romeira e pelo Jardim da Cova da Piedade, a progressiva ocupação destes espaços por novos residentes de classes médias e turistas traduz-se numa perda de espaços de consumo e locais de encontro para os mais antigos residentes. A análise evidencia que as consequências da gentrificação em Almada não se limitam a desalojamentos residenciais, que resultam em deslocações físicas forçadas dentro e para fora do concelho, mas também se concretizam em formas simbólicas de perda de espaço. Uma perda de espaço que é simultaneamente social, cultural e política e que afeta os residentes de longa data que recorrem a estratégias para permanecer em Almada, em contexto de gentrificação.

Com esta investigação, contribui para o estudo das formas mais contemporâneas da gentrificação em Lisboa, nomeadamente no que diz respeito à extensão do processo à primeira coroa suburbana, entendendo o fenómeno na sua escala metropolitana. Contribui também para um entendimento mais alargado de *displacement*, analisando não só as situações de desalojamento residencial em Almada, mas também analisando as perceções dos mais antigos residentes relativamente às transformações do concelho, em contexto de gentrificação, perceções que se traduzem em perdas simbólicas de espaço. Com todas as dificuldades metodológicas associadas ao estudo do *displacement*, que Atkinson compara a “medir o invisível” (Atkinson 2000b, 163), somadas às limitações à pesquisa de terreno em contexto de pandemia de Covid-19, conduzi uma investigação que tentou superar todas estas dificuldades. A extensão da gentrificação e as consequências para os mais antigos residentes são um fenómeno de tal modo relevante nos contextos metropolitanos atuais que o papel da investigação está então em superar as limitações associadas ao estudo do *displacement*, de forma a estudar mais aprofundadamente esta questão. A extensão da gentrificação a áreas suburbanas é um fenómeno que não só desafia as definições clássicas de gentrificação, como desafia também a dicotomia clássica urbano-

suburbano, apontando para a existência de novas condições suburbanas, desiguais, no contexto da metrópole pós-industrial.

É então fundamental que existam mais estudos que se dediquem a estas manifestações contemporâneas do processo de gentrificação. Nesta linha, este trabalho levanta algumas questões: desde logo, descrever e analisar os itinerários residenciais de desalojados no contexto metropolitano, através de dados que permitam localizar e conhecer as diversas etapas, resistências e redes de apoio. Depois, diversificar os contextos suburbanos para os quais a gentrificação de Lisboa se estende, tomando outros concelhos, zonas, bairros, ruas como territórios de estudo, nomeadamente, territórios integrantes da primeira coroa suburbana. E ainda, alargar as bases empíricas da investigação, para um melhor entendimento do fenómeno. Finalmente, sendo a gentrificação um fenómeno de transformação de classe dos territórios, é necessário também estudar as estratégias de resistência nestes contextos, na forma como os mais antigos residentes de classe trabalhadora lutam pelo direito à cidade e pelo direito a uma habitação digna.

BIBLIOGRAFIA

- Aalbers, Manuel B. 2019. «Introduction to the Forum: From Third- to Fifth-Wave Gentrification». *Journal of Economic and Social Geography* 110 (1): 1–11.
- «Almada quer atrair turismo de diversos públicos». 2022. Almadense. 2022. <https://almadense.sapo.pt/cidade/almada-quer-atrair-turismo-de-diversos-publicos/>.
- Antunes, Gonçalo. 2017. «Políticas sociais de habitação (1820-2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa». Universidade Nova de Lisboa.
- Atkinson, Rowland. 1997. «Gentrification and Displacement in Greater London: An empirical and theoretical analysis», n. August.
- . 2000a. «Measuring Gentrification and Displacement in Greater London». *Urban Studies* 37 (1): 149–65.
- . 2000b. «The hidden costs of gentrification: Displacement in central London». *Journal of Housing and the Built Environment* 15 (4): 307–26.
- . 2004. «The evidence on the impact of gentrification: New lessons for the urban renaissance». *European Journal of Housing Policy* 4 (1): 107–31. <https://doi.org/10.1080/1461671042000215479>.
- Badcock, B. 2001. «Thirty years on: Gentrification and class changeover in Adelaide's Inner Suburbs, 1966-96». *Urban Studies* 38 (9): 1559–72. <https://doi.org/10.1080/00420980120080441>.
- Baptista, Luís Vicente. 1994. «Dominação demográfica no contexto do século XX português: Lisboa, a capital». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 15: 53–77.
- Bezerra, Roselane Gomes. 2014. «Políticas urbanas e processos de patrimonialização nas cidades de Fortaleza e de Almada». *Fórum Sociológico* 25: 45–51.
- Bourdieu, Pierre. 2011. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70.
- Butler, Tim, e Garry Robson. 2001. «Social capital, gentrification and neighbourhood change in London: A comparison of three South London neighbourhoods». *Urban Studies* 38 (12): 2145–62. <https://doi.org/10.1080/00420980120087090>.
- Cachado, Rita D'Ávila. 2012. *Uma Etnografia na Cidade Alargada: Hindus da Quinta*

- da Vitória em Processo de Realojamento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- «Cacilhas é Cool». 2014. Notícias Magazine. 2014. <https://www.noticiasmagazine.pt/2014/cacilhas-e-cool/estilos/comportamento/8741/>.
- Charles, Suzanne Lanyi. 2011. «Suburban Gentrification: Understanding the Determinants of Single-family Residential Redevelopment , A Case Study of the Inner-Ring Suburbs of Chicago , IL , 2000-2010». Harvard University.
- Cocola-Gant, Agustín, Ana Gago, e Jaime Jover. 2020. «Tourism, Gentrification and Neighbourhood Change: An Analytical Framework– Reflections from Southern European Cities». *The Overtourism Debate*, n. May: 121–35. <https://doi.org/10.1108/978-1-83867-487-820201009>.
- Corte-Real, Madalena, Marianna Monte, Maria João Gomes, e Luís Manata e Silva. 2021. «Tourism in a peripheral territory in the Lisbon Metropolitan Area». Em *The Power of New Urban Tourism*. Routledge.
- Costa, António Firmino da, e Rosário Mauritti. 2018. «Classes sociais e interseções de desigualdades». *Desigualdades Sociais - Portugal e a Europa*, n. March: 109–29.
- Cruz, Maria Alfreda. 1973. *A Margem Sul do Estuário do Tejo: Factores e Formas de Organização do Espaço*. Lisboa.
- Davidson, Mark. 2008. «Spoiled Mixture: Where Does State-led ‘ Positive ’ Gentrification End ?» *Urban Studies* 45 (November): 2385–2405. <https://doi.org/10.1177/0042098008097105>.
- . 2009. «Displacement, Space and Dwelling: Placing Gentrification Debate». *Ethics, Place and Environment* 12 (June 2009): 219–34. <https://doi.org/10.1080/13668790902863465>.
- Davidson, Mark, e Loretta Lees. 2005. «New-build “gentrification” and London’s riverside renaissance». *Environment and Planning A* 37 (7): 1165–90. <https://doi.org/10.1068/a3739>.
- . 2010. «New-build gentrification: Its histories, trajectories, and critical geographies». *Population, Space and Place* 16 (5): 395–411.

<https://doi.org/10.1002/psp.584>.

Döring, Christian, e Klaus Ulbricht. 2017. «Gentrification hotspots and displacement in Berlin a quantitative analysis». Em *Gentrification and Resistance: Researching Displacement Processes and Adaption Strategies*, editado por Ilse Helbrecht, 9–35. Wiesbaden: Springer VS. https://doi.org/10.1007/978-3-658-20388-7_2.

Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa. 2019. «Plano Estratégico de Turismo para a Região de Lisboa 2020-2024». Lisboa.

Ferreira, Vítor Matias. 1986. «A Cidade de Lisboa: De Capital de Império a Centro de Metrópole». Inst. Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa da Univ. Técnica de Lisboa.

Fishman, Robert. 1989. *Bourgeois Utopias: The Rise And Fall Of Suburbia*. Basic Books.

———. 2017. «The Divided Metropolis». Em *Infinite Suburbia*, editado por Joel Kotkin e Alan Berger. Princeton: Princeton Architectural Press.

Fox Gotham, Kevin. 2005. «Tourism gentrification: The case of New Orleans' vieux carre (French quarter)». *Urban Studies* 42 (7): 1099–1121. <https://doi.org/10.4324/9781315881096-22>.

Fraser, James. 2004. «Beyond Gentrification: Mobilizing Communities and Claiming Space». *Urban Geography* 25 (6): 437–57.

Freeman, Lance. 2005. «Displacement or succession? Residential mobility in gentrifying neighborhoods». *Urban Affairs Review* 40 (4): 463–91. <https://doi.org/10.1177/1078087404273341>.

Freeman, Lance, e Frank Braconi. 2004. «Gentrification and Displacement: New York City in the 1990s». *Journal of the American Planning Association* 70 (Winter 2004): 37–41. <https://doi.org/10.1080/01944360408976337>.

Glass, Ruth. 1964. *London: Aspects of Change*. Editado por Centre for Urban Studies. London: MacGibbon & Kee.

Grier, Eunice, e George Grier. 1978. «Urban Displacement: A Reconnaissance». Washington, DC.

Gulick, John. 1989. *The Humanity of Cities: An introduction to urban societies*.

- Massachussets: Bergin & Garvey Publishers, Inc.
- Hackworth, Jason, e Neil Smith. 2001. «The Changing State of Gentrification». *Journal of Economic and Social Geography* 92 (4): 464–77.
- Harris, Richard. 2015. «Suburbanization and Suburbanism». *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences: Second Edition*, n. December 2015: 660–66. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.74044-X>.
- Harvey, David. 1978. «The urban process under capitalism- a framework for analysis». *International Journal of Urban and Regional Research* 2 (1–3): 101–31.
- Helbrecht, Ilse. 2018. «Gentrification and Displacement», 1–7.
- Hochstenbach, Cody, e Sako Musterd. 2018. «Gentrification and the suburbanization of poverty: changing urban geographies through boom and bust periods». *Urban Geography* 39 (1): 26–53. <https://doi.org/10.1080/02723638.2016.1276718>.
- Hudalah, Delik, e Nabilla Adharina. 2019. «Toward a Global View on Suburban Gentrification: from Redevelopment to Development». *Indonesian Journal of Geography* 51 (1).
- Hyra, Derek. 2015. «The back-to-the-city movement: Neighbourhood redevelopment and processes of political and cultural displacement». *Urban Studies* 52 (10): 1753–73. <https://doi.org/10.1177/0042098014539403>.
- INE. 2021. «Resultados Provisórios dos Censos 2021».
- Instituto Nacional de Estatística. 2011. «Censos 2011: Resultados Definitivos». Lisboa.
- . 2021. «Censos 2021: Resultados Provisórios». Lisboa.
- Keil, Roger. 2017. «The Global Suburb». Em *Infinite Suburbia*. Princeton Architectural Press.
- . 2018. *Suburban Planet*. Great Britain: Polity Press.
- Lee, Barrett A., e David C. Hodge. 1984. «Spatial Differentials in Residential Displacement». *Urban Studies* 21 (3): 219–31. <https://doi.org/10.1080/00420988420080501>.
- Leeds, Anthony. 1968. «The antropology of cities: some methodological issues». Em

- Clities, classes and the social order*, 233–46. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Lees, Loretta. 2000. «A reappraisal of gentrification: Towards a “geography of gentrification”». *Progress in Human Geography* 24 (3): 389–408. <https://doi.org/10.1191/030913200701540483>.
- . 2003. «Super-gentrification: The case of Brooklyn heights, New York City». *Urban Studies* 40 (12): 2487–2509. <https://doi.org/10.1080/0042098032000136174>.
- Lees, Loretta, e Beverley Robinson. 2021. «Beverley’s Story: Survivability on one of London’s newest gentrification frontiers». *City* 25 (5–6): 590–613. <https://doi.org/10.1080/13604813.2021.1987702>.
- Lees, Loretta, Tom Slater, e Elvin K Wyly. 2008. *Gentrification*. London: Routledge.
- Lefebvre, Henri. 2003. *The Urban Revolution*. University of Minnesota Press.
- Legates, Richard T, e Chester Hartman. 1982. «Gentrification-Caused Displacement». *The Urban Lawyer* 14 (1): 31–55.
- Ley, David. 1986. «Alternative Explanations for Inner-City Gentrification: A Canadian Assessment». *Annals of the Association of American Geographers* 76 (4): 521–35.
- Lipietz, Alain. 1974. *Le Tribute Foncier Urbain*. Paris: F. Maspero.
- Luzia, Ângela, Maria José Santos, e Joana Esteves. 2012. *Na Rota do Progresso: A Indústria Naval em Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Marcuse, Peter. 1985. «Gentrification, Abandonment, and Displacement: Connections, Causes, and Policy responses in New York City». *Washington University Journal of Urban and Contemporary Law* 28 (January): 195–240. <https://doi.org/10.1525/sp.2007.54.1.23>.
- Marcuse, Peter, Russell Engler, e Raun Rasmussen. 1989. «Off-site displacement: how the changing economic tide of a neighborhood can drown out the poor». *Clearinghouse Review* 22: 1352–71.
- «Margem sul será a próxima grande aposta turística da capital». 2020. Almadense. 2020. <https://almadense.sapo.pt/cidade/margem-sul-sera-a-proxima-grande-aposta-turistica-da-capital/>.

- Markley, Scott. 2017. «Suburban gentrification? Examining the geographies of New Urbanism in Atlanta's inner suburbs». *Urban Geography*, 1–25. <https://doi.org/10.1080/02723638.2017.1381534>.
- Martin, Leslie. 2007. «Fighting for Control: Political Displacement in Atlanta's Gentrifying Neighborhoods». *Urban Affairs Review* 42 (5): 603–28.
- Mendes, Luis. 2018. «Gentrificação turística em Lisboa : Impactos do alojamento local na resiliência e sustentabilidade social do centro histórico .» *Poder Local, Revista de Administração Democrática* 155: 58–73.
- . 2022. «Mercado de arrendamento em Portugal: crónica de uma morte anunciada». *Boletim Goiano de Geografia* 42 (1): 1–24. <https://doi.org/10.5216/BGG.v42.70100>.
- Mendes, Luís. 2006. «A nobilitação urbana no Bairro Alto: análise de um processo de recomposição sócio-espacial». *Finisterra* 41 (81): 57–82. <https://doi.org/10.18055/finis1462>.
- . 2014. «Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith». *Cadernos Metrópole* 16 (32): 51–72. <https://doi.org/10.4000/rccs.4898>.
- . 2017. «Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009». *Cadernos Metrópole* 19 (39): 479–512. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3906>.
- Mingione, Enzo. 1993. *Las sociedades fragmentadas. Una sociología de la vida económica mas allá del paradigma del mercado*. Madrid: Ministerio de Empleo y Seguridad Social.
- Newman, Kathe, e Elvin Wyly. 2016. «The Right to Stay Put , Revisited: Gentrification and Resistance to Displacement in New York City». *Urban Studies* 43 (1): 23–57.
- Newman, Sandra J., e Michael S. Owen. 1982. «Residential Displacement: Extent, Nature, and Effects». *Journal of Social Issues* 38 (3): 135–48. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1982.tb01775.x>.
- Niedt, Christopher. 2006. «Gentrification and the grassroots: Popular support in the

- revanchist suburb». *Journal of Urban Affairs* 28 (2): 99–120. <https://doi.org/10.1111/j.0735-2166.2006.00263.x>.
- Novy, Johannes, e Claire Colomb. 2016. «Urban tourism and its discontents: an introduction». Em *Protest and Resistance in the Tourist City*, editado por Johannes Novy e Claire Colomb, 1–30. London: Routledge.
- Nunes, João Pedro. 2010. «Dos Subúrbios Citadinos aos Subúrbios Metropolitanos: Estrutura de povoamento e morfogénese da metrópole de Lisboa (1950-2001)». *Cidades - Comunidades e Territórios* 20/21: 123–37.
- . 2011. *Florestas de Cimento Armado: os grandes conjuntos residenciais e a constituição da metrópole de Lisboa (1955-2005)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- . 2018. «Antissubúrbio». Em *Dicionário dos Antis: a Cultura Portuguesa em Negativo*, editado por José Eduardo Franco, 2248–56. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Nunes, João Pedro, e Luís Vicente Baptista. 2010. «Lisboa invisível: Reflexões sobre o trabalho de desocultação das microdinâmicas metropolitanas». Em *Portugal Invisível*, editado por António Dornelas, Luísa Oliveira, Luísa Veloso, e Maria das Dores Guerreiro, 1a ed, 53–74. Lisboa: Mundos Sociais.
- . 2020. «Divisões socioespaciais, coexistências e invisibilidades urbanas». Em *Atlas Almirante Reis*, editado por Filipa Ramalhete, Inês Lobo, e Margarida Tavares da Conceição. Lisboa: Tinta da China.
- Ocejo, Richard E. 2011. «The early gentrifier: Weaving a nostalgia narrative on the lower east side». *City and Community* 10 (3): 285–310. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6040.2011.01372.x>.
- Pereira, Patrícia. 2013. «O Parque das Nações em Lisboa: Uma montra a metrópole à beira-Tejo». Universidade Nova de Lisboa.
- Phelps, Nicholas. 2017. «Suburbs in the Metropolitan Economy». Em *Infinite Suburbia*. Princeton Architectural Press.
- Phillips, Martin. 2004. «Other geographies of gentrification». *Progress in Human Geography* 28 (1): 5–30. <https://doi.org/10.1191/0309132504ph458oa>.

- Phillips, Martin, Darren Smith, Hannah Brooking, e Mara Duer. 2021. «Re-placing displacement in gentrification studies: Temporality and multi-dimensionality in rural gentrification displacement». *Geoforum* 118 (September 2020): 66–82. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2020.12.003>.
- Pinçon, Michel, e Monique Pinçon-Charlot. 2004. *Sociologie de Paris*. Paris: La Découverte.
- Rodrigues, Jorge de Sousa. 1999. «A Expansão Programada de Lisboa para a Margem Sul: Almada (1938-1950)». Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Roy, Ananya. 2015. «Governing the Postcolonial Suburbs». Em *Suburban Governance: A Global View*, editado por Pierre Hamel e Roger Keil. Toronto: University of Toronto Press.
- Salgueiro, Teresa Barata. 1997. «Lisboa, MetrÓpole Policêntrica e Fragmentada». *Finisterra* 32 (63): 179–90.
- . 2001. *Lisboa, Periferia e Centralidades*. 1ª ed. Oeiras: Celta.
- Sassen, Saskia. 2001. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton University Press.
- Shaw, Kate, e Iris Hagemans. 2014. «“Gentrification Without Displacement”: The Effects of Class Transition on Low-income Residents of Secure Housing in Gentrifying Areas». *International Journal of Urban and Regional Research*, 1–19. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12164>.
- Smith, Neil. 1979. «Toward a theory of gentrification: A back to the city movement by capital, not people». *Journal of the American Planning Association* 45 (4): 538–48. <https://doi.org/10.4324/9781315128061>.
- . 1982. «Gentrification and Uneven Development». *Economic Geography* 58 (2): 139–55. <https://doi.org/10.1126/science.11.277.620>.
- . 2001. «New globalism, new urbanism». *Documents d’Analisi Geografica*, n. 38: 15–32.
- Smith, Neil, e Peter Williams. 1986. «Alternatives to orthodoxy: invitation to a debate».

Em *Gentrification of the City*, 14. London: Routledge.

Stabrowski, Filip. 2014. «New-build gentrification and the everyday displacement of polish immigrant tenants in Greenpoint, Brooklyn». *Antipode* 46 (3): 794–815. <https://doi.org/10.1111/anti.12074>.

Sumka, Howard J. 1979. «Neighborhood revitalization and displacement: A review of the evidence». *Journal of the American Planning Association* 45 (4): 480–87. <https://doi.org/10.1080/01944367908976994>.

Valli, Chiara. 2015. «A Sense of Displacement: Long-time Residents' Feelings of Displacement in Gentrifying Bushwick, New York». *International Journal of Urban and Regional Research* 39 (6): 1191–1208. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12340>.

Vigdor, Jacob L, Douglas S Massey, Alice M Rivlin, e L Vigdor. 2002. «Does Gentrification Harm the Poor?» *Brookings-Wharton Papers on Urban Affairs*, 133–82.

Wu, Fulong. 2020. «Scripting Indian and Chinese urban spatial transformation: Adding new narratives to gentrification and suburbanisation research». *Environment and Planning C: Politics and Space* 38 (6): 980–97. <https://doi.org/10.1177/2399654420912539>.

Zukin, Sharon. 1987. «Gentrification: Culture and Capital in the Urban Core». *Annual Review of Sociology* 13 (1987): 129–47.

Legislação

Decreto-Lei nº 148/81, 4 de junho, Ministério da Habitação e Obras Públicas

Decreto-Lei nº 46/85, 20 de setembro, Assembleia da República

Decreto-Lei nº 321-B/90, 15 de outubro, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Decreto-Lei nº 104/04, 7 de maio, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Decreto-Lei nº 6/06, 27 de fevereiro, Assembleia da República

Decreto-Lei nº 307/09, 23 de outubro, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Anexos

Quadro nº24: Taxas de crescimento demográfico em Lisboa e nos seus concelhos limítrofes (1920-1981)

	1920-1930	1930-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1981
Lisboa	22,1	17,3	12,8	2,4	-5,2	6,3
Cascais	50,4	29,3	42,3	41,3	55,4	52,8
Loures ¹	12,7	20,5	43,9	102,5	63,1	66,0
Oeiras ²	58,6	28,4	40,8	77,0	91,2	-17,1
Sintra	27,6	18,9	33,8	32,3	55,6	82,9
Amadora ³	69,5	41,8	92,5	152	137	46
Vila F. de X.	12,7	17,6	15,6	24,0	34,2	61,9
Alcochete	7,8	0,0	18,1	17,9	12,3	8,0
Almada	16,8	24,7	48,1	62,1	51,6	37,3
Barreiro	40,2	24,1	13,8	18,1	68,3	49,1
Moita	34,3	30,6	57,2	49,6	33,1	37,4
Montijo	19,0	19,3	46,2	16,7	39,6	-12,6
Seixal	4,9	28,2	23,2	28,4	86,1	134,1

²² Adaptado de (Nunes 2011, 54); Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1960 e 1981

¹ “Inclui a antiga freguesia Odivelas que veio dar origem ao concelho com o mesmo nome em 1998”

² “Inclui a antiga freguesia da Amadora que veio a dar origem ao concelho com o mesmo nome em 1979, daí a taxa de crescimento no decénio 1970-1981”

³ “Freguesia criada em 1916, integrando o concelho de Oeiras até 1979. Em 1981, o recém-criado concelho da Amadora é sensivelmente maior em termos de área. Ainda assim, a taxa calculada é elucidativa do processo”

Quadro nº25: População residente no Continente, em Lisboa, no Porto e nos seus concelhos limítrofes (1900-2001)

	1900	1960	1981	2001
Portugal Continental	5 039 744	8 292 375	9 366 760	9 869 343
Lisboa	351 210	802 230	807 937	564 657
Margem Norte ⁴	83 204	376 554	1 045 792	1 328 246
Margem Sul ⁵	53 105	195 123	426 246	509 735

²³ Adaptado de (Nunes 2011, 48); Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1960, 1981, 2001

Quadro nº26: Peso demográfico de Lisboa, Porto e seus concelhos limítrofes na população do Continente (1900-2001)

	1900	1920	1940	1960	1981	2001
Lisboa	7,0	8,6	9,7	8,6	8,6	5,7
Margem Norte ⁶	1,7	2,0	4,5	4,5	11,2	13,5
Margem Sul ⁷	1,1	1,2	2,4	2,4	4,6	5,2

²⁴ Adaptado de (Nunes 2011, 48); Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1960, 1981, 2001

Quadro nº 27: Variação Demográfica da A.ML (1960-70-81)

	1960-1970	1970-1981	1981-1991
Lisboa	- 5,2%	+ 6,3%	+ 0,7%
A.M.L	+ 21,9%	+ 36,2%	+ 65,9%
A.M.L – Lisboa	+ 59,9%	+ 61,0%	+ 157,5%
Margem Norte	+ 16,9%	+ 34,5%	+ 57,3%
Margem Sul	+ 51,7%	+ 44,0%	+ 118,4%

²⁵ Adaptado de (Ferreira 1986, 245); Fonte: Atelier de Sociologia Urbana, 198

⁴ Margem Norte: Cascais, Sintra, Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures e Vila Franca de Xira

⁵ Margem Sul: Alcochete, Montijo, Barreiro, Moita, Seixal e Almada

⁶ Margem Norte: Cascais, Sintra, Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures e Vila Franca de Xira

⁷ Margem Sul: Alcochete, Montijo, Barreiro, Moita, Seixal e Almada